



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIANA VIDOTTI DE REZENDE

**O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM SITUAÇÕES
FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

Londrina
2007

MARIANA VIDOTTI DE REZENDE

**O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM SITUAÇÕES
FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck

Londrina
2007

MARINA VIDOTTI DE REZENDE

**O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM SITUAÇÕES
FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Paulo de Tarso Galembeck
Prof. Orientador
Universidade Estadual de Londrina

Oswaldo Humberto Leonardi Ceschin
Prof. Componente da Banca
Universidade de São Paulo

Alba Maria Perfeito
Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 18 de junho de 2007.

DEDICATÓRIA

*A Deus, aos meus pais, aos meus irmãos e aos
meus professores.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador, pela paciência e dedicação durante todas as etapas de produção deste trabalho.

À minha família e ao meu namorado, pela motivação.

Aos professores e colegas de Curso, aos quais pude recorrer nos momentos de dificuldades.

A Deus, pois sem Ele nada seria possível.

REZENDE, Mariana Vidotti de. **O Uso da Língua Portuguesa em Situações Formais de Comunicação**. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

A presente dissertação investiga se, em situações formais de produção, os falantes da Língua Portuguesa no Brasil dominam a norma culta oral padrão. Trata-se de um estudo qualitativo e a inquietação com essa questão surgiu da observação do cotidiano. Para chegar ao objetivo proposto, analisou-se a concepção de norma culta, assim como opuseram-se as características do padrão culto em comparação com o padrão corrente. A partir desse estudo, verificaram-se os desvios lingüísticos presentes nos textos orais em relação à norma culta da língua. O cópulo do trabalho serão discursos proferidos por três políticos brasileiros: Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ex-Deputado Roberto Jefferson e o Senador Pedro Simon. O trabalho partiu da hipótese de que qualquer situação em que um político faz um pronunciamento político seja formal. Os resultados revelam que mesmo em situações formais de produção esses falantes brasileiros apresentam desvios em relação ao padrão “tradicional” da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Situações formais. Norma culta. Desvios.

REZENDE, Mariana Vidotti de. **Brazilians Speeches in Formal Situations.** 2007. 126f. Dissertation (Master`s in Studies of the Language) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

This research aims at investigate Brazilians speeches in formal situations. It's a qualitative study and the fidget with this question appeared after daily observation. Initially, it was analyzed the cultured norm conceptions and was compared the cultured and current patterns. After that, it was possible to verify some speeches characteristics those are closed to the current pattern. To choose the cultured speaker, this study considered their social position that they belong to. The speakers that had their speeches analyzed are the politicians: Luís Inácio Lula da Silva, Pedro Simon and Roberto Jefferson. The results show that in the politicians speeches are too much informal aspects. As final conclusion, that's possible verifying that the difficulty to dominate the formal pattern in Brazil is consequence of the distance between the informal and formal pattern.

Keywords: Formal situations. Cultured norm. Not follow. Disobedience.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

F.M – Jornalista Fará Monteiro

L – Linha

NURC – Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

P.M. – Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados

P.L.1 – Presidente Luís Inácio Lula da Silva (entrevista)

P.L.2 – Presidente Luís Inácio Lula da Silva (debate)

P.S – Pedro Simon

R.F – Roberto Jefferson

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM	15
2.2 O SURGIMENTO DA DISCIPLINA GRAMATICAL	17
2.2.1 A Herança Greco-latina	18
2.2.2 Surgimento das Gramáticas nas Línguas Modernas: do latim às Línguas Românicas	22
2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	25
2.4 NORMA LINGÜÍSTICA	25
2.4.1 Norma Culta x Norma Padrão	29
2.4.2 O Apego a Portugal.....	29
2.4.3 Variação Lingüística: aspecto fundamental para análise lingüística.....	35
2.4.4 A Norma Culta e o Uso.....	36
2.5 RELAÇÕES ENTRE FALA E ESCRITA	38
2.5.1 Língua Oral x Língua Escrita: aspectos diferenciais.....	42
3 SITUAÇÃO FORMAL DE COMUNICAÇÃO	49
4 METODOLOGIA	53
4.1 AS SITUAÇÕES	54
4.1.1 Pronunciamento em Assembléias no Senado Federal.....	55
4.1.2 Entrevista e Debate Político	56
4.1.3 Defesa na Câmara dos Deputado	57
5 ANÁLISE DO CÓRPUS	59
5.1 VARIANTE LINGÜÍSTICA.....	59
5.2 ELABORAÇÃO DISCURSIVA NA ORALIDADE	60
5.2.1 Sínteses Parciais.....	72
5.3 O APEGO À NORMA CULTA.....	73
5.3.1 Aspectos Gramaticais.....	7

5.3.1.1 Sínteses parciais	85
5.3.2 Aspectos Lexicais.....	85
5.3.2.1 Sínteses parciais	92
6 CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	99
ANEXO A – Normas para Transcrição	100
ANEXO B – Pronunciamentos.....	104

1 INTRODUÇÃO

Por que os falantes brasileiros apresentam dificuldades em dominar o padrão em situações formais de produção? Será a influência da linguagem coloquial? Será a distância existente entre a linguagem formal e informal? Tais questões, levantadas a partir de observações freqüentes no cotidiano, tornaram-se alvo de investigação do trabalho em pauta.

Considerando-se que as situações formais prevêem o uso da norma culta da língua, o estudo pretende apontar, por meio de discursos proferidos em situações formais de produção, eventuais desvios lingüísticos em relação ao padrão culto da língua. Entre os desvios serão apontados aqueles que já estão incorporados aos textos falados em situações formais e aceitos como pertinentes à linguagem culta por alguns estudiosos. Também serão discutidos aqueles desvios ainda não aceitos como formais e, portanto, considerados impertinentes em situações formais de produção, no caso, em situações em que representantes políticos proferem discursos.

O estudo busca ser uma contribuição para os estudiosos do assunto, no sentido de buscar desvelar a possível distância entre a norma culta e seu uso em condições formais de produção cujos objetivos e hipóteses serão apontados a seguir.

Objetivo geral: Identificar se, de fato, os falantes brasileiros fazem uso da variante lingüística culta em situações formais de comunicação oral.

Objetivo específico: Verificar que variáveis extralingüísticas podem ocasionar os desvios lingüísticos da norma padrão culta nessas situações de comunicação.

Hipótese correspondente ao objetivo geral: Nossa hipótese é a de que, mesmo em situações nas quais é esperado o uso da norma culta da língua, os falantes cometem desvios expressivos em relação a essa variante da língua.

Hipótese correspondente ao objetivo específico: Acreditamos que tais desvios ocorrem em virtude das fortes influências da linguagem coloquial

sobre a linguagem culta, ocasionadas pela distância existente entre tais variantes.

Para chegar aos objetivos propostos, são apontados conceitos que contribuem para a análise do uso da norma lingüística em elocuições formais: as concepções de linguagem e o surgimento e a sedimentação da Gramática Normativa.

Sob esse enfoque, o primeiro capítulo teórico, “Concepções da Linguagem”, apresenta três principais concepções da linguagem: como expressão do pensamento, como instrumento de comunicação e como forma de interação. A este estudo são associadas abordagens de Travaglia (2005) acerca do assunto em pauta.

Como o trabalho analisa situações de produção discursiva reais, esse capítulo defende a idéia de que a linguagem como forma de interação (terceira concepção) é a mais adequada para a análise do cópuz em estudo. Ora, apenas essa terceira noção de linguagem permite analisar a língua em situação de uso.

O capítulo “O Surgimento da Disciplina Gramatical” explicita, de maneira sucinta, o processo de instituição da disciplina gramatical no Ocidente, retomando, ao mesmo tempo, as concepções de linguagem apontadas.

Sob esse enfoque, ao discutir a herança gramatical greco-latina, Maria Helena Moura Neves (2002) e Neves (2005) busca na gramática grega explicações para os domínios gramaticais no Ocidente. Na nota em que faz para apresentação da segunda edição do livro “A vertente grega da gramática tradicional” (2005, p.12), a autora afirma que os domínios gramaticais atuais “muitas vezes remontam à emergência da disciplina gramatical na Grécia”. Além disso, ressalta que as críticas à gramática tradicional do Ocidente, “em geral, são nascidas de um desconhecimento das condições em que a disciplina surgiu”.

Para examinar a gramática ocidental tradicional, portanto, é necessário retomar a gramática grega. Além desse aspecto, o capítulo aborda “O surgimento das Gramáticas nas Línguas Modernas: do Latim às Línguas Românicas”. Dentro dessa abordagem, é ressaltada a influência grega no padrão gramatical e nos gêneros literários latinos.

Contribuem para a fundamentação desse capítulo os estudos de Siguan (1996) e Furlan (2006), a respeito da difusão do latim pelo Império Romano e da influência da cultura gramatical grega nas línguas latinas. O segundo autor,

contudo, discute o surgimento das línguas românicas, num período em que o latim abriu-se à influência de outras culturas.

Além dos autores citados, foram incluídas no trabalho as contribuições dos estudos de Bassetto (2001) e Silva (2003) em relação ao tema.

Após apresentar o processo de instituição da disciplina gramatical nas línguas ocidentais, o presente trabalho dedica um capítulo à discussão do conceito de “norma lingüística”.

Em relação a esse assunto, são apresentadas as primeiras teorias sobre a norma, discutidas por Coseriu (1987). Esse autor defende a existência de uma variedade intermediária à língua (*langue*) e à fala (*parole*) saussurianas: a norma. Segundo ele, a norma fixa a variedade mais habitual entre as admitidas pelo sistema. Representa, portanto, o primeiro grau de abstração lingüístico, “a norma do uso”.

Em seguida, a “norma do uso”, proposta por Coseriu, é apresentada na visão de Neves (2004). Essa autora aponta um possível descompromisso nas teorias de Coseriu com o real uso da linguagem.

São apontadas, também, as concepções de norma na visão de Aléong (2001): normas implícitas (do uso comum) e normas explícitas (padrões).

Sob esse enfoque, Faraco (2002) apresenta distinções entre norma culta e norma padrão. O autor assinala que a norma culta é aquela que segue rigorosamente as noções gregas da Gramática Normativa e a norma padrão é uma norma artificial que visa a uniformizar a língua perante às variações. Como no Brasil os padrões formam determinados por falantes cultos, a norma culta confunde-se com a padrão. No entanto, as distinções apresentadas pelo autor citado não permitem, no Brasil, estabelecer distinções entre norma culta e padrão.

Após apresentar concepções de norma, o trabalho discute o uso da norma culta brasileira que, apegada aos padrões portugueses, não considera a realidade lingüística de seus falantes.

Sob esse enfoque, são assinalados motivos e conseqüências desse apego. São apontadas, também, algumas tentativas brasileiras de ruptura com os padrões portugueses.

Contribuem para essa discussão, os estudos de Celso Cunha (1968 e 1981). Além desse autor, estudos mais recentes em relação ao tema também são expostos. Entre os autores pesquisados, salienta-se Maria Helena Moura Neves

(2004), em cujo trabalho aponta, entre outros aspectos, a necessidade que a própria comunidade brasileira sente de reavaliar o apego à Gramática Normativa.

Ainda nesse capítulo, é ressaltada a necessidade de considerar não apenas duas manifestações da língua: escrita formal (que segue os padrões normativos portugueses) e fala coloquial (comum). O trabalho defende a análise das diferentes manifestações lingüísticas. Essas manifestações, no entanto, devem adequar-se às diferentes situações de comunicação.

No subtópico “A norma culta e o uso”, o trabalho aponta que falantes cultos da língua têm incorporado, em seus discursos, elementos próprios do uso comum ao adequarem seus discursos às situações lingüísticas, ou mesmo à realidade lingüística brasileira.

O capítulo “Relações entre a fala e a escrita”, discute a visão dicotômica da linguagem, que entende a fala como manifestação informal da linguagem e a escrita, como manifestação formal. Em oposição a essa visão, são apontados estudos mais recentes de autores, entre eles, Marcuschi (2001), Dino Preti (1999), Leonor Fávero (1999). Esses estudiosos salientam que a relação entre as duas modalidades da língua deve ser analisada dentro de um contínuo de produção que vai do nível mais informal ao mais formal.

Para relacionar a fala e a escrita dentro do contínuo de produção, contudo, é preciso apontar aspectos diferenciais entre essas modalidades que resultam das diferentes condições de produção.

O planejamento local da língua falada deixa explícitas as marcas de construção discursivas, como os falsos começos, repetições, retomadas, correções, entre outros. Por outro lado, o planejamento prévio da língua escrita prevê a construção de um discurso que não deixa transparecer as marcas de seu planejamento. As marcas de planejamento local, no entanto, estão presentes tanto em falas formais quanto nas coloquiais.

O trabalho busca, então, expor no capítulo 3, “Situação formal de comunicação”, alguns critérios de avaliação de situações formais. Entre esses critérios destacam-se:

- a competência do falante em construir um discurso articulado, dentro do padrão culto da língua.
- a presença de marcas de planejamento local.

- a necessidade de apego à norma culta da língua tanto no nível gramatical, quanto lexical.

Além desses aspectos, são apontados os elementos lexicais, fonéticos e prosódicos incorporados da linguagem coloquial no corpus em estudo.

Após a exposição teórica, é exposta a metodologia. Com base nas ocorrências que melhor exemplificam os casos, é feita a análise e discussão dos dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar o uso da Língua Portuguesa nas situações formais de comunicação, faz-se necessário esclarecer qual o sentido das expressões norma lingüística e norma lingüística culta adotado por este trabalho. Parte-se do pressuposto que, em uma comunicação formal, é previsto o uso da norma culta da língua e, nesse sentido, entende-se por norma culta aquela praticada em situações que envolvem certo grau de formalidade.

O trabalho considera importante, contudo, apontar alguns conceitos que permeiam a noção de norma lingüística: as concepções de linguagem e o surgimento da disciplina gramatical normativa.

2.1 CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

Uma questão importante para analisar o uso da Língua Portuguesa em situações formais de comunicação é o conceito de linguagem adotado pelo trabalho. Ora, a maneira de se entender a natureza da linguagem altera a forma de se analisar o uso da língua.

Normalmente, estudos voltados para a educação têm levantado três possibilidades distintas de conceber a linguagem: expressão do pensamento; instrumento de comunicação; e forma de interação. Desses conceitos serão apresentados apenas os pontos fundamentais e mais pertinentes para o objetivo do trabalho.

A primeira concepção vê a linguagem como uma forma de exteriorizar as expressões construídas no interior da mente. É como se o mau desempenho lingüístico decorresse da incapacidade que um indivíduo apresenta em pensar.

A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece. (TRAVAGLIA, 2005, p.21).

O conceito de linguagem como expressão do pensamento foi adotado pelos estudos tradicionais da língua que presumem que, para o pensamento ser organizado, é preciso seguir as regras. São essas regras que constituem as normas gramaticais tradicionais do falar e escrever “bem” que serão estudadas em capítulos posteriores.

Essa concepção de linguagem é adotada pela *Gramática Normativa* ou *Tradicional*, aquela entendida como um manual de normas a serem seguidas por aqueles que querem se expressar corretamente. Nessa formulação, desconsideram-se as situações comunicativas, como se o bom desempenho comunicativo do indivíduo não dependesse do interlocutor e das circunstâncias da comunicação.

A segunda concepção entende a linguagem como instrumento de comunicação e nela a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo normas. Por meio da língua, transmitem-se mensagens de um receptor e, para que a comunicação se efetive, é necessário, tão somente, que os falantes, locutor e interlocutor, dominem o código.

Para essa concepção o falante tem em sua mente uma mensagem a transmitir a um ouvinte, ou seja, informações que quer que cheguem ao outro. Para isso, ele a coloca em um código (codificação) e a remete para o outro através de um canal (ondas sonoras e luminosas). O outro recebe os sinais codificados e os transforma de novo em mensagem (informação). É a decodificação. (TRAVAGLIA, 2005, p.22-23).

Seguindo essa segunda concepção encontram-se os estudos de Saussure (1969), que estabelece sua teoria dicotômica, clássica da Lingüística Estrutural. De acordo com essa concepção, a *langue*, sistema de comunicação de caráter social, opõe-se à *parole*, instrumento de expressão do indivíduo sujeito a variações.

Saussure elege apenas a *langue*, sistema de signos, como objeto de estudo. Isso ocasionou a não consideração dos interlocutores e da situação de uso na constituição da língua o que afastou, portanto, o indivíduo falante do processo de produção.

Como será visto no capítulo referente à metodologia, esse trabalho levará em conta os aspectos extralingüísticos à comunicação, como o interlocutor, o

momento da enunciação, o objetivo da comunicação. Esses aspectos não são considerados pelas concepções de linguagem estudadas. Essas duas noções de linguagem, portanto, não serão adotadas por esse estudo.

A terceira concepção vê a linguagem como processo de interação. “Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor).” (TRAVAGLIA, 2005:23).

Busca-se analisar a linguagem em situações de uso, ou seja, o contexto e a realidade lingüística passam a ser importantes para o estudo da língua que é vista como um sistema dinâmico.

Essa concepção é representada pela Lingüística Textual, a Teoria do Discurso, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a Semântica Argumentativa e todos os estudos de alguma forma ligados à Pragmática que podem ser reunidos sob um grande rótulo: *lingüística da enunciação*.

Considerando-se novamente os objetivos do trabalho, é essa terceira concepção que será adotada. Nesse sentido, é proposto pelo trabalho considerar em sua análise, além dos aspectos lingüísticos, os extralingüísticos como: a intenção comunicativa, o momento discursivo, o papel do interlocutor, que devem ser partilhados para que haja uma interação bem-sucedida.

2.2 O SURGIMENTO DA DISCIPLINA GRAMATICAL

Falar em norma culta da língua remete qualquer indivíduo a pensar em falar “bem”, seguir as regras da gramática. Por isso, esse trabalho dedicará um capítulo ao estudo da tradição gramatical retomando, ao mesmo tempo concepções de linguagem já apontadas.

2.2.1 A Herança Greco-latina

Para explicar os domínios da gramática tradicional ocidental, é preciso compreender seu processo de instituição. O primeiro povo a apresentar situação histórica e cultural favorável ao surgimento da gramática foi o grego, por esse motivo serão apontados os principais motivos que os levaram à instituição da disciplina gramatical, entre eles, a importância que os gregos deram aos fatos da linguagem (princípio básico da disciplina gramatical).

Bem cedo se verifica, na história do pensamento grego, uma grande atenção dada à consideração dos fatos de linguagem. Muito antes de a gramática ser pensada como uma disciplina intelectual e mesmo bem antes de ela emergir dentre a massa do pensamento filosófico, encontramos uma riqueza muito grande na experiência grega da linguagem (NEVES, 2005, p.19).

Acima de tudo, houve uma situação histórica e cultural favorável ao surgimento da atividade gramatical entre os gregos. A preocupação com o uso da linguagem, apesar das poucas noções teóricas, permitiu aos gregos, numa época em que eles se abriram à influência de outros povos, a preservação de sua cultura. A gramática surge, portanto, com uma finalidade prática, mas que só foi possível porque já havia um uso lingüístico bastante significativo.

Os poemas homéricos, por exemplo, faziam referência à força persuasiva da linguagem. Os heróis almejavam ser bons na guerra e no conselho, estavam preocupados com a eficácia da ação de suas palavras e conseqüentemente preocupavam-se em falar corretamente. Ora, aquele que tivesse um mau desempenho lingüístico, não seria ouvido nem respeitado. Nessa preocupação com a linguagem não havia, porém, aparatos teóricos.

Com o surgimento das *polis* gregas, criou-se, ao lado da linguagem poética, outra modalidade considerada culta, a linguagem retórica a qual já aparecia nos heróis de Homero que falavam em assembléias. Havia, assim, duas linguagens cultas na *polis* grega: a linguagem poética, inspiração das Musas, que falam por meio do poeta e a linguagem retórica, em que o homem fala por si.

O problema que preocupava os gregos era a formação do homem político, fato que levou os sofistas, homens que visavam a ensinar a arte de persuadir, ou seja, a arte de vencer em todas as discussões, a reunir jovens e torná-los capazes de participar da vida política das cidades. A oratória passa a ser, então, um elemento prévio fundamental para o desenvolvimento intelectual e formação do *polités* (cidadão).

Tendo a atenção voltada para a função persuasiva da linguagem, era natural que os sofistas desenvolvessem esforços para obter o máximo de eficiência lingüística e se preocupassem de modo particular com o ensino do uso correto da linguagem (NEVES, 2005, p.41).

A preocupação com a eficiência lingüística fez com que houvesse as primeiras reflexões teórico-práticas sobre a linguagem. Surge a necessidade de distinguir as palavras para selecionar aquelas com maior eficiência e força persuasiva.

Para os sofistas, o que é dito é o que é pensado, e o pensamento se reduz à linguagem, por esse motivo a mente dos jovens deveria habituar-se a pensar bem. Vê-se, então, o surgimento da primeira concepção de linguagem estudada no capítulo anterior, a linguagem como tradução do pensamento.

Essa atividade com a linguagem ainda não é considerada, porém, gramatical. Basta ressaltar que as preocupações dos poetas e dos retóricos constituíram-se práticas que encaminharam as preocupações gramaticais.

Os gregos acreditavam na superioridade de sua civilização e cultura. Mas como os domínios da cultura grega iam além da Grécia, os gregos propuseram a unificação dos dialetos gregos baseado na variedade de Atenas. Dessa proposta lingüística surgiu o grego padrão (*koiné*), a língua comum que se fixou em todos os territórios nos quais essa língua era falada.

Historicamente, porém, a cultura grega (conquistou uma vasta extensão territorial, e isso ocasionou um grande contato entre civilizações heterogêneas. A língua, então, abre-se a influências de outras culturas. Além disso, a invasão bárbara também contribuiu com a perda da hegemonia intelectual grega. Passa-se, então da época de hegemonia intelectual, helênica, para a época helenística, caracterizada por influências diversas.

Como a heterogeneidade cultural não agradava os gregos, que acreditavam na superioridade cultural de seu povo, houve a real necessidade de manter e cultivar as características helênicas-em oposição às bárbaras-, e a partir delas estabelecer verdadeiramente uma educação clássica que pretendesse formar cidadãos capacitados a conservar o patrimônio cultural e científico. Para isso, passasse a analisar, com maior ênfase, às grandes obras do passado que passam a constituir “atividade cultural por excelência” (NEVES, 2005, p.112).

A disciplina gramatical aparece na época helenística, que se diferencia da época helênica tanto na organização política e social, como no modo de vida e na cultura. Nessa época o que se procura é, acima de tudo, transmitir o patrimônio literário grego, privilegiando-se, como atividade cultural, o exame de grandes obras do passado. (NEVES, 2002, p.49).

A época helenística estava mais preocupada com a preservação de seu patrimônio, que tem como principal veículo o ensino e a aprendizagem, que com a criação intelectual, apesar de terem avançado nos estudos descritivos sobre a linguagem. A gramática ensinada nesta época buscava explicar a língua dos grandes poetas e, ao mesmo tempo, considerar errada a língua impura e contaminada pelos bárbaros.

De toda a situação cultural que cerca o nascimento dos estudos gramaticais, decorrem as características que determinaram a sua natureza: limitação à língua escrita, especialmente à língua do passado, mais especificamente à língua literária, e exclusivamente à grega. Nem interessava a língua coloquial nem quaisquer línguas de outros povos. A elucidação dos textos clássicos e o comentário crítico desses textos ditavam a diretriz dos estudos lingüísticos. (NEVES, 2005, p.113).

Duas tendências se opõem: a norma de uma língua que deve ser conservada e descrita. Trata-se da língua dos oradores e dos escritores clássicos que é ensinada nas escolas em sua forma escrita, e ela se opõe à língua falada que evolui e tende à eliminação de distinções sutis e ao caráter concreto. Contudo, é desse contexto que data a separação da língua escrita da falada e em que a norma culta se instala, apesar de não haver ainda, concepções teóricas de norma.

A gramática do período helenístico foi herdada da filosofia. De acordo com os filósofos, para persuadir era importante usar umas palavras em detrimento das outras, era preciso construir o argumento de uma e não de outra forma. Sob esse enfoque, as gramáticas desse período apresentavam um cunho didático de preservação de valores.

Os filósofos, porém, não fizeram gramática. Eles iniciaram o processo de descrição lingüística que foi modelo para a sistematização da gramática grega.

Dois são os centros de cultura helenística: a escola de Alexandria e de Pérgamo.

A escola de Pérgamo preocupava-se em explicar os textos em sua relação com a verdade, interpretava os mitos e os nomes divinos, enfim, buscava a linguagem lógica. A escola de Alexandria preocupava-se em fazer analogias das formas. É esta última, ao contrário da primeira, que se manteve no terreno filosófico, que representa a consolidação da passagem das considerações sobre a linguagem do terreno filosófico para o terreno propriamente gramatical.

De acordo com NEVES (2005, p.117), foram os gramáticos alexandrinos que codificaram a gramática grega e que lançaram o que seria o modelo da gramática ocidental tradicional. Silva (2003, p.15) afirma que os alexandrinos buscavam a manutenção da norma literária, fundada pelos gregos; buscavam a preservação da cultura erudita presente nas obras consagradas de autores da civilização grega clássica as quais deveriam ter seus modelos como exemplos a serem seguidos. A norma, portanto, constituir-se-ia em “uma prática a ser imitada”.

Dionísio o Trácio, nascido em Alexandria, foi o mais importante organizador da arte da gramática na Antigüidade. Ele escreveu a primeira gramática do Ocidente, editada pela primeira vez em 1715 e que tem seus traços fundamentais ainda hoje reconhecidos em muitas obras gramaticais do Ocidente. Segundo Neves (2005, p.125), a grande contribuição de Dionísio está na analogia das formas sonoras, na rejeição do uso comum, especialmente na acentuação das palavras. Além disso, ele apresenta a primeira sistematização geral da gramática.

O modelo gramatical alexandrino, contudo, passa a Roma. Um gramático de Alexandria, Crates de Malos, o mestre de Varrão, foi o primeiro a aplicar a prática gramatical grega à outra língua, no caso, o latim.

2.2.2 O Surgimento das Gramáticas nas Línguas Modernas: do Latim às Línguas Românicas

Entre cerca de 1400 e 100 a.C. tribos nômades migraram para o centro da Itália. Essas tribos usavam uma série de dialetos aparentados, porém divididos em dois grupos (o latim falesco, e o osco-umbro). O latim desenvolveu-se na região central da Itália, onde, surgiu Roma.

O latim, uma língua de comunicação de um povo de instinto guerreiro e de grande tino político, foi difundido às populações nativas por soldados, colonos, funcionários, comerciantes e migrantes, na medida em que Roma expandia seu poderio militar e cultural. De 326 a.C. a 272 d.C., ela tomou a Itália, a Sicília, Sardenha, Península Ibérica, Gálias, Cartago, África, Macedônia, Grécia, Bretanha, Dácia e Mesopotâmia, alcançando Europa, África e Ásia.

A superioridade cultural dos romanos em relação à maioria das províncias permitiu a submissão das línguas locais ao latim. Tanto que, por muito tempo, na maioria dos países ocidentais, houve um período de bilingüismo que não tardou a ceder lugar à utilização única do latim, fazendo com que algumas línguas indígenas das províncias desaparecessem. Após a conquista romana, a Igreja Católica adotou o latim como língua própria e, com efeito, também influenciou a implantação do latim.

O processo de expansão do Império, porém, não teve o mesmo êxito no Oriente. Em algumas regiões da península helênica, do Oriente Médio, do Egito e da Síria, as línguas locais mantiveram-se resistentes. Como foi posto no capítulo anterior, os gregos estavam em estágio mais adiantado de elaboração cultural e artística em relação aos outros povos. Desse modo, como nessas regiões a tradição cultural era forte, os romanos acabaram recebendo influência desses povos conquistados.

Não só o grego se manteve forte face ao latim, como também os Romanos cultos assumiram como modelo a cultura que se expressava em língua grega, da religião à filosofia, fazendo com que o conhecimento da língua grega fosse sinônimo de superioridade intelectual. (SIGUAN, 1996, p.27).

Como conseqüência da resistência cultural grega, houve regiões em que se manifestou uma cultura bilíngüe. O bilingüismo, no entanto, permitiu o enriquecimento cultural desses povos. No caso específico do latim escrito, por exemplo, foi grande a influência grega, tanto no padrão gramatical quanto e, sobretudo, nos gêneros literários.

O latim difundido à maior parte das populações conquistadas, porém, não era o latim clássico de padrão gramatical grego. Ele começou a ser utilizado por pessoas que estavam pouco preocupadas com normas e princípios legais da língua, por isso, afastou-se do latim clássico. Existia, contudo, uma elite conservadora (os patrícios) que pretendia conservar as formas primitivas do latim. O latim *urbanus* ou *perpolitus* (como era chamado o latim de caráter conservador) era ensinado nas escolas e diferenciava-se de outra variante que surgia: o latim corrente, que se tornou meio de comunicação para as populações conquistadas.

A Igreja Católica, como visto anteriormente, participa do processo de divulgação da língua latina e passa a editar livros na língua comum como instrumento de pregação, fato que facilita ainda mais a difusão do latim vulgar em detrimento do latim *urbanus*.

A queda do Império Romano e a invasão dos bárbaros conduziram ao desaparecimento da aristocracia e das escolas a ela destinadas. Sem estrutura política, social e intelectual, o Império Romano entra em decadência e permite, então, a expansão do latim vulgar. Muitos gramáticos, por muito tempo, tentaram conter essa expansão, mas, além da desestruturação política, social e intelectual bárbara, houve a ação dos reformistas que traduziram a Bíblia para línguas vulgares.

De acordo com Furlan (2006, p.299), com a queda do Império Romano, “as forças lingüísticas desagregadoras puderam agir livremente e de tal forma que, em fins do século V, os falares regionais do Império já teriam estado mais próximos dos idiomas românicos ou neolatinos do que do próprio latim”.

Com a acentuação das diferenças dialetais de cada região, a unidade lingüística do Império já não existia. Tem-se, daí, um período em que o latim vulgar começa a se modificar até se transformar nas línguas românicas modernas. Esse processo, contudo, foi gradual, não sendo possível estabelecer uma data exata de desaparecimento.

Chegou-se, assim, a uma época em que esse conjunto de modificações fez com que o latim já não fosse mais entendido. A esse tipo de linguajar se deu o nome de *romance* (...). Sabendo-se que qualquer modificação em grandes instituições, como a Igreja, é lenta, pode-se afirmar com segurança que já antes do século IX o povo em geral ou grande parte dele só falava o romance e não entendia mais latim, conhecido apenas por aqueles que freqüentavam as escolas e essas eram poucas, destinadas preferencialmente a nobres e clérigos (BASSETTO, 2001, p.185).

Segundo Furlan (2006, p.299), o romance foi o período em que do latim vulgar falado pelas populações que ocupavam as diversas regiões da România surgiram novas variedades. Essas variedades constituem a fase preliminar de uma língua neolatina que termina com o aparecimento de textos redigidos em cada língua românica, entre elas, o português (início do século XIII).

Os *romances*, como eram considerados uma língua vulgar, não foram utilizados na escrita. Os que escreviam, faziam-no em latim medieval, pois os *romances* eram considerados uma forma popular e familiar do latim. Porém, apesar de seu caráter vulgar, foi a partir deles que surgiram as línguas românicas que, por sua vez, só vão assumir uma feição literária nos séculos XV e XVI.

Considerando que a estabilização de uma língua, entre outros fatores, é impulsionada pelas obras literárias e pelos textos religiosos, é a começar deste período que o estudo tornou-se consciente e capaz de reflexão. Ora, são essas obras e a igreja que ditam as regras do bem falar e escrever e se elas adotaram a língua vulgar, será essa a variante da língua que as pessoas utilizarão e estudarão.

É nesse contexto que surgem as preocupações com a língua em si, enquanto objeto de estudo. A primeira gramática pensada como tal que tem por objeto uma das novas línguas, o castelhano, foi escrita por António Nebrija, à luz dos alexandrinos e cuja iniciativa teve tanto êxito, que a gramática foi editada muitas vezes. “Evidencia-se então a necessidade de alargar as obras gramaticais para além do latim e de se ensinarem as ‘línguas vulgares’” (SILVA, 2003, p.16).

2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A linguagem como expressão do pensamento concebida inicialmente pelos sofistas, como foi posto, é um princípio sustentado pela tradição gramatical grega, passando pelos latinos, pela Idade Média e Moderna e, teoricamente, só rompida no princípio do século XX, de forma efetiva, por Saussure.

Como, de acordo com essa concepção lingüística, o falante deve pensar bem para expressar-se bem, faz-se necessário conhecer as regras do bom uso da língua e internalizá-las. Surge, então, com os alexandrinos, uma doutrina normativa do Certo e Errado, mais atualmente conhecida por gramática tradicional.

Durante todo o período histórico estudado anteriormente, portanto, a linguagem não foi vista como um fato social, interativo e a gramática era um instrumento de estudo para dominar as regras do falar e escrever bem, ditadas pelas classes dominantes.

De acordo com essa concepção de gramática, falar bem implica dominar a norma culta da língua, ou seja, para ter um bom desempenho lingüístico o usuário da língua deve dominar as regras da Gramática Tradicional.

2.4 NORMA LINGÜÍSTICA

Após abordar o surgimento da gramática nas línguas românicas, é possível verificar algumas noções até então consideradas:

- Supremacia da língua escrita em relação à língua falada.
- Postura tradicional de que só a variedade culta escrita deve ser objeto da gramática.
- A língua falada só será considerada culta quando obedecer às regras da Gramática Normativa e empregar vocabulário culto.

A Escola de Praga, dos estruturalistas seguidores de Saussure, apresenta uma posição pioneira e inovadora em relação aos aspectos lingüísticos acima apontados. Para os estudiosos da língua, ela deixa de se apresentar superior às outras variedades da língua; ela deixa também, por conseqüência, de ser o único

objeto de estudo gramatical (todas as variedades da língua passaram a ser objeto de estudo).

Essa visão da linguagem alterou-se a partir do momento em que, ao analisarem a língua checa, esses estudiosos perceberam a necessidade de se considerar uma terceira variante social da língua. Além da linguagem popular e da língua literária, eles verificaram a existência da língua urbana comum, que foi considerada um dialeto intermediário.

Esses estudos, por se preocuparem com as exigências intelectuais da vida cultural do país, passaram a discutir os fatos reais desempenhados pela língua em detrimento à atitude conservadora dos puristas. Essa preocupação serviu como ponto de partida para o estudo sociolingüístico, que propôs uma variedade intermediária entre a fala popular e a língua literária.

Segundo Silva (2003, p.18-19), “separa-se assim a gramática prescritiva ou normativa do que se quer como centro da Lingüística, ou seja, a gramática descritiva”.

A gramática descritiva propõe a homogeneização do sistema da língua. De acordo com seus princípios, deve haver um sistema formal e abstrato que uniformize a língua.

Passa-se a descrever as regras de funcionamento a partir da observação das estruturas formais. O objetivo dessas descrições restringia-se, pois, em analisar as estruturas internas da língua. Para os estudiosos da língua, ela ainda não era vista como instrumento de interação e os fatores extralingüísticos não eram considerados. As regras de funcionamento das variantes lingüísticas descritas mais prestigiadas eram adotadas como normas a serem seguidas por todos os usuários de cada variante.

É possível verificar, portanto, a existência de duas noções de norma: a “norma do uso” e a “norma do bom uso”. A norma do uso refere-se à norma do uso comum, idealizada primeiramente pelos estudiosos da Escola de Praga. A norma do bom uso refere-se à norma utilizada pelos grandes clássicos e que deveria ser seguida.

Como foi visto, desde a época helenística, já havia interiorizada na vida das pessoas a noção de norma. Interiorizada porque ainda não havia teorias que descrevessem as concepções de norma, mas os gregos, nessa época, já

distinguiam a língua que seguia as normas do bem falar cultivada pelos povos helênicos da língua impregnada de barbarismos.

As primeiras teorias sobre norma, pois, foram discutidas por Coseriu que desenvolve a teoria da “norma do uso” acima apontada. Em seu estudo “Sistema, norma y habla” (1987) propõe uma noção de norma, à luz dos estruturalistas, como a modalidade lingüística “normal”, “comum”, que é estabelecida pela freqüência do uso.

Norma, em Coseriu, está sempre definida, estruturalmente, em relação ao sistema e à fala saussurianos. A partir do fato observado de que nas línguas há elementos que não são únicos ou ocasionais, mas sociais, isto é, normais, repetidos na fala de uma comunidade, defende que sobre o sistema funcional (*langue*) se pode estabelecer o sistema normal (*norma*). O sistema normal será portanto uma abstração intermediária entre o sistema e a fala. (SILVA, 2003, p.21)

Em estudo acerca da norma e o uso da Língua Portuguesa, Neves (2004) propõe uma reflexão a respeito dessa modalidade lingüística “comum” proposta por Coseriu.

Em princípio essa modalidade seria estabelecida pela freqüência de uso, e, se se contempla, realmente, o uso lingüístico, essa visão, sem fazer valoração, reparte a noção de norma por estratos sociais (...), por períodos de tempo (...), por regiões. (NEVES, 2004, p.43)

Cabe ressaltar, porém, que considerar as variações lingüísticas sócio-culturais, regionais, estilísticas e diacrônicas impede o estabelecimento de um “uso comum”. Essa noção de freqüência de uso, portanto, pode ter sido idealizada. E se de fato foi, a freqüência e a normalidade no uso não foram consideradas.

A norma do bom uso, (conhecida hoje por norma culta) citada anteriormente, também pode ser entendida, por alguns, como uma norma idealizada. Ora, como foi visto no capítulo anterior, essa modalidade sempre foi dominada por algumas e poucas pessoas. As duas noções de norma (do uso e do bom uso), portanto, pautaram-se em uso idealizado da língua. De acordo com Neves (2005), desde os gregos já se via que o uso do padrão era dominado apenas por aqueles

que tinham o privilégio de estudar com os sofistas a arte de persuadir por meio de uma linguagem “correta”.

Stanley Aléong (2001) distingue a norma do uso da norma do bom uso, mas dá a elas outras denominações. O que foi chamado de norma do bom uso, para ele é norma explícita. O que foi chamado de norma do uso, para ele é norma implícita.

Segundo o mesmo autor (2001), a norma explícita é fruto de uma tradição sócio-histórica. É “a norma socialmente dominante no sentido de se impor como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido ou monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais.” (p.153). É possível perceber que esta norma está diretamente ligada à norma culta (do bom uso) por ser a norma de uso das classes dominantes.

Partindo do princípio de que todo comportamento lingüístico segue regras, é no exame dos usos reais que Aléong propõe uma outra concepção de norma: as normas implícitas. As normas implícitas, definidas como normas do uso corrente, são, portanto, as formas que não pressupõem reflexão consciente. Trata-se, sobretudo da língua falada informal, do uso corrente.

A norma que se distancia das regras gramaticais, terá, neste trabalho, duas denominações diferentes: norma do uso corrente e, a outra, norma implícita. Essas denominações serão consideradas sinônimas por partirem do mesmo princípio (da existência de uma norma comum no uso popular que não segue regras impostas, mas espontâneas).

A norma que segue os padrões da gramática, além de apresentar três conceitos que se interpenetram (norma do bom uso, norma explícita, norma culta), muitas vezes, o termo “padrão” é encontrado para a mesma variante da língua.

Faraco (2002) atribui, porém, distinções entre a norma culta e a norma padrão. Faz-se necessário, portanto, assinalar as concepções propostas por esse autor, assim como, apresentar os motivos que levaram o trabalho a adotar esses termos como determinantes na mesma norma.

2.4.1 Norma Culta x Norma Padrão

Faraco (2002) apresenta uma distinção entre norma culta e norma padrão. Segundo citado Autor, trata-se de noções que não podem ser confundidas.

Em sentido amplo, norma culta, já citada em capítulos anteriores, é aquela que segue rigorosamente as regras gramaticais. No que se refere à língua falada, a norma culta define-se como a variante perpassada pela escrita. Apesar das diferentes condições de produção em relação à escrita que serão abordadas em um capítulo especial, a linguagem falada só será considerada culta quando seguir as regras da Gramática Normativa.

De acordo com Faraco (2002, p. 39), a denominação culta sugere a existência de normas “incultas”, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura.

Esse preconceito lingüístico não é recente. Desde a invasão bárbara no Império Romano decadente, as línguas influenciadas pelos barbarismos e utilizadas pelas pessoas das classes desprivilegiadas eram consideradas vulgares incultas, porque eram utilizadas por pessoas que não tinham acesso à língua dos clássicos latinos. O prestígio ou não de uma norma, contudo, não se relaciona à capacidade de desempenho lingüístico dos falantes da norma, mas sim ao seu valor social. Ora, não há grupo humano sem cultura.

Não há como negar que as diferentes variedades lingüísticas e, portanto, as diferentes normas lingüísticas, estão em constante contato havendo, como conseqüência disso, uma influência mútua e constante entre elas. Por esse motivo, ao longo da história, criou-se um processo unificador que visa à estabilização lingüística e busca neutralizar a variação: a *norma padrão*.

É possível estabelecer uma relação entre esse processo unificador e as propostas de Coseriu, que propõe a existência de uma língua “comum” entre os povos de diferentes regiões, que viveram em épocas distintas e que pertencem de diferentes estratos sociais. Assim como a linguagem “normal” de Coseriu (1987), a linguagem padrão é idealizada. Ora, considerando os fatores extralingüísticos citados, não há como haver um único padrão, nem uma única linguagem “normal”, mas sim, vários padrões e várias linguagens comuns.

Na verdade, a função básica de um padrão de linguagem é estimular, na escrita e na fala, uma relativa uniformização lingüística perante um diversificado e amplo espaço cultural e, com isso, a língua padrão passa a desempenhar um papel relevante no sentido de garantir uma base para a comunicação perante a variedade geográfica, histórica e cultural. Além disso, estabelecer um padrão implica necessidades de organização política e favorece a unificação nacional.

Em alguns casos, como o brasileiro, os padrões foram construídos de forma artificial. Ora, os que assumiram o papel de “guardiões” dos padrões eram e são usuários cultos das capitais. Historicamente, a norma conservadora brasileira, como será visto de forma mais aprofundada em capítulo posterior, seguiu modelos de escrita padrão lusitana. Ora, os fatores sócio-históricos e culturais que levaram ao estabelecimento da norma lusitana são distintos dos brasileiros, e esse fato ocasionou, no Brasil, uma vasta distância entre a norma culta e o uso.

Como, no Brasil, o padrão foi determinado pelos falantes cultos e essa concepção continua vigente nos dias de hoje, a norma culta confunde-se com a norma padrão e, por isso, serão utilizadas como sinônimas.

2.4.2 O Apego a Portugal

Rebentos de um mundo novo, descoberto e colonizado por povos europeus de larga vida anterior, as nações americanas amanheceram na liberdade política sem haverem construído uma pátria cultural, com as elites dirigentes de olhos fixos nos padrões europeus, concebidos então como únicos e exemplares modelos de civilização e de cultura. (CUNHA, 1968, p.11).

Era de se esperar que uma mudança radical na economia e na vida política dos países americanos tivesse como consequência certo desprezo pelas obsoletas normas gramaticais impostas ao português brasileiro e mais, trouxesse ao brasileiro um novo ideal literário. Mas como os postos de comandos nas colônias eram ocupados por tradicionalistas das metrópoles, a mudança lingüística, no plano

gramatical e literário, não sofreu visíveis modificações em todas as colônias da América.

Quando obtiveram liberdade política, as nações americanas não haviam construído uma cultura própria. Presos às elites dirigentes de origens européias que visavam a seguir o padrão europeu, os americanos deveriam sempre esperar pacificamente as normas condutoras de religião, direito, língua, poesia, as quais já vinham prontas a eles.

Algumas nações, porém, tiveram certo cuidado com suas colônias e permitiram a elas certa liberdade e autoridade cultural. A colonização espanhola, por exemplo, diferentemente da portuguesa, criou universidades, colégios nas suas colônias. A colonização portuguesa, contudo, não foi eficaz no campo da educação e da cultura. No Brasil havia, no final do século XVIII, apenas poucos e precários colégios de ensino primário e médio ligados a ordens religiosas.

Os portugueses, no entanto, permitiram que apenas uma insignificante minoria de brasileiros recebesse instrução universitária, e, na maioria das vezes, se quisessem uma formação completa como a da metrópole, deveriam para lá embarcar.

Daí a diglossia, a acentuar-se progressivamente: de um lado, a língua popular, entregue à sua sorte na boca de tantas e tão variadas comunidades de analfabetos que se espalhavam pela imensidão do Brasil; de outro, a língua dos doutores e dos padres, dos bacharéis bem-falantes, mosaico de fragmentos do passado literário que essa elite de “bons latinos” aprendia em Coimbra ou nas tradições portuguesas conservadas nos colégios jesuítas- “signum” de superioridade cultural e, também, mais do que nunca, de distância social. (CUNHA, 1968, p.20).

Sob esse enfoque, apenas a elite que tinha acesso à norma culta conseguiu seguir a tradição lingüística de Portugal. Esse padrão, como não estava ao alcance da maioria dos brasileiros, perdeu o contato com a língua viva “desprestigiada” do “povo”. Com efeito, apenas os

letrados das colônias tinham conseguido manter unificada a língua culta, mas pelo artificialismo de tal unificação, havia aumentado, muito além do natural e do admissível, a distância entre as duas formas de linguagem, a transmitida e a adquirida, que praticamente deixaram de comunicar-se” (CUNHA, 1968, p.21).

Nesse sentido, Manuel Bandeira (2006) ressalta,

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
 Vinha da boca do povo na língua errada do povo
 Língua certa do povo
 Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
 Ao passo que nós
 O que fazemos
 É macaquear
 A sintaxe lusíada

A falta de consciência da situação lingüística, o certo “medo” de que o idioma se estratificasse e a conseqüente falta de acesso da maioria da população às normas importadas de Portugal fez com que uma nova norma fosse forjada: a norma da linguagem “popular”, que não era reconhecida pelos falantes cultos, e, portanto, nem pelas gramáticas.

Celso Cunha (1981) aponta outros fatos culturais que mostram a falta de apego com sua própria cultura e que influenciaram o descaso com língua portuguesa no Brasil. Segundo ele, muitas universidades empregavam o pouco de recurso de que dispunham em projetos cujo tema era de interesse de alguma instituição estrangeira ou em um tema científico da moda que exigisse o estudo de métodos também importados e que, portanto, de nenhuma forma consideravam o complexo fazer-se da língua portuguesa no Brasil.

Ele ainda aponta que não era cabível, da mesma forma, que se pensasse em criar, passo a passo, uma metodologia para pesquisa idiomática adequada a partir do nada. Defendia apenas a importância de se apontar os males de se aderir o último *ismo* da ciência, de se aplicar, sem que houvesse um planejamento prévio, métodos que chegavam pré-fabricados de países com situação lingüística muito diversa, porque eram muito diversas também suas condições socioculturais. (CUNHA, 1981, p.14).

O autor exemplifica essa situação, citando a ocasião em que, após a realização do XII Congresso de Lingüística e Filologia Românicas, realizado na Universidade de Leningrado, aplicou-se ao português do Brasil noções da dialetologia tradicional européia.

Não tendo vínculos com o processo evolutivo da Língua Portuguesa no Brasil e por revelarem-se escolhas artificiais, tanto a imposição das normas

portuguesas quando, a importação de projetos e teorias, foi, durante muito tempo, uma barreira ao ensino.

A crise no ensino, porém, não se encerra nesses fatores. Deriva também de crises sociais pelas quais o próprio país passou que influenciaram ainda mais a situação do ensino formal.

Em 1920, dois terços da população economicamente ativa concentrava-se na zona rural. Em 1970, 80% da população brasileira era considerada urbana. Essa virada que implicou drástica mudança de valores, inclusive, aumentou-se a procura pelas escolas, mudou o perfil sócio-cultural dos alunos. Ora, as escolas deixaram de receber exclusivamente alunos da classe média urbana, para os quais a escola se destinava, e passaram a receber filhos de pais iletrados, mal chegados às cidades e a elas mal adaptados.

A escola não estava preparada para receber os novos alunos e os alunos não estavam preparados para freqüentá-la. Acostumada a receber alunos que tinham um contato com o padrão culto em várias situações cotidianas, a escola depara-se com um enorme contingente de alunos que só teriam e estavam tendo contato com o padrão culto na escola.

Além disso, os falantes rurais tiveram seu idioma discriminado na escola urbana que não deixou de receber em sua modalidade lingüística a influência do falar rural. Ora, como não é do domínio do indivíduo impor uma norma e impedir que ela sofra as influências do meio, a língua dos falantes urbanos certamente sofreu influência desses falantes rurais, que pouco acesso tinham aos padrões e, certamente, foram discriminados por isso. Esse fato contribuiu ainda mais para o distanciamento entre as modalidades da língua.

Com efeito, assim como o país não estava preparado, depois da Independência política, para a independência cultural, a escola brasileira não estava preparada para receber os alunos “incultos” provenientes da zona rural.

Notava-se, então, a falta de planejamento global, de um órgão central coordenador de investigações da realidade idiomática brasileira e a conseqüente atitude conservadora e desatenta com as raízes da língua viva no Brasil.

Após a introdução da disciplina Lingüística e da Teoria da Comunicação nos cursos de letras, iniciou-se um maior apego a textos modernos que retratassem a realidade brasileira. Houve, então, uma tentativa de

desvinculação em relação não apenas aos textos clássicos, mas também românticos e realistas.

A desvinculação se deu atabalhoadamente: povoaram-se os livros didáticos de textos de autores contemporâneos, de crônicas, e, até, de histórias em quadrinhos, que reproduziam, em balões, a língua falada da conversação. (NEVES, 2004, p.49).

Segundo Bechara (1989, p.14), tanto na imposição da norma culta quanto na total liberdade lingüística, há realmente *opressão*, na medida em que não permitem ao usuário da língua a liberdade de escolha da modalidade mais adequada ao seu discurso.

Foi a partir daí que a comunidade de falantes começou a pedir socorro, com base neste raciocínio: de que servem as aulas de Língua Portuguesa se não só não fazem refletir sobre a língua como também não oferecem ganho social, porque não logram colocar o indivíduo na “aristocracia” da linguagem? (NEVES, 2004, p.49).

Como a tentativa de desapego às normas e à cultura portuguesa não teve sucesso no Brasil, a linguagem formal continuou a pautar-se pelas normas importadas de Portugal. Essa submissão brasileira, no entanto, violou o dinamismo evolutivo da sociedade. Ora, a língua por apresentar um caráter dinâmico, evolui juntamente com a civilização que a utiliza. Adotar convenções estrangeiras, no entanto, significa desconsiderar a realidade lingüística brasileira.

A tentativa, porém, não foi em vão. Apesar de não haver uma gramática do português brasileiro, passa-se a dar maior importância à realidade lingüística do Brasil.

Como a língua falada é a variante que melhor confirma a evolução de uma língua, tornou-se indispensável perceber, por meio dela, os elementos lingüísticos efetivamente utilizados pela população e aqueles que já tinham sido superados. Só assim seria possível estabelecer normas condizentes com a realidade lingüística da nação.

2.4.3 Variação lingüística: aspecto fundamental para análise lingüística

Numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, não haverá, portanto, apenas as normas culta e coloquial, haverá inúmeras normas lingüísticas, como por exemplo, a norma característica de comunidades rurais tradicionais, a norma característica de grupos de jovens urbanos, a norma característica das populações das periferias urbanas, e assim por diante.

Nesse sentido, Aléong afirma que

examinando as possibilidades estruturais de variação em toda língua e levando-se em conta as funções sociais da linguagem, pode se conceber a norma lingüística como o produto de uma hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a “conveniência” de uma forma lingüística em relação às exigências da interação lingüística. (ALÉONG, 2001, p. 152).

A linguagem passa a ser vista, então, como processo de interação (terceira concepção de linguagem apresentada no capítulo 3 e adotada pelo trabalho). Faz-se necessário analisar a linguagem em situações de uso. Considerar os diferentes empregos da língua, no entanto, implica valorizar cada variante da língua, desde a mais informal até a mais formal.

Todavia, se se acredita que os diferentes tipos de situação impõem diferentes usos da língua, não há por que, ao realizar atividades de ensino/aprendizagem da língua materna, insistir no trabalho de apenas uma das variedades, a culta ou a coloquial.

No fundo, o compromisso do professor de língua é ampliar os horizontes discursivos dos alunos, ensinando-lhes as diversas variedades da língua. Dessa forma, o aluno dominará os meios necessários para escolher adequadamente as modalidades para seu discurso.

Estudos do projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta) ressaltam que o bom usuário da língua é aquele que sabe escolher com propriedade a norma adequada a cada situação de interação, podendo ir desde o maior grau de informalidade ao maior grau de formalidade.

Contudo, apesar de questionar a imposição da norma padrão à Língua Portuguesa no Brasil, a importância dessa norma para a sociedade não é questionada. Cabe, então, ao falante, além de dominar a variante que lhe atribui prestígio, dominar as normas menos prestigiadas socialmente.

2.4.4 A Norma Culta e o Uso

A norma perpassada pelos padrões escritos deve ser utilizada em situações formais, faladas ou escritas, também perpassadas pela linguagem escrita. Mas, por conta da natureza de cada modalidade da língua e das diferentes condições de produção, a norma padrão aplica-se mais rigidamente à escrita.

As gramáticas normativas prescrevem tanto o bom uso da escrita quanto da fala. Não há na fala, porém, um aparelho institucionalizado de referência, de difusão e de imposição da norma culta como há na escrita- dicionários, gramáticas. Além disso, na fala a difusão da norma culta é feita por meio de falantes que têm acesso à escrita formal.

É considerado falante culto aquele que apresenta o terceiro grau completo porque se pressupõe que esse usuário teve bastante acesso, durante todos os anos de escolaridade, a textos escritos formais. No Brasil, contudo, a maioria dos usuários da língua não pertence à classe dominante lingüística.

Por outro lado, como toda sociedade consumidora e capitalista tende a procurar atingir um grupo cada vez mais extenso, ela tende a adequar seu discurso à maior parte da população. Portanto, como no Brasil a maioria da população não domina as normas do bom uso, a utilização da linguagem coloquial tem sido estratégia muito utilizada pela mídia, tanto na fala quanto na escrita, inclusive em situações formais de produção.

Não só a mídia, mas todo bom usuário da língua, como foi posto anteriormente, tende a adaptar as variedades lingüísticas que domina às diferentes situações.

Para apontar o real perfil do falante culto brasileiro, Dino Preti (1999) reúne no livro “O Discurso Oral Culto” artigos de lingüistas, entre eles, o próprio organizador, Diana Luz Barros, Marli Quadros Leite, que discutem o uso da norma

padrão por falantes urbanos cultos a partir de materiais recolhidos pelo Projeto NURC/SP na década de 70 e transcritos na década de 80. A análise desse material revela que, na fala desses informantes, há incorporação de alguns desvios lingüísticos em relação ao padrão. Segundo esses estudiosos, a influência da linguagem coloquial tem aproximado falantes cultos de falantes “comuns”.

Ao ajustarem seus discursos à realidade lingüística brasileira, Dino Preti, no estudo apontado, afirma que “não seria possível a um falante culto, em qualquer tipo de situação interacional, evitar sempre o uso do pronome proclítico, em início de frase, como determina a gramática tradicional.” (PRETI, 1999, p.25).

O uso de gírias é um outro exemplo citado pelo autor de incorporação do discurso informal. De acordo com os dados encontrados na pesquisa, ele verifica que o uso desse léxico popular tem sido freqüente “nas mais variadas situações de interação, com os mais variados tipos de falantes.” (PRETI, 1999, p.25).

Marli Quadros Leite, na obra citada, ao analisar a transcrição feita pelo Projeto NURC/SP de duas conferências e uma aula universitária, ressalta que “não é difícil observarmos, no léxico e na gramática da variante culta da língua, a presença de estruturas não autorizadas pela norma prescritiva contemporânea.” (LEITE, 1999, p.85).

Embora haja marcas da linguagem popular, é possível perceber na fala de usuários cultos, de acordo com a pesquisa, uma fala tensa, preocupada em seguir as regras gramaticais. A maior parte dos desvios, contudo, dá-se em nível lexical.

Apesar de o estudo ter sido feito a partir de um material recolhido a vinte anos atrás e de se considerar o caráter dinâmico e evolutivo da língua, não é de se esperar que atualmente, em situações formais de produção, o usuário desprenda-se totalmente da norma culta e passe a utilizar a linguagem coloquial em situações formais.

É claro que a influência da linguagem coloquial existe na língua escrita. Muitos usuários da língua, muitas vezes, até fazem da língua escrita uma transposição da linguagem oral. Contudo, na língua escrita formal, por seu caráter conservador, é mais fácil identificar os desvios que na fala formal, porque ela não passou pelo mesmo processo evolutivo que a fala. Além disso, sua prescrição não

está na boca de usuários que sofrem fortes influências do meio, mas sim em gramáticas e dicionários institucionalizados.

Outro fator que permite reconhecer na escrita um maior apego ao padrão que na fala são as diferentes condições de produção de ambas as modalidades. No texto escrito, há maior tempo para a elaboração. Já o texto falado é produzido no momento da interação.

Para entender por que as diferentes condições de produção influenciam e diferenciam a elaboração do discurso formal na fala e na escrita, porém, faz-se necessário verificar primeiramente, algumas relações existentes entre a fala e a escrita.

2.5 RELAÇÕES ENTRE FALA E ESCRITA

Como foi posto no capítulo anterior, o uso da linguagem formal, escrita e falada, deve adequar-se às condições de produção do discurso. Para analisar as condições de produção de um discurso, porém, é preciso considerar, além dos aspectos históricos, culturais e sociais, que a fala e a escrita apresentam aspectos diferenciais que derivam da natureza de ambas as modalidades.

Durante quase todo o percurso da história da língua (desde os gregos e latinos, passando pela Idade Média, até os dias atuais), o padrão lingüístico oral das comunidades desprivilegiadas é considerado uma manifestação marginal da língua. A única manifestação correta de expressão estava nas obras literárias de autores consagrados que seguiam as normas gramaticais vigentes na época que serviam de modelo para toda e qualquer manifestação da língua oral e/ou escrita.

Eram considerados somente dois tipos de manifestação lingüística: a escrita formal, modalidade da classe culta da sociedade, que seguia as regras gramaticais e que prescrevia as regras do bem falar e do bem escrever; e a fala informal das classes menos favorecidas, que pouco acesso tinham à modalidade escrita formal e que, portanto, eram discriminadas pela sociedade.

Considerando-se que a fala é uma manifestação de todo e qualquer indivíduo (capaz de utilizá-la) pertencente a várias camadas da sociedade e,

considerando ainda que a maioria das classes sociais não tinha (principalmente até a década de 80) acesso ao padrão, a modalidade falada era entendida como o lugar do erro e do “caos” gramatical e a escrita como o lugar da norma, do bom uso da língua. Nessa perspectiva, as duas manifestações da língua são vistas como manifestações opostas, numa perspectiva dicotômica.

Os autores que defendem a dicotomia entre a fala e a escrita costumam estabelecer as seguintes distinções:

Fala: não-planejada, fragmentada, pouco elaborada, predominância de frases truncadas, uso informal da linguagem, ligada ao pensamento concreto, entre outros.

Escrita: planejada, elaborada, predominância de frases completas, uso formal da linguagem, ligada ao pensamento reflexivo, entre outros.

Essa distinção ocorre porque a realização escrita tende a pautar-se pelo padrão, por corresponder a formas de expressão institucionalizadas e resultar de um uso reflexivo. Por ser previamente elaborado, o texto escrito não deixa explícitas as marcas de sua elaboração. Já o texto falado, é elaborado no momento da interação, de modo que se tornam freqüentes os falsos começos, as correções ficam explícitas. Isso faz com que, na fala, fique mais difícil reconhecer as regras gramaticais.

Quando houve a real necessidade de rever o caráter inflexível da norma culta e o apego às normas portuguesas por conta da distância existente entre a linguagem popular e a linguagem das elites lingüísticas, deu-se maior importância às manifestações da linguagem, falada e escrita, características da sociedade brasileira.

Atualmente, muitos estudiosos tratam a relação entre a fala e a escrita dentro de um contínuo, sugerindo uma linha de tratamento menos preconceituosa, sem dar supremacia a uma modalidade escrita formal. Essa nova proposta, porém, ainda não foi aderida por alguns estudiosos da língua. Manuais escolares, embora com menor ênfase, ainda preconizam o ensino do português como uma língua estrangeira, para não dizer, uma língua morta.

Segundo Marcuschi (2001, p.16), essa perspectiva dicotômica foi abandonada a partir da década de 80, quando os estudiosos deixam de dar primazia às regras da língua e passam a considerar que a variação depende do uso que dela é feito. “São as formas que se adequam aos usos e não o contrário”. A partir do

século XX, quando os novos estudos passaram a considerar a linguagem como forma de interação, a Lingüística deixou de idealizar o padrão gramatical e se abriu para o estudo da oralidade. Para tanto, passou-se a atribuir maior importância à análise das condições de produção dos enunciados orais e escritos que determinam a escolha de uma variação lingüística dentre as demais existentes.

Apesar de os estudos lingüísticos mais recentes, como a proposta de Dino Preti (1999), citada em capítulo anterior, terem dado maior importância ao estudo da língua falada e das relações entre a fala e a escrita, não é possível afirmar que a perspectiva dicotômica tenha sido abandonada totalmente. Percebe-se que ainda existe uma posição muito conservadora acerca do assunto. Isso porque a aquisição da escrita tornou-se um *status* almejado por muitas pessoas. Além disso, ela é pré-requisito para aqueles que desejam ascender socialmente.

Nesse sentido, Silva postula que

apesar, contudo, da abertura que a Lingüística Moderna deu às variantes da oralidade, sem hierarquizá-las valorativamente, os lingüistas, em geral, que têm se voltado para a questão da diversidade em sua relação com o ensino, não levam às últimas conseqüências práticas o princípio que defendem.(SILVA, 2003, p11).

Com efeito, embora mudanças de concepção tenham ocorrido, a supervalorização da escrita sempre esteve presente na sociedade. Tal visão foi estendida à escola que, pautada nos novos estudos, deve desconsiderar a língua como um conjunto de regras e, mais ainda, desfazer a visão dicotômica da linguagem.

Ao relacionar a fala e a escrita, não se deve compará-las em termos de superioridade ou inferioridade. É mais conveniente relacioná-las dentro de um contínuo sócio-histórico de práticas sociais que envolvem o uso da língua.

Uma simples análise da infinidade de possibilidades de condições de produção de enunciados permite concluir que é impossível se pensar em apenas dois tipos de manifestações lingüísticas (fala informal e escrita foral). Além disso, Marcuschi (2001) assinala que não faz sentido se pensar em uma relação dicotômica entre fala e escrita, mas sim, num *continuum*¹. Ora,

¹ Segundo Marcuschi (2001, p. 18), esse contínuo poder ser traduzido por uma forma gradação que

as relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se podem postular polaridades estritas e dicotomias estanques (MARCUSCHI, 2001, p.34).

Na verdade, tanto a fala como a escrita abarcam um *continuum* que vai do nível mais informal ao mais formal, passando por graus intermediários. Assim, a informalidade consiste em apenas uma das possibilidades de realização não só da fala, como também da escrita (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p.75).

Ora, se o texto falado for entendido simplesmente como modalidade informal, os textos escritos que apresentam marcas de realização oral, como os bilhetes, cartas informais, entre outros, estarão sendo descartados. E se o texto escrito, e somente ele, for pensado como uma modalidade formal, os discursos políticos, palestras, entre outros não estarão sendo considerados.

Existem textos escritos que se aproximam da fala, como bilhetes, cartas informais e outros e, da mesma forma, existem textos falados que se aproximam da escrita em sua variação formal, como as conferências, entrevistas, discursos. Contudo, dentro do contínuo de produção, é possível verificar que as distinções entre a fala e a escrita não decorrem do maior ou menor apego à formalidade, mas decorrem das diferentes condições de produção.

Na construção do texto falado, por exemplo, evidencia-se um planejamento local, isto é, a intenção comunicativa do falante é construída durante o processo de formulação. Nesse sentido, para tornar a intenção comunicativa reconhecida pelo ouvinte, cabe ao falante estar em constante reformulação.

Na modalidade falada, para retomar algum tópico ou substituir alguma expressão, não é possível recorrer imediatamente a algo já dito sem que haja repetição, reconstrução. O que tudo isso significa, segundo Halliday (1989), é que, diferentemente do que ocorre na linguagem escrita, na linguagem oral o falante não pode destruir os rascunhos. Já no texto escrito, basta voltar-se para o texto para evidenciar um tema já tratado, ou apagar e substituir uma expressão.

Sob esse enfoque, Marcuschi (2001, p.17) salienta que a escrita não pode ser tida como uma mera representação da fala, porque ela não consegue reproduzir muitos fenômenos da oralidade que contribuem com o esclarecimento da situação, tais como, a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros. Do mesmo modo, a oralidade não pode reproduzir muitos fenômenos da escrita.

2.5.1 Língua oral x Língua Escrita: aspectos diferenciais

Ao reconhecer que o texto falado é construído durante a interação e que o texto escrito permite um planejamento prévio à sua elaboração, torna-se possível apontar algumas características próprias de cada modalidade que justificam por que elas não podem ser confundidas.

Como a língua falada é produzida no momento da interação, não há tempo prévio para o planejamento, para a organização das idéias, para a escolha da palavra mais adequada à situação. Dessa forma, diferentemente da escrita, na língua falada as idéias são organizadas durante a interação, por isso, durante uma fala ficam explícitos os erros, as correções, os falsos começos, entre outros.

Devido à rapidez com que a língua falada é produzida, ela é fragmentária. Num texto oral, o falante repete-se muito, tanto com relação ao vocabulário como com relação às estruturas gramaticais utilizadas. Na língua falada, aquele que a produz “vai e volta” várias vezes, opondo-se, neste aspecto, à língua escrita, que, na sua elaboração procura evitar repetições. (CAMPOS, 1989, p.204).

Por outro lado, o caráter fragmentário também se manifesta em situações orais perpassadas pela escrita, ou seja, que são previamente planejadas (como palestras, discursos, debates e algumas entrevistas). Isso ocorre porque, no momento da interação, o falante além de contar apenas com sua memória, deve adequar seu discurso às reações dos interlocutores. Desconsideram-se, pois, os discursos em que o locutor lê um texto escrito no momento da interação.

No córpus do trabalho, por exemplo, as fragmentações ficam evidentes.

P.S. dizendo que o Senhor Temer tava sendo **imparc/...tava sendo parcial...porque os que queriam...os que não queriam** candidatura (L.46-47)

Nesse trecho, Pedro Simon retoma as sentenças para corrigir deslizes que ficaram explícitos e que não podem ser apagados. Ora, para ele, o Senhor Temer estava sendo parcial, não imparcial. No momento seguinte, o objetivo do Senador é fazer referência aos candidatos que não se interessavam pela candidatura. Mas, ao iniciar o enunciado, ele comete um erro, isto é, menciona os candidatos que queriam a candidatura. Por isso, ele interrompe sua formulação e, em seguida, retoma-a para corrigi-la.

P.L-2 Essa lei só de reserva **estrast/... extrativista** Alckimin nós fizemos de reserva nesses quatro anos tudo que foi feito (L. 50-51)

No exemplo acima também há uma interrupção no fluxo formulativo seguida de uma correção. O Presidente inicia uma palavra, mas por conta um erro de pronúncia devido à rapidez com que o discurso é elaborado, ele interrompe sua formulação e retoma a palavra, corrigindo-a.

Num texto escrito, por ser produzido antes da interação, não é possível detectar marcas de reformulação, hesitação, etc,. Esse fato torna a organização textual da escrita distinta da oral. A escrita deve primar por parágrafo de modo que as idéias sejam apresentadas com clareza.

Em um texto oral, para ser claro, o falante constantemente retoma um assunto, hesita, corrige.

Ainda em relação ao carácter fragmentário da língua oral, Campos (1989) observa o predomínio das orações curtas, que exigem menor elaboração. Enquanto na língua escrita, predominam os períodos mais longos e mais elaborados devido ao maior tempo de elaboração.

No entanto, faz-se necessário salientar, a respeito desse assunto, dois aspectos importantes:

- 1) O carácter fragmentário da língua falada é aparente.
- 2) Os períodos na língua escrita não são mais complexos.

Só é possível atribuir à língua falada o caráter fragmentário se ela for comparada com a língua escrita.

Outro ponto a ser discutido é que, nos enunciados da língua falada, normalmente há orações coordenadas acompanhadas por subordinadas, ou vice-versa, sem limites nítidos como há na escrita formal. Portanto, um período oral se comparado a um período escrito é mais complexo, e não o contrário. Sob esse enfoque, Moraes (1995), ao analisar a estrutura sintática das frases de textos orais, conclui que

as frases (...) compõem-se, pois, de orações que ou se apresentam independentes, ou se associam em um mesmo nível funcional (coordenadas), ou se inserem em outra, de que passam a fazer parte como constituintes (subordinadas). (MORAES, 1995, p.178).

As diferentes formas de planejamento da língua escrita e falada, porém, não comprometem o caráter interativo de ambas as modalidades.

A interação na língua falada se dá face-a-face, ou seja, o produtor interage com o receptor (ouvinte) no momento da interlocução, ao passo que na escrita, no momento da produção o indivíduo interage com um suposto leitor; a interação com o possível leitor é posterior à produção. Nesse sentido, ao produzir um texto oral, muitas vezes o locutor muda seu planejamento em função do interlocutor, seja por causa de um gesto não esperado, seja por uma interrupção do interlocutor, seja pela falta de compreensão.

A mudança repentina no fluxo da informação gera interrupções no discurso, repetições, reformulações. Essas situações são mais comuns nas falas espontâneas, porque nelas, não há planejamento prévio, mas, como foi evidenciado anteriormente, também aparecem nos discursos formais (discursos, palestras, aulas expositivas, entre outros), nos quais, apesar de serem previamente elaborados, no momento da interação o locutor está em contato imediato com as expressões faciais, gestos dos ouvintes, tendo que adequar seu discurso ao outro.

As interrupções acontecem principalmente quando, no momento da enunciação, o falante não encontra uma alternativa de formulação definitiva e apropriada. Em alguns casos, os falantes interrompem o fluxo formulativo, inserem uma informação, mas retomam o assunto posteriormente. Em outros casos, ocorre

uma suspensão definitiva do assunto, fato que pode ocasionar a perda da continuidade, da coerência textual, ou seja, pode comprometer a interação.

As inserções de informações paralelas constituem em uma estratégia para se manter a intercompreensão e a progressividade conversacional. Dentre as estratégias apontadas estão a paráfrase, a repetição e a correção.

Segundo Hilgert (2003), a paráfrase é

um enunciado que reformula um enunciado anterior, mantendo com este uma relação de equivalência semântica. Em termos mais simples, a paráfrase retoma, com outras palavras, o sentido de um enunciado anterior. Ela, portanto, supõe sempre um enunciado de origem com o qual está em relação parafrástica (HILGERT, 2003, p.126-127).

De acordo com o mesmo autor, a paráfrase é uma maneira pela qual o falante torna seu enunciado mais explícito, mais claro ao interlocutor e, ao tornar o enunciado mais acessível, ao interlocutor, garante a interação.

Além da paráfrase, outro elemento que garante a coesão ao texto falado é a repetição. Como, na língua falada, não é possível contar com a memória do interlocutor para retomar um assunto, faz-se necessária a repetição. Com efeito, a repetição é uma estratégia utilizada pelos falantes que permite a eles dar continuidade ao tópico que desenvolvem e conseqüentemente, manter a interação. Já no texto escrito, a repetição pode tornar o texto redundante e prolixo.

A correção, assim como a paráfrase, é um processo de reformulação. Segundo Barros,

a correção é, assim, um procedimento de reelaboração dos discurso que visa a consertar seus “erros”. O “erro” deve ser entendido como uma escolha do falante-lexical, sintática, prosódica, de organização textual ou conversacional-já posta no discurso e que, por razões diversas, ele e/ou seu interlocutor consideram inadequada. (BARROS, 2003, p.155-156).

A correção, portanto, é uma estratégia lingüística que tem por objetivo manter a intercompreensão, ou seja, ao utilizá-la, o locutor pretende ter sua fala compreendida pelo interlocutor.

Ainda em relação ao aspecto interacional, na língua oral o falante procura interagir com seu interlocutor (ou ouvinte) utilizando-se dos marcadores conversacionais.

A expressão marcador conversacional serve para designar não só elementos verbais, mas também prosódicos e não-lingüísticos que desempenham uma função interacional qualquer na fala. Podem ser produzidos tanto pelo falante como pelo ouvinte. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p.44).

Segundo Urbano (2003, p.98), os marcadores conversacionais “são elementos que amarram o texto não só como estrutura verbal cognitiva, mas também como estrutura de interação interpessoal.”

Inicialmente, é possível dividi-los em marcadores lingüísticos e não lingüísticos. Urbano (2003, p.99) separa os marcadores lingüísticos em dois planos: verbais (claro, certo, uhn, ahn, viu, sabe?, né?, quer dizer, eu acho, então, daí, aí, etc) e os prosódicos que abrangem os contornos entonacionais, as pausas, o tom de voz, o ritmo, a velocidade, os alongamentos de vogais, entre outros.

Urbano, na obra já citada, ainda observa que os marcadores verbais apresentam-se ora, como elementos simples (né?), ora como compostos (quer dizer) e ora como oracionais (eu acho que).

Já os marcadores não-lingüísticos são o riso, o olhar, a gesticulação, e eles exercem função fundamental na interação face-a-face, pois “estabelecem, mantêm e regulam o contato entre os participantes: um olhar incisivo pode significar o encerramento do tópico discursivo ou um novo encaminhamento da conversação”.(FÁVERO, ANDRADE; AQUINO, 1999, p.45).

Os aspectos anteriormente apontados fazem referência a questões textuais, de construção do enunciado que se dá de forma distinta na fala e na escrita.

Na língua escrita formal, percebe-se que o escritor se preocupa em manter certo distanciamento em relação ao leitor e à obra. Na língua falada, o falante parece bastante envolvido com sua fala. Campos (1989) apresenta várias formas de manifestação desse envolvimento. Uma delas é o envolvimento com o assunto abordado:

o falante concentra-se de tal forma no que está falando que deixa de lado todos os outros aspectos da comunicação, tais como a presença do ouvinte e os aspectos formais da própria comunicação. É este envolvimento do falante que explica certas falas muito longas e prolixas. (CAMPOS, 1989, p.210).

Campos (1989) acrescenta, ainda, que a língua escrita e a oral diferem no que diz respeito ao “tempo de vida” de cada uma delas. A língua escrita é passada de geração a geração por meio de obras escritas. Já a língua falada existe apenas no momento da interação. Justifica-se a importância da língua escrita enquanto responsável por transmitir a tradição cultural do passado e do presente.

Faz-se importante ressaltar que, ao tratar das características da língua escrita e ao distingui-la da fala, muitas vezes os autores consideram a estrutura *tradicional* de cada uma das modalidades. Nessa perspectiva, eles consideram a escrita em seu nível mais formal, dão primazia às práticas sociais que são mediadas preferencialmente pela escrita.

Na escrita formal, por exemplo, haverá planejamento prévio. Na escrita informal não há marcas de elaboração e o texto tende a aproximar-se do oral.

Embora isso ocorra, alguns aspectos da linguagem falada, por exemplo, não interferem no aspecto formal ou informal do texto. Ora, em qualquer texto falado formal ou informal haverá a presença de interrupções, inserções, paráfrases, repetições, correções, marcadores conversacionais porque fazem parte da estrutura textual dessa modalidade da língua. Contudo, não é possível afirmar que a fala não segue normas, que é o lugar do “caos”. Na verdade a fala segue normas distintas da escrita porque as condições de produção e de elaboração não são as mesmas.

Por outro lado, como foi posto no capítulo “Norma culta e o Uso” é na escrita que o discurso da norma culta fica mais evidente. Porque o padrão ainda é considerado em relação à gramática da língua escrita.

Nesse sentido, torna-se possível afirmar que de fato, a escrita se aproxima mais do padrão que a oralidade. É aí que está o grande papel e a grande dificuldade da escola: propiciar ao aluno reconhecer as variações da língua (tanto falada quanto escrita), assim como também dominar o padrão que afinal, é o que justifica sua presença nas aulas de Língua Portuguesa. Nesse sentido, acredita-se que a escola deva adotar uma postura crítica,

Procurando desenvolver no aluno a capacidade de compreender textos orais e escritos e de assumir a palavra, produzindo textos em situações de participação social, o que se propõe ao ensinar os diferentes usos da linguagem é o desenvolvimento da capacidade construtiva e transformadora (PCNs, 1998, p. 41).

E, dentre os fatores que garantem essa capacidade construtiva do aluno, está o domínio da norma culta da língua escrita que se apresenta como uma competência a mais, segundo Marcuschi (1998), um dialeto a mais que o aluno pode dominar para garantir seu espaço na sociedade. Ora, para ele, “a escrita ocupa um papel central na vida das sociedades ditas ‘letradas’” (p. 105).

Dentro das perspectivas a respeito da relação fala/escrita que orientam, é possível apontar algumas características importantes:

LÍNGUA ORAL	LÍNGUA ESCRITA
<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento local • Interação no momento da elaboração do texto • Frases sem limites nítidos • Deixa explícitas as marcas de elaboração • Intersubjetividade discursiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento prévio • Interação posterior ao processo de elaboração do texto • Frases com limites nítidos • Não há marcas de elaboração • Discurso procura estabelecer um certo distanciamento

As diferenças entre a língua falada e escrita que decorrem das diferentes condições de produção do discurso não comprometem o caráter formal ou informal de um texto falado. Com efeito, todo texto falado, formal ou informal, apresentará marcas de planejamento local, porque essa é sua condição de produção. Mesmo os discursos orais perpassados pela escrita apresentam essas características porque embora previamente elaborados (considerando o público alvo, as intenções comunicativas, o momento histórico-cultural), eles irão adequar-se à reação do público.

3 SITUAÇÃO FORMAL DE COMUNICAÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar o uso da linguagem em situações formais de produção (mais especificamente, em quatro situações), por esse motivo, faz-se necessário expor como se classifica uma situação.

Situação formal de produção é aquela perpassada pela escrita, que segue um determinado modelo, segue normas pré-estabelecidas.

Em um debate, por exemplo, o assunto a ser debatido é pré-determinado; o tempo para a exposição de uma idéia ou defesa de um ponto de vista é limitado; o debatedor deve ouvir os outros participantes sem interrompê-los, ao menos que o mediador permita a intervenção.

Como nessas situações a fala está sendo analisada e julgada, a falta de clareza, a redundância, a falta de conhecimento em relação ao assunto implica em crítica e questionamento. Além disso, para ter seu discurso respeitado, cabe ao falante dominar também as normas do “bem” falar que garantem a ele um *status* lingüístico e social. Ora, a norma padrão é imposta por pessoas da classe dominante. Desse modo, o domínio do padrão, nessas situações, é essencial para a aceitação social tanto do falante, quanto do discurso.

Desde os sofistas, a eficiência lingüística era vista como fator fundamental pra garantir a persuasão. E essa eficiência dependia do uso da linguagem “correta”. Utilizar um termo inadequado, ter um deslize em relação ao “bom” uso numa situação formal de comunicação implicaria, contudo, a falta de credibilidade do discurso e apontaria certo descompromisso lingüístico por parte do falante.

De modo geral, o grau de formalidade de um texto falado ainda hoje deve ser analisado comparando-o a um texto escrito formal. Em outras palavras, um texto formal é perpassado pela linguagem escrita e deve seguir as normas dessa modalidade.

A formalidade do texto (escrito ou oral) sempre esteve muito ligada à questão do “certo” e “errado”. Considerando-se que o “certo” da linguagem está nas gramáticas, é esperado do falante, em situações formais de produção, “errar” pouco. Desse modo, quando o falante comete uma violação em relação à norma padrão numa situação formal, seu discurso torna-se “incorreto”.

Por outro lado, é preciso considerar que as condições de produção das duas modalidades da língua são diferentes, de modo que um texto falado não consegue reproduzir todos os fenômenos da escrita porque a construção textual dessa modalidade se dá no momento da interação. Por esse motivo, é possível atribuir ao texto oral características particulares que não serão encontradas em textos escritos formais.

Essas características próprias do texto falado são:

- Planejamento local.
- Interação no momento da elaboração do texto.
- Frases sem limites nítidos.
- Marcas de elaboração explícitas.
- Intersubjetividade discursiva.

Com efeito, mesmo em situações formais, os textos orais apresentarão marcas de planejamento local como: truncamento, hesitação, paráfrases, correções. Essas características são próprias da natureza do texto falado e são fundamentais para o estabelecimento da interação.

Conclui-se, no entanto, que apesar de apegar-se às regras gramaticais da escrita, porque é nela que estão os parâmetros da formalidade, um texto oral apresentará características próprias de sua modalidade que não podem ser entendidas como “erros”, deformações.

Sob esse enfoque, ao analisar conversas monitoradas de falantes cultos da cidade de São Paulo, Barros (1999, p.49) salienta que nessas conversas “os ‘erros gramaticais’ são pouco freqüentes e a correção deles mostra a preocupação dos falantes com ‘bons’ usos da língua e, portanto, consciência da norma.”.

No texto escrito, toda correção em relação às normas gramaticais são bem vindas. Por que na fala não seria?

Acontece que o texto escrito não mostra suas marcas de elaboração, porque nele é possível apagar os “erros”. No texto falado, como é construído durante a interação, essas marcas ficam explícitas, e muitas vezes são “mal” vistas.

Na verdade, as marcas de planejamento local (hesitação, truncamento, paráfrase, repetição), no texto falado, não estão ligadas ao bom uso da língua, mas à clareza e adequação pragmática.

Como foi discutido no capítulo “A Norma Culta e o Uso”, alguns desvios em relação à norma culta no campo lexical, fonético e prosódico são encontrados com bastante frequência em situações formais de comunicação oral. Esse desvios não se estendem, porém, ao campo gramatical.

Para adequar seus discursos à realidade lingüística brasileira, alguns usos formais, muito distantes da linguagem coloquial, e até mesmo por influência dessa variante, estão sendo substituídos por usos mais comuns e menos tensos.

Os casos mais freqüentes são:

- uso de pronome proclítico em início de frase;
- o quase abandono da mesóclise;
- uso de gírias;
- substituição de “nós” por “a gente”.

Por outro lado, Dino Preti (1999) verifica que, na fala de falantes cultos em situações formais, “são raros os momentos em que sugiram marcas de uma linguagem reveladora de uma baixa escolaridade do falante ou até de escolaridade nula” (p.25). Isso confirma a afirmação de que desvios gramaticais não são esperados nem constantes nas falas desses falantes.

Contudo, alguns desvios em relação ao padrão já estão sendo incorporados à linguagem oral culta. Esses usos assinalam que mudanças lingüísticas estão ocorrendo. Essas mudanças não apontam, porém, uma possível dissolução da língua culta no Brasil, apenas revelam a necessidade de adequação lingüística que os usuários da língua (mesmo os usuários de prestígio) enfrentam para atingir um público cada vez mais amplo. Ora, ao reconhecer sua linguagem no outro, o ouvinte passa a aceitar melhor o discurso.

Além disso, mesmo em casos nos quais o falante não apresente o interesse em “popularizar” sua linguagem, alguns aspectos do discurso comum como os apontados anteriormente, podem ser incorporados por ele, não por necessidade, mas por influência (principalmente da *mídia*), ou mesmo, no caso do pronome proclítico, por facilidade prosódica.

Nos discursos e depoimentos individuais, porém, o falante tende a preocupar-se mais com seu próprio texto. Nesses casos, para garantir um espaço comum partilhado com os interlocutores, o falante desdobra conceitos e os torna o mais claro possíveis porque não conta com a intervenção imediata e direta dos mesmos.

A interação com o ouvinte nesses discursos perde a naturalidade o que obriga o falante a controlar mais o que diz. Dessa forma, nesses tipos de discursos, o uso de vocábulos técnicos e de estruturas que lembram a gramática tradicional tende a ser muito freqüente.

4 METODOLOGIA

O trabalho em questão é resultado de um estudo empírico. A pesquisa desenvolveu-se a partir de textos produzidos em situações nas quais era requerido o uso da variante formal da língua.

A primeira fase da execução constitui a seleção de situações formais de comunicação, nas quais diferentes locutores proferem discursos. A escolha pelo gênero discurso político justifica-se pelo importante e polêmico momento político nos quais os discursos foram proferidos. Nesse sentido, considera-se que toda situação na qual um político debate um tema é formal. Acrescente-se que a escolha dos três discursos deve-se à repercussão polêmica que tiveram, assim como à importância dos políticos para a história da política brasileira.

Considerando-se que os discursos políticos têm como principal objetivo envolver, persuadir, para que novos adeptos sejam obtidos, cabe ao locutor se preocupar em construir uma imagem compatível ao interlocutor que pretende envolver, daí a necessidade de caracterizar o público ao qual o discurso é destinado. Ora, se o perfil do grupo exigir certo grau de formalidade, cabe ao locutor adaptar-se a ele.

Segundo Tavares,

Para induzir o destinatário a aceitar uma mensagem, o locutor precisa preocupar-se não apenas com o que vai falar, mas também com como falar, pois, dependendo do “tom” assumido pelo seu texto, é uma determinada imagem que o interlocutor constrói sobre o locutor, isto é, a partir de sua leitura o interlocutor cria uma imagem correspondente para o enunciador. (TAVARES, 2000, p.189).

Além disso, o falante deve adequar seu discurso ao momento discursivo e político (no caso desse estudo), assim como, ao objetivo do pronunciamento. Ora, cada ato comunicativo apresenta particularidades: os falantes não são os mesmos, as situações não são as mesmas, os objetivos não são os mesmos, os interlocutores não são os mesmos.

A segunda fase da execução do presente trabalho constitui a transcrição² e análise dos discursos. A transcrição faz-se necessária porque aborda alguns fenômenos característicos da fala como pausas, truncamentos, alongamentos, entonação.

Após a transcrição, foi feito um levantamento das estruturas que apresentam desvios em relação à norma culta. A partir disso, descreveram-se, analisaram-se e discutiram-se as ocorrências que melhor exemplificam os desvios verificados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de base qualitativa.

Durante a transcrição foram adotadas algumas siglas já citadas na lista de siglas e abreviaturas, utilizadas para situar os exemplos analisados.

F.M. – Jornalista Fará Monteiro

L – Linha

NURC – Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

P.M – Presidente da Mesa da Câmara Federal

P.L.-1 – Presidente Luís Inácio Lula da Silva (entrevista)

P.L.-2 – Presidente Luís Inácio Lula da Silva (debate)

P.S – Pedro Simon

R.F – Roberto Jefferson

As linhas das transcrições foram numeradas e, durante a análise dos dados, os exemplos, além de serem numerados, trouxeram o número da linha na qual se encontram. Vale ressaltar ainda que, em alguns casos, partes das ocorrências foram salientadas para facilitar o entendimento.

4.1 AS SITUAÇÕES

Para mostrar a realidade lingüística do falante brasileiro em situações formais de comunicação, foram selecionadas situações entre os anos de 2005 e 2006, período caracterizado por um escândalo na política brasileira: o

² As normas para transcrição seguem as propostas feitas pelo Projeto NURC (anexo A).

mensalão vem à tona. Roberto Jefferson é acusado de corrupção e tem seu mandato cassado, assim como José Dirceu, entre outros. Nesse contexto, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva é acusado de participar do processo de corrupção e tem suas condutas questionadas.

Além da crise ética da política brasileira, vivenciada no primeiro mandato do Presidente Lula, outras questões polêmicas foram registradas nesse período. O PMDB é acusado por Pedro Simon por não estar envolvido com a política brasileira, mas com desenvolvimento pessoal. Apesar de todas as acusações de corrupção, o Presidente Lula enfrenta o candidato Geraldo Alckimin e reelege-se em 2006.

O trabalho parte do pressuposto de que toda situação na qual um político debate um tema político seja formal. Faz-se necessário, no entanto, apontar outros fatos para afirmar que essas situações sejam formais.

4.1.1 Pronunciamento em Assembléia no Senado Federal

Em doze de junho de 2006, Pedro Simon faz um pronunciamento na assembléia do PMDB, na qual foi decidido que o partido não apresentaria candidato à Presidência da República às eleições de 2006. Nesse pronunciamento, o Senador critica a falta de candidatos.

A extensa carreira política do Senador – que até o ano de 2007 já tinha ocupado três vezes o cargo de Senador da República (1979-1987, 1991-1999, 1999-2007), que antes fora Deputado Estadual, Governador do Rio Grande do Sul, líder de bancada do PMDB- permite reconhecer o vasto conhecimento do político não só em relação à política brasileira, mas também em relação ao seu partido.

Além disso, Pedro Simon é Bacharel em Ciências Jurídicas, pós-graduado em Economia Política, estudou Direito na Faculdade de Direito em Roma, foi professor de Economia Política. Contudo, a formação acadêmica e a experiência profissional do Senador na área política e econômica brasileira possibilitam afirmar que, ao fazer o pronunciamento na assembléia do PMDB, em doze de junho de 2006, o político não foi “pego de surpresa”. Antes de fazer o pronunciamento, ele já tinha conhecimento prévio não só do assunto em debate, como também do perfil de

seus colegas ouvintes, membros do Partido (PMDB) e telespectadores da TV Senado.

Considerando-se que os telespectadores desse canal são, em geral, pessoas da classe média-alta da sociedade e em sua grande maioria têm curso superior, de modo que eles são considerados falantes cultos. Além disso, os interlocutores imediatos do discurso, os políticos que integram a assembléia do PMDB, também são considerados falantes cultos.³

É preciso considerar, ainda, que a situação discursiva em análise segue um determinado ritual. Os membros do partido reuniram-se em Assembléia, após decidirem não indicar candidato à Presidência da República às eleições de 2006 e Pedro Simon fez seu pronunciamento com tempo determinado para exposição. Além disso, o Senador tinha consciência de que sua fala não seria interrompida. Considerando-se, então, que a condição de comunicação do discurso em análise foi pré-estabelecida, é possível afirmar que se trata de uma situação formal.

Contudo, para garantir o envolvimento dos partidários e convencê-los de que a decisão tomada foi desleal com o PMDB, além de apresentar um discurso pautado em profundo conhecimento em relação ao tema em debate, era esperado do político um bom desempenho lingüístico.

4.1.2 Entrevista e Debate Político

Em 19 de dezembro do ano de 2005, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva é entrevistado pelo programa “ Café com o Presidente” exibido pela Rádio Nacional no qual fala acerca da criação do prêmio Objetivos do Milênio.

Apesar de ser considerado um Presidente popular, esse Programa é ouvido por falantes que possuem certo grau de escolaridade, considerados falantes cultos.

³ A variante adotada para determinar um falante culto é o grau de escolaridade, no caso, terceiro grau completo.

Além desse discurso, o *cópus* desse trabalho é composto pelo último debate entre os candidatos à presidência da República em 2006, exibido pela Central Globo de Produção do Rio de Janeiro em 28 de outubro de 2006.

Os candidatos em questão são o Presidente Lula e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckimin. Não serão analisadas no trabalho, porém, as falas do ex-governador e do jornalista Fará Monteiro, do programa “Café com o Presidente”, pois o trabalho restringiu-se à fala do Presidente Luís Inácio, Roberto Jefferson e Pedro Simon.

É importante ressaltar, que o objetivo do trabalho é analisar o uso da linguagem em situações formais de comunicação, independentemente do grau de escolaridade do falante. Apesar disso, é preciso salientar que mesmo não se enquadrando no grupo de falantes cultos, porque terminou apenas o primeiro grau em regime de Supletivo, era esperado do Presidente o apego à norma padrão. Ora, o convívio do Presidente com textos e com falantes cultos, poderia ter-lhe dado conhecimento da norma culta da língua.

Segundo Dino Preti (1999),

Dependendo da situação de interação, podem-se identificar aqueles que por apresentarem certas marcas provenientes de sua cultura lingüística, em decorrência de seu grau de escolaridade. Não são certamente índices absolutos, específicos, pois, dependendo das circunstâncias (convívio com falantes cultos, por exemplo), podem estar presentes também nos falantes comuns. (p.25).

Além disso, não só o caráter formal e a importância do momento político em análise, mas também o perfil dos telespectadores de programas políticos exigem do político um grau de formalidade.

4.1.3 Defesa na Câmara dos Deputados

Em setembro de 2005, Roberto Jefferson discursou por quarenta minutos, depois de ter perdido o mandato, na sessão em que foi julgado pelo envolvimento em um suposto esquema de corrupção nos Correios. Esse fato

ocorreu num momento de escândalo moral que a política brasileira viveu no primeiro mandato do Presidente Lula e que gerou a CPI do mensalão.

O ex-Deputado Federal é advogado criminalista e, no último pronunciamento depois da cassação de seu mandato, apresentou uma defesa irônica e ofensiva. Além de não negar a participação, acusou vários políticos de envolvimento com o mensalão.

As atividades políticas e a advocacia criminalística, permitem afirmar que o Deputado apresenta não só conhecimento em relação à política brasileira, mas também domina articulações de defesa. Contudo, o conhecimento do tema em debate e o domínio das condições de produção de uma defesa criminal, não o tornam um falante comum.

Faz-se necessário salientar, ainda, que uma sessão cassação de na Câmara dos Deputados segue determinadas normas. O Relator da Comissão de Ética leu o relatório das acusações, votou-se pela cassação, em seguida, foi dado um determinado tempo ao acusado para que se manifestasse em causa própria. A defesa foi monitorada pelo Presidente da Casa. Além disso, o pronunciamento de Roberto Jefferson foi assistido pela Câmara dos Deputados e pelos telespectadores de quase todos os Noticiários da televisão brasileira.

Sob esse enfoque, para garantir o envolvimento dos interlocutores e convencê-los de que a decisão tomada foi desleal, esperava-se do advogado um discurso pautado em conhecimentos jurídicos, políticos, lingüísticos, e em procedimentos argumentativos sólidos.

5 ANÁLISE DO CÓRPUS

5.1 VARIANTE LINGÜÍSTICA

Apresentar bom desempenho lingüístico implica adequar o discurso à situação de comunicação. Desse modo, como as situações em análise são formais, espera-se que os falantes utilizem a variante mais adequada a elas, a formal.

Sob esse enfoque, vale lembrar que a norma padrão, na língua falada, é imposta pelas Gramáticas Normativas da modalidade escrita que visam a estabelecer um padrão perante a variação. Por esse motivo, a norma padrão não considera as diversas variações pelas quais a língua falada sofre. Portanto, os discursos em análise serão considerados formais se não apresentarem desvios em relação à Gramática Normativa.

Para verificar o grau de formalidade de um pronunciamento, cabe considerar, além do apego às regras da Gramática Normativa, a construção discursiva. Ora, só será considerado culto o discurso no qual o falante revele competência para construir um discurso coerente e articulado, dentro do padrão culto da língua.

Por outro lado, como as condições de produção da modalidade falada e escrita não são as mesmas, a construção discursiva de ambas as modalidades será distinta. O texto escrito, por ser previamente planejado, apresentará um discurso com limites nítidos, não deixará explícitas as marcas de seu planejamento. O discurso falado, todavia, por ser construído no momento da interação, deixará evidentes as marcas de seu planejamento local como as interrupções, hesitações, repetições, marcadores conversacionais, as paráfrases e as correções, egocentrismo.

Essas marcas ademais, têm uma função interacional, pois estão ligadas à construção da face ou auto-imagem pública do falante. Ora, na fala, não é possível voltar as páginas do texto para retomar algum assunto, o falante está em constante retomada. Do mesmo modo, para corrigir alguma informação ou falta de

apego à norma culta, não há como apagar e reescrever o texto, é preciso interromper o discurso, para retomar e corrigir os erros.

Desse modo, para avaliar o grau de formalidade de um discurso é preciso analisar o envolvimento do falante com construção de seu discurso e com o apego à norma culta gramatical e lexical.

5.2 ELABORAÇÃO DISCURSIVA NA ORALIDADE

Embora a formalidade de um discurso, falado ou escrito, seja prescrita pela Gramática Normativa, a elaboração de um enunciado falado não tem as mesmas características de um enunciado escrito, porque diferentes são as condições de produção.

Um texto falado apresentará marcas explícitas de seu planejamento local, que interferem no grau de formalidade do discurso. Contudo, a análise da construção de qualquer discurso oral prevê a presença dessas marcas porque a interação só se dá no momento da produção.

E entre os elementos discursivos próprios da língua falada, ressaltam-se as frases sem limites nítidos, truncamentos, hesitações, repetições, paráfrases, correções, a presença de marcadores conversacionais, intersubjetividade.

Pedro Simon discute as diferentes reações que os Líderes Governistas apresentaram em momentos diferentes sobre o mesmo assunto. Segundo ele, quando souberam que as eleições seriam verticalizadas, os governistas pareciam preocupados com a indicação de um candidato à Presidência da República. No entanto, diante da necessidade de indicarem uma candidatura própria, os governistas voltaram atrás, argumentando que era preciso fortalecer os governadores.

- 1) P.S- **naquela nossa reunião** da Executiva::...se criou um ambiente realmente muito interessa::nte...os Líderes Governistas que querem um apoio ao Governo...estavam muito::...preocupados... muito ::sérios... muito responsáveis... muito... angustiados com o que ia acontecer (L.4-7).

Simon aponta que os mesmos governistas que pareciam preocupados com a presença de um membro do Partido na disputa pela Presidência da República 2006 na reunião da Executiva, revelaram-se desinteressados pelo assunto na assembléia que decidiria a indicação ou não de candidato do PMDB à Presidência.

- 2) P.S- realizamos a **reunião hoje...** e o clima era completamente diferente... era claro... os governistas:... mais exaltados mais firmes... vieram com um pensamento uniforme no sentido de que... nada de candidatura própria... nada de realização de Convenção... a candidatura própria tava sepultada (L. 25-28).

Como houve mudança na opinião dos Governistas, especificar o momento ao qual faz referência torna-se fundamental para o bom entendimento do texto. Contudo, a retomada constante de elementos que esclarecem o momento discursivo torna-se fundamental para estabelecer a coerência textual.

- 3) P.S- mas **hoje** falaram todos... (L.50).
- 4) P.S- ... é estranho como na **reunião de hoje...** eu pude sentir nesses Líderes que falaram... como não HÁ... dentro do sentimento deles um ... um amor... uma dedicação:... (L. 71-73).
- 5) P.S-o interessante é **que na última convenção:o... que lotou...o auditório Petrônio Portella...**nenhum falou... a tal ponto que o Presidente...Temer...dava a palavra pra um... depois outro...a favor da candidatura própria... e não a dava pra ninguém **CONtra** a candidatura própria (L.43-46).

Além de retomar e esclarecer momentos políticos específicos (reuniões, convenções, assembléias) vivenciados pelo PMDB, Simon também contextualiza o momento mais amplo da política brasileira.

- 6) P.S- mas que Partido é es-te?...que é o maior do País:... e que se despreocupa de se... apresentar com um candidato à Presidência da República...uma numa eleição num **num momento tão traumatizante como este?** (L.54-57).

Nesse caso, o Senador não faz referência ao momento traumatizante vivido pelo PMDB, mas por toda a política brasileira. A explicitação do momento, porém, aparece posteriormente.

- 7) P.S- quando o PSDB e o PT... praticamente iniciam a campanha que começou hoje... com o primeiro pronunciamento oficial do candidato de oposição... dizendo que a quadrilha são quarenta...e o Presidente é o chefe dela... começou quando eu... co/ como eu imaginei que ia terminar... eu pensei que no FIM ele ia dizer isso...agora...se ele começa dizendo que o Presid/ que o Presidente da República é o chefe da quadrilha de ladrões de quarenta... como é que vai terminar a campanha Senhor Presidente? (L.57-64).

Simon alude à dramática situação da política brasileira que apresentou um leque de falcatruas, entre elas, a CPI do mensalão, e à suposição de que o próprio Presidente da República liderou a “quadrilha”, torna a crítica do Senador ao PMDB ainda mais convincente. Ora, segundo ele, em um dos momentos em que o destino e a história da política brasileira mais precisou ser mudado, devido escândalo do Governo Lula, o maior partido da política brasileira omitiu-se. Com isso, a atitude irresponsável do PMDB, criticada por ele, deixa de se apresentar como um problema partidário e passa a abranger o interesse público.

Ao fim de seu pronunciamento, Simon retoma esse argumento e explica-o em outros termos.

- 8) P.S- podia apresentar a bandeira da moral da ética da seriedade da dignidade...da justiça social...vai ficar de braços cruzados assistindo...Assistindo...candidato a governador aqui:...com o apoio do PT:... candidato a governador lá:... com o apoio do PSDB:...ali adiante apoiando um candidato a governador do PT como no Pará: ...ou apoiando um candidato a governador ((houve um corte na transmissão))...((som da campanha)) e esse é o papel que deixaram pra um partido do tamanho do MDB... (L.136-143).

Além da retomada de elementos contextualizadores e esclarecedores, em vários momentos a retomada ocorre com caráter corretivo.

É possível perceber, no trecho 7, outras marcas de planejamento local. Na linha 61, o Senador interrompe seu discurso com uma pausa. A seguir procura um termo mais adequado para a formulação interrompida, que é truncada antes de sua total elaboração. Em seguida, sem retomar todo o enunciado, retoma o termo truncado e termina a formulação interrompida. Na linha 63, também ocorre truncamento, mas não há correção porque a mesma formulação que é interrompida, é retomada e finalizada.

- 9) P.S- ontem... domingo dia onze... marcada... pela Justiça Eleitoral...pra realizar antes uma nova reunião... que era essa que foi que feita hoje... pra buscar o entendimento... para buscar uma fórmula através da qual o MDB.... sairia... do impasse em que se encontrava...acontece... que entre a marca a a a m/ a marcaÇÃO da da-ta de hoje... pra a realização dessa reunião...e a realização dela hoje... o Tribunal mudou cento e oitenta graus... (L.13-19)

No exemplo acima, o falante retoma algumas informações em forma de paráfrase, para dar-lhes maior explicitação.

Logo no início dessa fala, ele usa o marcador temporal, “ontem”, mas interrompe seu discurso para explicitá-lo: “domingo dia onze”. Posteriormente, realiza o mesmo procedimento: cita um novo momento, “uma nova reunião”, e o retoma explica em outras palavras (“que era essa que foi que feita hoje...”). Na linha 16, ele retoma uma idéia exposta anteriormente. Ora, o “impasse” em que o partido encontrava-se era decidir pela indicação ou não de candidato à Presidência da República. Em seguida, retoma, em outras palavras, a crítica que fez à mudança de opinião dos Líderes Governistas que, segundo ele, tiveram a opinião mudada em “cento e oitenta graus”.

No mesmo trecho do depoimento, na linha 17, para corrigir um enunciado anterior, o falante hesita, inicia um novo enunciado, que é novamente interrompido, e em seguida, corrige-o. Nesse caso, para manter a interação, o falante hesita, mas preenche o tempo de que necessita para encontrar o melhor termo, com a repetição do artigo “a”.

Além dos aspectos apontados na passagem, há a repetição do marcador temporal “hoje”, nas linhas 14, 17 e 18. A repetição é uma estratégia discursiva que o falante encontra para esclarecer o momento ao qual faz referência, garantindo, assim, a interação. Por outro lado, num discurso escrito, a repetição pode tornar o discurso redundante e prolixo o que prejudicaria a interação.

Cabe ressaltar, ainda, que as interrupções, hesitações e retomadas presentes no texto falado tornam o enunciado fragmentado, pois não é possível estabelecer limites nítidos entre as frases, como ocorre na língua escrita padrão. Sob esse enfoque, a estruturação e a análise dos períodos no discurso falado são bastante complexas.

- 10) P.S-... essa foi a decisão...de um lo::ngo debate que durou um ano... no qual de um lado estava::m... Líderes como o Senhor... Presidente do SeNAAdo...o Senhor Rena::n... Senador Rena::n... o Senador Sarney.. ex-

Presidente da República...o Senador Suassuna... Líder da Bancada...
 Senador Já/já/... Deputado Jader Barbalho ex-Presidente do Partido... ex-
 Presidente do Senado... o ex-Presidente...ex-Líder da Bancada...
 ::Senador... eh Deputado da Bahia...o ilustre Presidente da Fundação...
 eh... Ulysses Guimarães (L. 35-42).

Na passagem acima, ao referir-se aos Líderes políticos que contribuíram com a decisão tomada pelo partido, Simon aponta, primeiramente, o “Senhor Presidente do Senado”. Em seguida, revela o nome desse Presidente, retomando o pronome de tratamento: “ Senhor Renan”. Não contente com a clareza de seu apontamento, explicita, mais uma vez, que se trata do “ Senador Renan”. Simon cita outros políticos como os Senadores Sarney e Suassuna, e os Deputados Jader Barbalho e Ulysses Guimarães (já falecido), e aponta os importantes cargos políticos ocupados pelos políticos, com o objetivo de tornar mais evidente sua indignação com os políticos omissos do compromisso com o país.

A apresentação dos políticos, no entanto, ocasionou certa descontinuidade no discurso. Quando faz referência a Jader Barbalho, atribui-lhe o cargo de Senador. Por perceber o equívoco, há uma hesitação no discurso, marcada por truncamento, repetição e pausa. Em seguida, apresenta uma nova formulação que anula a anterior.

Nas linhas 41 e 42, as hesitações decorrentes de outro equívoco cometido por Simon são marcadas pelo Marcador Conversacional “eh”, utilizado como estratégia de planejamento, pois, ao pronunciá-lo, o locutor ganha mais tempo para planejar seu discurso e mantém seu interlocutor atento.

- 11) P.S.-a tal ponto que o Presidente...Temer...dava a palavra pra um... depois outro...a favor da candidatura própria... e não a dava pra ninguém CONtra a candidatura própria... eu levantei uma questão de ordem... dizendo que o Senhor Temer tava sendo imparc/...tava sendo parcial... porque os que queriam...os que não queriam candidatura própria também queriam falar...(L. 44-49).

A retomada da construção em outros tempos, nesse caso, também tem caráter corretivo. O Senador retoma o assunto e, corrige dois deslizos. Ora, para ele, o Senhor Temer estava sendo parcial, não imparcial; os que queriam falar eram aqueles que não queriam a candidatura própria. Por isso, ele hesita e reconstrói. No primeiro caso, a hesitação é marcada pelo truncamento, no segundo, apenas pela pausa.

As interrupções no fluxo formulativo ocorrem devido à busca imediata pelo melhor termo, ou mesmo para a correção de alguma informação. Além delas, faz-se necessário apontar, que o locutor realiza uma inserção parentética, como forma de introduzir uma ressalva.

- 12) P.S...é uma pena Senhor Presidente...mas eu sinto que...que esse comando partidário **e faço ressalva... ao Presidente do Partido... que agiu com a maior dignidade... e tentou de todas as formas a candidatura própria...**mas esse...grupo...se adonou do Partido...se adonaram do Partido como se fosse uma legião estrangeira...nunca tiveram um sentimento de afeto carinho...de amor pelo seu Partido (L. 143-147)

Após a interrupção do discurso e a inserção de uma informação, salientada na passagem acima, Simon dá continuidade à idéia contida na sentença interrompida, retomando-a em outros termos. A retomada revela o comprometimento do político com a interação, pois, num discurso falado, não há como contar com a memória discursiva dos ouvintes.

Ainda no exemplo 12, a utilização do marcador conversacional “eu sinto que”, um marcador verbal oracional, indica a postura do falante em relação ao que vai dizer. Simon cria uma postura crítica em relação aos que não lutaram pela indicação de um candidato à Presidência da República.

Sob esse aspecto, ao defender-se da última acusação a ele atribuída, Roberto Jefferson acusa o próprio Relator de envolvimento em situações anti-éticas. Contudo, para tornar seu argumento mais concreto e mais acessível ao interlocutor, ele cita um episódio no qual o Relator manifestou-se imoral. Nesse caso, o ex-Deputado interrompe a defesa iniciada para apresentar a exemplificação do termo “primo da Dona Carmen”.

- 13) R.J. e por último a acusação...do honrado relator...do campeão da ética...o relato:r baiano...o primo da Dona Ca::rmen.../ele tem uma passagem que eu... já que ele é o campeão da ética eu me permito contar aqui... Seu Carneiro não vai zangar se eu contar... ele numa só noite...deu a canetada quando Chefe da Casa Civil... do Governo...de João Durval... e contratou dezesSEIS mil pessoas... ENtre elas a prima da Dona Carmen uma cabo eleitoral dele lá... em Feira de Santana na Bahia... (L.221-227)

Por meio da exemplificação, o falante dá à sua acusação maior possibilidade de ser aceita pelo interlocutor. Faz-se importante relatar, porém, que a defesa iniciada e interrompida não é esclarecida. Na linha 246, ele se defende de uma acusação, mas não fica claro se trata-se da defesa iniciada e interrompida, na linha 221.

- 14) R.J. ele tentou apelar para todos os lados pra ter sustentação...fugi::ndo da denúncia que me moveu o Presidente do PL o Deputado Valdemar Costa Neto...ele disse que eu MENTi...qua::ndo denunciei o mensalão...(L.244-247).

A interrupção definitiva também aparece na fala do Presidente Lula no último debate com o candidato da oposição, Geraldo Alckimin, antes das eleições 2006, para a Presidência da República.

- 15 P.L-2 ce:: parece que não leu o jornal hoje... porque () divulgou os números... o desmatamento na Amazônia caiu... TRINta e um o ano passado e TRINta esse ano... **ou seja** no acumulado foram cinQÜENta e dois por cento que diminuiu... o desmatamento no Brasil... parece que você não leu... fica citando número aqui como se as pessoas pudessem.../ eu tinha um dirigente sindical antigo que ele dizia assim pra mim “Lula eu cito número... porque ninguém vai... vai vai verificar mesmo então deixa eu citar números”... cinqüenta e dois por cento foi divulgado ontem pelo IP... caiu o desmatamento na Amazônia... nós criamos trinta milhões de hectares de reservas... igual o Estado (L.27-36).

Assim como no exemplo 13, essa ocorrência apresenta uma interrupção para a apresentação de um exemplo, inserido com o objetivo de tornar o assunto em andamento mais concreto ao interlocutor. Nesse caso, porém, a interrupção (indicada no texto por uma barra) é feita sem que haja a finalização da sentença iniciada.

A interrupção sem retomada, além de revelar uma possível falta de envolvimento do falante com o seu discurso, ocasiona falta de clareza das colocações. Esse fato, pode interferir na interação, pois torna o discurso incoerente.

Embora não pareça, no momento apontado, envolvido com seu discurso, não há como generalizar a falta de comprometimento do político com a interação. Ora, na mesma passagem há exemplificação, paráfrases, correções, repetições e hesitações; estratégias discursivas que garantem a intercompreensão.

Lula inicia sua argüição falando de uma notícia publicada no dia do debate e, em seguida, explicita as informações nela contida. Alega que o desmatamento na Amazônia passa de trinta e um para trinta. Posteriormente, retoma a informação, explicando-a em outros tempos e iniciando-a com “ou seja”. Por meio do uso desse termo, “ou seja”, o falante se antecipa à possibilidade de o ouvinte o compreender mal ou mesmo nem compreender.

Ainda nessa ocorrência, após a interrupção seguida de exemplificação, na linha 34, Lula retoma novamente o assunto em andamento: “cinquenta e dois por cento (...) caiu o desmatamento na Amazônia”.

Na entrevista dada ao programa Café com o Presidente, Lula também utiliza o marcador parafrástico “ou seja”.

- 16) P.L-1 e:: NÓS resolvemos criar esse prêmio... para que a gente possa... DESpertar na sociedade brasileira primeiro o esPÍrito da solidariedade... segundo... para que a gente possa envolver prefeituras... possa volver personalida::des... possa envolver empresa::rios... possamos envolver sindica::tos ONGs igrejas... **ou seja** experiÊNias que as pessoas FAzem.. e que têm resultados benéficos:: para diminuir a... p/pobreza no mundo... nós então... criamos esse prêmio (L.14-29).

Após voltar à criação do prêmio “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, Lula retoma-o em outros utilizando “ou seja” e, após os esclarecimentos, apresenta uma paráfrase condensadora que assinala a conclusão do assunto em pauta: “nós então, criamos esse prêmio”, na linha 29.

Além das retomadas, os dois últimos casos apresentam hesitações marcadas por pausas, repetições, truncamentos. Essas ocorrências apontam a preocupação do falante com a busca dos termos mais adequados ao seu discurso.

Sob esse aspecto, Roberto Jefferson também apresenta um discurso interativo. Ao criticar o Governo, atribuir conceitos imorais ao José Dirceu e criticar a postura do Presidente Lula, comparando-o ao José Jenoíno, o ex-Deputado constantemente faz retomadas e explicitações.

- 17) R.J. **o Governo promoveu...** e pra mim... esse é o Governo mais corrupto que testemunhei... nos meus vinte e três anos de mandato... o governo do Presidente Lula...**o MAis es-can-da-lo::so proce::sso de aluguel... de Parlamentar...** escolheu...o Ministro José Dirceu...assim como uma espécie de Mary Jeane Córner...((risos da platéia)) o rufião do Planalto... para alugar pros-ti-tu-tas... que ele podia entender podia fazer aqui na Câmara dos Deputados...TRA-TOU essa Casa como se nós

fôssemos um prostíbulo...aliás sempre ele conversou...nesse sentido... as conversas com ele começavam sempre nesse nível...as fe::stas::...pra depois a conversa ficar na na/ na ante-sala do Presidente... do jeito que ele queria conduzir... de maneira anti-republicana... (L.253-264)

Nessa passagem, percebe-se que, ao criticar o Governo e o Ministro José Dirceu, ele constantemente insere uma informação e explicita-a. Inicia falando do que o Governo promoveu e já interrompe seu discurso para inserir uma informação que justifica a sua opinião pelo governo, “o mais escandaloso processo de aluguel de parlamentar”. Em seguida, justifica o escândalo no Governo pelas atitudes do Ministro José Dirceu. Essa postura de indignação assumida pelo advogado, trata-se de uma estratégia discursiva utilizada pelo advogado para afastar-se do grupo de “corruptos”. Essa estratégia é bastante evidente quando o ex-Deputado diz “testemunhei”, “como se nós fôssemos um prostíbulo”.

- 18) R.J eu NÃO acuso o Presidente LULA...de participar de desonestidade... pra mim **ele é como Zé Genoíno**...eu ontem assisti o Genoíno na CPI...o Genoíno assinou...empréstimo de dezessete milhões()...mas não leu...((risos da platéia))... houve o acordo político-financeiro com todos os partidos da base o meu em especial que eu tratei com ele direto... mas ele não f/ não se lembra e não fe::z **o Presidente Lula é uma espécie de Genoíno**... na Presidência da República...não sabe o que lê... não sabe o que assina... não sabe o que fa::z... ele é **assim... o Genoíno do Planalto**...que confiou a mãos erra::das... ao Gushiken... confiou a mãos erradas ao Zé Dirceu... a confiança que o povo do Brasil depositou ne::le...errou::... **ah** o meu conceito do Presidente Lula é que ele é malandro...ele é preguiçoso...eu não sei se já chegou da Guatemala...o negócio dele **ó::**... passeAR de aviÃO...governar que é bom ele não gosta... e delegou... e essa cúpula... esconderam debaixo da saia da chefe da casa civil... o Gushiken... o Zé Dirceu já mandaram pra cá ...e essa cúpula desonrou... a confiança que lhe foi depositada... pelo presidente Lula... **se Ele não praticou:: o crime por ação... pelo menos por omissão**... (L. 264-278)

As paráfrases também são claras nesse enunciado. Ele inicia a fala acusando o Presidente Lula de omissão e comparando-o ao José Genoíno. Em seguida, faz uma pausa para interromper seu enunciado e esclarecer a comparação e a acusação feitas. Cita, então, um episódio no qual, segundo ele, Genoíno omitiu-se em apresentar declarações: “não leu”, “não se lembra e não fez”. Posteriormente, Roberto Jefferson retoma a comparação (“o Presidente Lula é uma espécie de Genoíno na Presidência da República”). Inicia outra explicitação da comparação feita e, por fim, conclui que o Presidente Lula “se não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão”.

“Assim”, nesse caso, é um marcador de planejamento e de atenuação. O locutor diminui, no momento em que usa o marcador, a força elocutória do que está dizendo o que denota certa incerteza por parte do falante, a respeito do que diz.

O marcador “ah”, por exemplo, é utilizado como estratégia de planejamento. Ao pronunciá-lo, o locutor ganha tempo para planejar seu discurso. Esse tempo, muitas vezes não é preenchido, ocorre apenas uma pausa no fluxo formulativo. O marcador em análise substitui o espaço em branco e pretende garantir a interação.

O marcador “ó” foi utilizado como uma forma reduzida do verbo “olhar”. É um marcador prosódico que vem acompanhado de um elemento não-lingüístico: o gesto. Ao utilizar o marcador, Jefferson abre os braços gesticulando o movimento de um avião. Esse fato garante ao locutor manter e regular o seu envolvimento com o ouvinte.

Nota-se o vasto caminho percorrido pelo advogado para expor, enfim, sua opinião em relação ao Presidente da República. Esse exercício de explicitação e retomada tornam o discurso envolvente aos olhos do interlocutor.

Também contribuem com a clareza e com o caráter interativo do discurso, as hesitações para a escolha do melhor termo. Nessa ocorrência, as interrupções são marcadas, principalmente pelas pausas e por marcadores conversacionais.

Outro aspecto que deve ser salientado é que os políticos isolam-se do grupo que criticam para garantir a construção da imagem que pretendem passar de si mesmos.

Simon exclui-se da maioria dos membros do partido, já que não se conforma com a falta de indicação de um candidato. Ao excluir-se desse grupo, ele denigre a imagem dos colegas que “nunca tiveram um sentimento de afeto, carinho, de amor pelo seu Partido”, construindo, assim, uma auto-imagem “zelosa” em relação ao PMDB.

19) P.S- eu dizia:....”mas que Partido é es-te?... (L.54)

Nessa passagem, o Senador apresenta um tom de indignação em relação a situação pela qual passava o PMDB. Ao apresentar a pergunta “mas que Partido é este?”, ele faz um apelo aos interlocutores, no sentido de que nem mesmo ele, um membro do Partido, reconhece e compreende a atitude dos colegas.

- 20) P.S-mas esta...(risos do falante) essa nós levamos em casa... quem deu a pau-la-da no MDB foi o comando do MDB... foram os líderes do MDB...os que aproveitaram-se dos CARGOS que receberam...do MDB... para usarem contra...o nosso destino... (L.154-158)

Pedro Simon inclui-se no grupo dos indignados com o destino do Partido, porém, acusa os líderes do partido de “aproveitarem-se dos cargos que receberam” e, do mesmo modo, exclui-se do grupo de políticos que não cumpre com seus deveres. A indignação com o momento vivido pelo PMDB fica ainda mais evidente porque Simon enfatiza que “a paulada” no partido foi dada pelo próprio comando. O enfoque é estabelecido pelo parafraseamento “comando do MBD” em outros tempos, “os líderes do MDB”, e pela explicitação do termo “paulada” (os líderes aproveitaram-se dos cargos que ocupam em causa própria, prejudicando o Partido).

Além disso, o uso do termo MDB, ao invés de PMDB, é uma estratégia que pressupõe o apego e a “intimidade” de Simon com o Partido, e isso torna a crítica ainda mais convincente.

Sob esse enfoque, Roberto Jefferson tenta convencer os interlocutores de que foi vítima de todas as acusações a ele feitas, apontando possíveis falhas de outros políticos. Desse modo, ele procura excluir-se do grupo de criminosos que assolavam o Governo.

O ex-Deputado acusa o próprio Relator da Comissão de Ética de ter participado da CPI do mensalão e afirma ter sido vítima das acusações. O enfoque a esse argumento é dado pela retomada constante ao assunto.

- 21) R.J. e o Relator da Comissão de Ética diz que o mensalão não existe...eu devo dizer:: ao Relator que essa só contaram pá você...ter feito as denúncias pra tirar de si mesmo o FOco das acusações...mesqui::nha a colocação... pequena... da altura de um homúnculo...ten-ta-ram...colocar no meu colo...plantar um crime que eu não cometi na minha vida.. (L.135-139).

- 22) R.J. e o Relator tem coragem de dizer...que eu quis tirar o foco de cima de mim me::smo.. (L.73-74)
- 23) R.J. QUARta acusação que me faz o relatório...TER-se omitido... em não revelar o mensalão assim que soube..((risos))...o Relator tá de brincadeira...fiz peregrinaçã::o... (L.201- 203)

Nota-se que o advogado procura construir sua imagem, denigrando a imagem do outro, no caso, do Relator. No exemplo 22, ele enfatiza a sua falta de culpa, criticando as acusações a ele feitas: primeiro afirma que a colocação do Relator foi “mesquinha”. Em seguida, retoma o argumento em outros tempos “pequena”, “da altura de um homúnculo”.

Nos exemplos 17 e 18, foram apresentadas, também, críticas ao Governo Lula, ao José Dirceu, ao José Genoíno.

Já o Presidente Lula, no último debate com Geraldo Alckimin, em 28 de outubro 2006, constrói sua imagem denigrando a imagem do candidato oponente. Ele critica Alckimin por falta de conhecimento em relação aos temas abordados no debate.

- 24) P.L-2 o Alckimin não percebe que às vezes uma pessoa... a de que toma remédio pra hipertensão e que gasta TRINta reais por mês... vai gastar três reais...(L.15-17)
- 25) P.L-2 ce:: parece que não leu o jornal hoje... porque () divulgou os números... o desmatamento na Amazônia caiu... TRINta e um o ano passado e TRINta esse ano... ou seja no acumulado foram cinQÜENTA e dois por cento que diminuiu... o desmatamento no Brasil... parece que você não leu... fica citando número aqui (L. 27-31)

Além de apontar uma suposta falta de conhecimento de Geraldo Alckimin, Luís Inácio acusa-o de exposição de dados irreais para enganar a população.

- 26) P.L-2 olha... uma coisa:... que precisa ficar clara nesse debate oh Alckimin... é que a gente precisa partir do que fez pra poder ficar vendendo... ilusões pra sociedade (L.92-94)
- 27) P.L-2 oh oh oh Aclkimin não fala isso pra uma pessoa do Pará que eles conhecem bem cê devia ter conversado com seu líder no Senado o senador Arthur Virgílio... porque essa lei foi aprovada pelo PT... pelo PSDB e por todos os outros partidos políticos...(L.37-40)

Ao apontar possíveis falhas do candidato da oposição, Lula procura convencer o interlocutor de que conhece a realidade política brasileira e têm a solução para os problemas.

5.2.1 Sínteses Parciais

Após a análise da construção discursiva do *cópus* deste trabalho, é possível verificar marcas de planejamento adequadas às situações formais. Por outro lado, apareceram, nos textos em análise, elementos que prejudicaram a interação e que, por esse motivo, não eram esperados em situações formais de comunicação.

A construção local do texto falado atribui ao discurso um caráter fragmentário. Essa fragmentação é marcada pelos truncamentos, hesitações, repetições, paráfrases, correções, marcadores conversacionais e interrupções. Esses elementos contribuem com a coerência textual do discurso falado, pois regulam o envolvimento entre falantes e ouvintes. Ora, no momento da interação, o falante não pode contar com a memória discursiva dos ouvintes, por esse motivo, ele retoma assuntos e termos. Além disso, para regular a formalidade e a clareza do discurso, os falantes constantemente interrompem seus discursos em busca de adequação.

Em alguns momentos, porém, os falantes não pareceram envolvidos com seus discursos. Nas passagens 13 e 15, por exemplo, as interrupções definitivas presentes nos discursos comprometem a clareza dos argumentos. Esse fato prejudica a interação.

Faz-se necessário salientar, ainda, que em todas as situações, os falantes demonstraram-se preocupados com a construção da auto-imagem a ser passada aos interlocutores. O compromisso com a intenção comunicativa no discurso político é recorrente porque esse gênero discursivo apresenta como principal objetivo a persuasão, o convencimento.

5.3 O APEGO À NORMA CULTA

Duas eram as expectativas quando o trabalho propôs-se em analisar o uso da Língua Portuguesa em situações formais de comunicação:

a) a primeira é de que a construção discursiva assinalasse a preocupação do falante com a clareza e coerência de seu discurso, considerando, ao mesmo tempo, as condições de produção do texto falado.

b) a segunda, a de que o falante se preocupasse em seguir a norma culta da língua tanto no nível gramatical, quanto lexical.

A língua falada, por apresentar um caráter dinâmico, é menos presa em relação às forças da norma culta. Mesmo assim, no discurso culto e de registro formal, espera-se do falante um apego à norma prescritiva. Do mesmo modo, no léxico e na gramática da variante culta da língua, nota-se, muitas vezes, a presença de estruturas não autorizadas pela norma prescritiva, o que torna o discurso inadequado à situação.

5.3.1 Aspectos Gramaticais

Para analisar o apego aos bons usos da língua, o trabalho busca apontar desvios em relação à Gramática Normativa. Não será feita aqui, todavia, uma análise quantitativa das ocorrências. Com base nas ocorrências que melhor exemplificam os desvios em relação à norma, os dados serão descritos, analisados e discutidos.

a) Regência Verbal

Primeiramente, serão analisados os desvios em relação à regência verbal.

- 1) R.J- quero **aga/radecer** à Carla...minha companheira... Secretária do PTB:: e todos os companheiros lá:: da sede do partido...à Marly Guaraciaba...à chefe de gabinete da Liderança do PTB... fez uma liderança fraterna querida leal... ela... e todas as meninas...que compõem... a nossa Liderança (L.35-37)

O verbo agradecer é um verbo TRANSITIVO DIRETO e INDIRETO. O objeto indireto (pessoa) exige a preposição “a”: quem agradece, agradece algo (OD) a alguém (OI). Em dois momentos, o emprego de objeto indireto ao verbo “agradecer” não fica claro, pois não é possível afirmar se houve ou não crase na preposição “a”.

- quero **aga/radecer** à Carla...
- quero **aga/radecer** (...) à chefe de gabinete

Esses exemplos, porém, não são decisivos, e não permitem concluir se houve a crase.

Em outros dois momentos, porém, o advogado omite a preposição.

- quero **aga/radecer** (...) todos os companheiros
- quero **aga/radecer** (...) todas as meninas

Poder-se-ia apontar a distância do complemento em relação ao sujeito como causa dessa omissão. Todavia, ele não utiliza o pronome no segundo objeto direto, mas utiliza-o no terceiro. Com efeito, não é possível afirmar que o político não tenha conhecimento da norma, ele a utiliza adequadamente em alguns momentos, mas em outros, não.

O desvio ocorre devido à rapidez com que as idéias são expostas na fala. Esse fato não anula, porém, a falta de apego à norma.

- 2) R.J. ...eu passei a **pensar quem** é que tem ascendência... (L. 196-197)

O verbo pensar, de acordo com a Gramática Normativa, é um verbo TRANSITIVO INDIRETO que exige portanto, um complemento preposicionado. No caso, dever-se-ia acrescentar a preposição “em” antes do pronome interrogativo.

- 3) R.J.- eu ontem **assisti o** Genóí::no na CPI... (L.264-265)

- 4) P.S.- o PMDB vai **assistir... um** grande debate... (L.113-114)

A tradição gramatical ensina que o verbo “assistir” é TRANSITIVO INDIRETO no seu sentido de “estar presente”, “presenciar”. Com tal significado, o OBJETO INDIRETO exige a preposição “a”.

Na linguagem coloquial brasileira, é muito comum a construção do verbo com OBJETO DIRETO.

Os verbos TRANSITIVOS DIRETOS não admitem a passiva. Contudo, “assistir” já se constrói com a voz passiva: “ O filme foi assistido...”, devido ao uso corrente.

Desse modo, as construções dos políticos revelam que eles podem ter sido influenciados pelo uso comum. A hipótese é feita porque não há ocorrências que comprovem que os falantes conhecem a regência do verbo assistir, como ocorreu no exemplo 1.

Os exemplos acima mostraram a omissão da preposição em complementos indiretos. Há, porém, nos discursos em estudo, casos em que são introduzidas preposições em complementos diretos, ou em que os falantes utilizam preposições inadequadas.

- 5) P.S.- criou um impacto em todo o país::...**determinando com** que as eleições fossem todas verticalizadas (L.2-4)

A oração subordinada “que as eleições fossem todas verticalizadas” é objetiva direta. Não admite, portanto, a preposição “com”.

É possível perceber, contudo, que ao utilizar o verbo “determinar” seguido da preposição “com”, o falante deixa clara uma construção implícita:

“fazendo **com** que”. Embora seja apresentada uma justificativa para esse uso, não é possível desconsiderar a falta de apego à norma culta da língua.

- 6) P.S.- o Tribunal mudou cento e oitenta graus... **atendendo a** pressões de parlamentares e mais gente e decisões pessoais (L. 18-20)

No caso acima, o Senador apresenta dois complementos ao verbo atender. O primeiro, “pressões de parlamentares e mais gente”, vem precedido da preposição “a”, funcionando, portanto, como OBJETO INDIRETO. O segundo complemento, porém, “decisões pessoais”, não está antecedido por preposição. A norma gramatical permite nesses casos, contudo, a omissão da preposição.

- 7) P.S. -os que queriam sepultar hoje **argumentavam de** que...o defunto ficaria insepulto... (L.30-31)

O verbo “argumentar” é TRANSITIVO DIRETO. Seu complemento, portanto, não exige preposição. Nessa ocorrência, apesar de equivocar-se em relação à regência do verbo “argumentar”, o falante revela sua preocupação com o “bom” uso da linguagem. Ora, não se pode considerar esse desvio uma influência da linguagem comum, porque a construção apontada não é recorrente nessa variante.

- 8) P.S. os que dizem isso no seu Estado não têm **candidato de** governador... (L. 97-98)

O verbo “candidatar”, seguido do pronome “se”, exige a preposição “a”. A estrutura acima só seria aceita pela Gramática Normativa, se o interesse do locutor fosse afirmar que nenhum governador de seu Estado indicou candidato.

- 9) P.L-2... a lei ...das pessoas que **vão no** S.U.S e que pega remédio de graça... nós criamos as farmácias populares... a que nós fazemos... e aquelas conveniadas... que vendem remédio... pra quem não **vai ao** S.U.S por... dez por cento do preço do remédio (L.7-11)

Quanto à regência do verbo “ir”, cabem algumas considerações. Alguns gramáticos apontam que o verbo é INTRANSITIVO. Napoleão Mendes de Almeida (1999, p.337 e 432), por exemplo, salienta que esse verbo é INTRANSITIVO e acompanhado de um adjunto adverbial de lugar. Contudo, ele

afirma que os adjuntos adverbiais que acompanham verbos que indicam movimento, devem ser usados com a preposição “a”.

Sob esse aspecto, Rocha Lima (1994, p.252-253) propõe quatro complementos verbais: objeto direto; objeto indireto; complemento relativo; e complemento circunstancial. Para ele, o verbo “ir” exige um complemento circunstancial de natureza adverbial, indispensável à constituição do verbo. Com efeito, para esse autor, não há como considerar o verbo “ir” INTRANSITIVO.

Rocha Lima, então, apresenta duas frases com complementos verbais distintos:

- a) Maria vai **a Roma**.
- b) Maria está **em Roma**.

O autor compara os complementos verbais e salienta que a preposição “a”, no primeiro caso, está ligada ao verbo “ir” e, que a preposição “em”, no segundo caso, está ligada ao substantivo “Roma”, de modo que, o verbo “ir” não pode ser considerado INTRANSITIVO. Além disso, o autor ressalta que todo verbo de direção pede a preposição “a”, e não, “em”. Nota-se, no entanto, que, apesar de apresentarem concepções diferentes em relação à regência do verbo “ir”, ambos autores apresentados salientam o uso da preposição “a” para esse verbo.

Na linguagem coloquial, porém, é freqüente o uso da preposição “em”. Desse modo, é possível afirmar, que a construção do Presidente Lula desobedece, na primeira ocorrência, as regras da Gramática Normativa. Ora, de acordo com os gramáticos, “as pessoas devem ir *ao S.U.S*” e não, “*no S.U.S*”. Na segunda ocorrência, contudo, o falante segue as regras da Gramática Normativa. Conclui-se, então, que o político conhece a norma, mas, ao mesmo tempo, sofre influência da linguagem coloquial.

- 10) P.L-2 o Alckimin não percebe que às vezes uma pessoa... a **de que toma** remédio pra hipertensão e que gasta TRINta reais por mês... vai gastar três reais...

Nesse caso, o Presidente insere um sujeito, retomado por “que”, regido pela preposição “de”. Essa ocorrência decorre do apego excessivo ao “formalismo”, porém, torna a seqüência incoerente e inadequada.

b) Concordância Verbal

Em relação à concordância verbal, deslizos em relação às regras da Gramática Normativa também foram encontrados.

- 1) R.J. vocês jogam fora **os companheiros...de...de aliança** como se **fosse** um bagaço de laRANja... (L. 186-187)
- 2) P.S. **outros** que nem eu acham que não... que **pode** revisar alterar modificar... (L. 121-122)

Nos dois casos apresentados não há concordância de número dos verbos com os sujeitos. No primeiro caso, o sujeito da forma verbal “fosse” (no singular) é “os companheiros de aliança”, cujo núcleo, “companheiros”, está no plural. No segundo caso ocorre o mesmo desvio: a forma verbal “pode” não concorda em número com o sujeito outros.

Cabe ressaltar, porém, que na segunda ocorrência o núcleo do sujeito está distante do verbo. Esse fato pode justificar a falta de concordância.

- 3) P.L-2 para que **a gente** possa envolver prefeituras... possa envolver personalida::des... possa envolver empresa::rios... **possamos** envolver sindica::tos (L.16-18)
- 4) P.L-2 para que **eles** possam vender o algodão que **produz** o açúcar que **produz** o milho que produzem... (L.50-51)

Nos exemplos 3 e 4, nota-se que, em alguns casos, há concordância de número entre sujeitos e verbos, mas, no mesmo enunciado, aparece falta de concordância com o mesmo sujeito. No caso 3, o “possamos” concorda com um sujeito implícito “nós”. Não é possível considerá-lo oculto, porque o sujeito “a gente” aparece no enunciado. É possível perceber, no entanto, que há falta de controle, por parte do falante, em relação ao discurso que produz.

No exemplo 4, a falta de apego à norma fica ainda mais evidente. O Presidente não faz concordância com duas formas verbais mais próximas ao verbo e, em seguida, faz a concordância adequadamente.

- 5) P.L-2 a lei ...das **pessoas** que vão no S.U.S e que **pega** remédio de graça... (L.6-7)

Na ocorrência 5, o sujeito da forma verbal “pegamos” é o pronome relativo “que”. Nesse caso, o verbo deve concordar com o termo antecedente do que, no caso, “as pessoas que vão no S.U.S”. Como se trata de uma oração, o verbo deve concordar com o núcleo pessoas.

A falta de concordância de número entre sujeitos e verbos no discurso do Presidente Luís Inácio Lula da Silva é um desvio bastante recorrente. Embora em vários casos a concordância seja feita, o discurso todo, desde seu início, está permeado de desvios. Além disso, muitas vezes o sujeito é retomado inadequadamente. Vale lembrar, ainda, o uso inadequado da regência verbal apontado anteriormente.

- 6) P.L-2 é que ele poderia explicar o que é feito no Estado em que **eles governaram(1)**... porque na verdade o que **nós fizemos(2)** ta aqui o governador eleito de São Paulo ta o governador de Minas Gerais aqui:... o próprio **Alckimin que foi(3)** governador de São Paulo... é que... **a União dava(4)** pra eles um real por cada habitante... pra que **eles pudessem(5)** distribuir remédio de graça... no meu governo **nós passamos(6)** de um real pra TRÊS reais e setenta e cinco... pra que **possa(7)** dar remédio de graça pras pessoas... a lei ...das **pessoas(8)** que vão no S.U.S e **que pega(9)** remédio de graça... **nós criamos(10)** as farmácias populares... a que **nós fazemos(11)**... e aquelas **conveniadas... que vendem(12)** remédio... pra quem não vai ao S.U.S por... dez por cento do preço do remédio (...) **damo remédio(13)**... **damo remédio(14)** com o dinheiro que o Governo Federal repassa pra eles. (L.1-13)

Da primeira à sexta ocorrências salientadas, a concordância verbal é adequada. No primeiro e no quinto casos, ao referir-se aos políticos de São Paulo, o falante utiliza o pronome pessoal “eles”. Porém, ao retomar o termo, no sétimo caso, ele conjuga o verbo na terceira pessoa do singular. No oitavo caso, que já foi discutido no exemplo 5, a flexão de número do verbo não é feita para concordar com pessoas. No décimo primeiro caso, a flexão temporal do verbo não é adequada. Ora, as farmácias não estão sendo feitas, elas já foram feitas. O verbo, portanto, deveria estar no pretérito perfeito.

O apagamento do “s” em situações formais de uso, como nos casos 13 e 14, do exemplo 6 (“damo remédio”), é característico da pronúncia de pessoas incultas. No discurso do Presidente Lula, eles são encontrados em mais de uma ocorrência.

- 7) P.L-2 o que que **nós temo** que fazer?... **Nós temo** que fazer um trabalho... (L.55-56)
- 8) P.L-2 a lei do abate você sabe que **nós aprovamo** no Congresso Nacional ... (L.75-76)

Apesar de essa parte do trabalho estar voltada para a análise das discordâncias verbais, outros equívocos também foram apontados para melhor análise do apego ou não às regras da Gramática Normativa.

Os dados permitem afirmar que, no caso do Presidente Lula, os desvios não decorrem da produção local da língua falada, mas sim, da falta de domínio da norma. Esse fato torna o discurso inadequado à situação formal na qual é proferido.

c) Concordância Nominal

Os desvios em relação à Gramática Normativa ocorrem também em relação à concordância nominal.

Segundo a norma culta, os adjetivos, os artigos, os pronomes e os numerais devem concordar em gênero e em número com os substantivos aos quais se referem.

- 1) P.S. **os Líderes Governistas** que querem um apoio ao Governo...estavam muito::...preocupados... muito ::sérios... muito responsáveis... muito... angustiados com o que ia acontecer... e as palavras **dele** foram palavras de bom senso... (L. 6-9)
- 2) P.L-2 uma **pessoa**... a de que toma remédio pra hipertensão e que gasta TRINta reais por mês... vai gastar três reais... e **muitas vez** fica mais barato do que o transporte que tem que pagar se tiver uma farmácia popular perto da casa **dele**... (L.14-16)

No primeiro exemplo, a contração “dele” não concorda em número com o substantivo ao qual se refere e no terceiro, a contração não concorda em gênero com o substantivo. Além disso, no exemplo 2, o advérbio de intensidade

“muitas” não concorda em número com o substantivo “vez” que aparece logo após o advérbio.

- 3) P.S. o PT os seus **quatro ano**... a situação é dramática... uma mensagem de paz...de respeito... e de concórdia para somar...o MDB poderia apresentar... mas os líderes do MDB... **os governista**... estão todos lá... (L. 65-68)

Os numerais devem concordar em gênero e em número com os substantivos aos quais se remetem e, os artigos também. No exemplo acima, o numeral “quatro” (plural) não concorda em número com “ano” (singular). No segundo caso, o Senador não indica, em sua fala o plural do substantivo “governista”, não havendo nesse caso também, concordância de número.

- 4) P.S. **o candida-to** é a **sua filha** pelo... PFL... não pelo MDB... no Amapá o candidato é do Partido Socialista...não é do PMDB... o Seu Jader Barbalho lá no Par/ no Pará o **candidato**... é a **Senadora** PT... (L. 98-101)

Nesse caso, os predicativos não concordam em gênero com os substantivos. Ora, o substantivo “candidato” é biforme. São esperadas, então, as construções: “a candidata é a sua filha” e “a candidata... é a Senadora”.

- 5) P.S. vai debater as **suas idéias**... e o PSDB vai apresentá-la... (L.115-116)

Os pronomes oblíquos devem concordar em gênero e em número com o substantivo ao qual fazem referência. Na passagem acima, Pedro Simon comete um desvio: o pronome “la” não concorda em número com o substantivo ao qual se refere, “idéias”.

- 6) P.S. **esse** foi talvez... o maior golpe... **a maior** paulada que o MDB levou no Brasil... **as outras** foram da ditadura...foram do arBÍtrio... foram dos generais...mas esta...((risos do falante)) essa nós levamos em casa... (L. 152-154)

Nessa passagem, o Senador também não segue as regras do bom uso. O demonstrativo “esse” concorda em gênero e em número com o substantivo “golpe”. Mas ao parafrasear a expressão “maior golpe”, a concordância fica perdida. No caso, ele poderia ter retomado toda a sentença, incluindo o demonstrativo, para fazer a concordância.

Continuando a mesma passagem, a construção “as outras foram” faz referência às pauladas e aos golpes anteriores. Porém, não há concordância e a construção fica imprecisa.

- 7) P.L-1 quando cento e oitenta e **noves... representante** de países presidentes... **primeiro-ministros...** tomaram a decisão... (L. 11-12)
- 8) P.L-1 Pastoral da Criança que tem dado **resultados extraordinário...** (L. 23)
- 9) P.L-2 porque **as prefeitura** dão remédio com o dinheiro do Governo Federal... e **os Estado** dão remédio com... o dinheiro do Governo Federal...(L.12-13)
- 10) P.L-2 e **muitas vez** fica mais barato do que o transporte que tem que pagar... (L.15-16)

Verificam-se, nos exemplos acima, vários desvios em relação à norma culta. Nota-se que o político em questão não domina as regras de concordância nominal quando fala.

d) Colocação Pronominal

Em relação à colocação pronominal, desvios em relação à Gramática Normativa também foram encontrados.

- 1) R.J. pedi até a sua professo::ra Juíza Denise Frossard... que **influenciasse você** (L.15-16)
- 2) R.J. conversando com você **convenceu você...** a viver a vida pública... (L. 18-19)

Segundo as normas gramaticais, os pronomes pessoais não podem ser utilizados como OBJETO DIRETO. Nesses dois primeiros exemplos, porém, a variação é permitida na língua falada, porque o pronome “você”, em realce nas orações, é tônico.

- 3) P.L-2 mas não prendeu o caminhoneiro não... monitorou **ele** até chegar em São Paulo... (L.79-80)

Nesse terceiro caso, no entanto, a variação não é permitida pela Gramática Normativa. De acordo com as regras dessa Gramática, o OBJETO DIRETO pode ser representado por um substantivo ou palavra substantiva, uma oração (subordinada substantiva objetiva direta) ou por um pronome oblíquo.

Os pronomes oblíquos átonos que funcionam como OBJETO DIRETO são: me, te, se, o a, nos, vos, os, as. Os pronomes oblíquos tônicos que funcionam como OBJETO DIRETO são: mim, ti, si, ele, ela, nós, vós, eles, elas. Como são pronomes oblíquos tônicos, só são utilizados com preposição, por isso se classificam como OBJETO DIRETO PREPOSICIONADO.

O pronome “ele”, na seqüência acima, contudo, é um pronome pessoal, e foi utilizado, inadequadamente, como OBJETO DIRETO. Esse desvio torna o enunciado inadequado à situação, pois, ao invés do pronome pessoal “ele” enquanto complemento direto, dever-se-ia utilizar o oblíquo “o” em posição proclítica, por causa do advérbio “não” anterior ao verbo, que atrai o pronome (“...não o monitorou...”).

- 4) R.J-... eu me refiro ao Globo... **me refiro** ao Globo... (L.73)
- 5) R.J- falii::do... **se fiou** sempre... nos cofres públicos... (L. 75-76)
- 6) R.J- não sabe o que é isso... **nos** Usa como uma laranja... (L.324-325)
- 7) P.S.- naquela nossa reunião da Executiva::...**se** criou um ambiente realmente muito interessa::nte.. (L. 4-5)
- 8) P.S- **me** perdoe Vossa Excelência... (L. 109)
- 9) P.L-2 ele é o resultado do descaso que ao longo da história... **se** teve com a distribuição de renda no país... **se** teve com a educação neste país... (L.56-58)

Todos os exemplos acima apresentados apresentam o pronome proclítico, iniciando a frase. Essa construção, no entanto, não é prevista pela Gramática Normativa. Ora, como as regras gramaticais são importadas de Portugal, muitas vezes não revelam a realidade lingüística brasileira. Em Portugal os

pronomes oblíquos são átonos, o que torna a ênclise mais adequada. De acordo com as regras gramaticais, no entanto, o uso correto seria “perdoe-me”.

Acontece que, no Brasil, os pronomes oblíquos apresentam algum grau de tonicidade. Essa característica, torna a ênclise inadequada à realidade brasileira. Por ser considerado muito mais uma adequação prosódica do que um desvio em relação aos padrões gramaticais, a ênclise, nos casos apresentados, tem sido aceita na linguagem culta falada.

- 10) P.S- não poderia fazer também...eh::...coligações estaduais... (L. 15-16)

O verbo “poder” na locução “poderia fazer” é um verbo reflexivo, portanto exige um pronome oblíquo. Esse pronome, porém, não aparece na sentença. A sentença esperada pela norma culta seria: “não se poderia fazer” (...)

- 11) P.S. os que aproveitaram-**se** dos CARgos que receberam...do MDB... para usarem contra...o nosso destino...minha fé...e meu espiritualismo...**me** levam a acreditar no futuro... (L.156-157)

Nesse exemplo, Pedro Simon comete dois deslizes. No primeiro caso, o verbo precedido do pronome relativo “que” deveria estar em próclise. No segundo caso, há uma locução verbal em que o verbo principal está no INFINITIVO e não há, antes do verbo nenhum elemento de atração do pronome (palavra negativa, advérbios interrogativos, palavras exclamativas). Deve-se empregar, contudo, a ênclise: “Levaram-me a acreditar”.

5.3.1.1 Sínteses parciais

A análise do apego dos falantes à norma padrão, revelou que os discursos em análise nem sempre revelaram domínio da norma.

Em alguns casos, os desvios decorrem do caráter dinâmico da língua falada. Sob esse enfoque, ressaltam-se os casos nos quais os sujeitos apresentam-se distantes de seu complemento; ou mesmo, naqueles em que adjetivos distanciam-se dos substantivos aos quais se referem.

Em outras ocorrências os desvios em relação à Gramática Normativa decorrem da influência da língua comum. Esses casos são exemplificados pelo emprego de OBJETOS INDIRETOS ao verbo “assistir”; assim como, pelo uso da preposição “em” em adjuntos adverbiais que completam verbos indicativos de movimento.

Apesar de serem justificáveis, os desvios acima ressaltados não são adequados às situações formais, pois não são reconhecidos pela Gramática Normativa.

Nota-se, também, a ocorrência de desvios que, mesmo não sendo reconhecidos pela gramática da língua escrita, já foram incorporados aos discursos orais formais. Nesse caso, ressalta-se o uso de pronomes proclíticos em início de frases.

É importante assinalar, ainda, que em várias ocorrências, os desvios decorrem da falta de conhecimento do falante acerca das regras gramaticais normativas. Essas ocorrências são mais freqüentes nos discursos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A falta de concordância, por exemplo, por ser muito incidente, pode tornar o discurso inadequado à situação discursiva na qual foi proferido. Além disso, pode comprometer a clareza do discurso.

5.3.2 Aspectos Lexicais

No texto falado, a interação dá-se face a face. Por esse motivo, os procedimentos de construção discursiva ficam evidentes no texto. No que se refere à escolha lexical, o falante culto tem a consciência de que deve escolher o termo adequado, preciso e é preciso evitar termos grosseiros e indecorosos. Por esse motivo, na fala, com freqüência, há um trabalho de seleção lexical, que vem antecedido de hesitações, alongamentos, repetições e até mesmo retomadas, como posto no subtópico anterior (5.2).

- 1) P.S. os Líderes Governistas que querem um apoio ao Governo...estavam muito:...preocupados... muito ::sérios... muito responsáveis... muito... angustiados com o que ia acontecer (L.6-8)

- 2) R.J. Porque TUDO o fariseu... todo o farsante... imprecisa a culpa... ao adversário... (L.305-306)

Nas duas ocorrências apresentadas, os falantes hesitam em busca das palavras mais adequadas aos seus discursos. No primeiro caso, a hesitação é manifestada no prolongamento de “muito::”. Em seguida, o falante insere um predicativo, mas que não é o que desejava informar ao seu interlocutor, então ele retoma a palavra “muito” e hesita novamente com o prolongamento de “::sérios”, e assim, atribui quatro predicativos ao verbo estar em busca da melhor definição para o comportamento dos Líderes Governistas.

No segundo caso, o trabalho de seleção é mais breve. Roberto Jefferson emprega o termo “fariseu” como crítica aos políticos que, ao invés de assumirem seus erros, culpam o adversário; hesita e retoma a sentença, optando por um termo que não prevê um conhecimento prévio muito aguçado para ser compreendido, “farsante”.

- 8) P.S. acontece... que entre a marca a a a m/ a marcaÇÃO da da-ta de hoje... (L.17-18)

Nesse caso, o falante hesita por meio da repetição de “a a a” inicia uma palavra, mas imediatamente interrompe-a. Em seguida, retoma a mesma palavra interrompida, pois não encontra a palavra ideal ao seu discurso.

- 9) P.L-2... sabe... o/... a perfeição da polícia de São Paulo resultou no PCC (L.94-95)
- 10) P.S.Presidência da República... não implicava e não alterava a obrigatoriedade... de quem não tivesse candidato à Presidência da República... não poderia fazer também...eh::...coligações estaduais... (L.23-25)
- 11) R.J. o rufião do Planalto... para alugar pros-ti-tu-tas... que ele **podia entendia podia** fazer aqui na Câmara dos Deputados...(L.57-59)

Nos três últimos casos, também há um trabalho seletivo do elemento lexical mais pertinente às intenções discursivas do falante. Como nem sempre essa escolha é bem-sucedida, o falante acaba retomando o termo já pronunciado, como ocorre em 6.

Sob esse enfoque, ao elaborar o discurso, o enunciador faz escolhas lexicais que viabilizem a produção de efeitos de sentido desejados em

relação aos interlocutores no jogo interacional. A seleção lexical, portanto, é um fator essencial para a intercompreensão dos interlocutores no ato da comunicação.

Roberto Jefferson, por exemplo, inicia um discurso utilizando uma linguagem polida. Refere-se ao Presidente de mesa e aos membros da sessão utilizando pronomes de tratamento.

- 7) R.J- **Excelentíssimo Senhor** Presidente...**Senhores Deputados...Senhoras::... Deputadas...**cidadão do Brasil que me ouve...cidadã do Brasil...que me ouve... começo::... percorrendo... essa defesa em causa própria.. (L.1-3)

Além disso, ao referir-se e agradecer seus familiares e colegas de trabalho que não participaram das acusações a ele feitas, ele utiliza termos que denotam agradecimento, gentileza, respeito e até, admiração.

- 8) R.J-... a minha vó Petisa... **força vital...** um **jequitibá...**(L.7-8)
- 9) R.J-minha mãe...Neusa...sua **fé...inabaLÁvel** em Deus... sua **força espiritual** l.9-10)
- 10) R.J-Cristiane minha Fllha... fisicamente é a mãe... mas o espírito... é meu... sonhei pra você **meu amor::...** (L.14-15)
- 11) R.J-à Marly Guaraciaba...a chefe de gabinete da Liderança do PTB... fez uma liderança **fraterna querida leal...**(L.36-38)
- 12) R.J-Solange Beró...VINte três anos comigo no meu gabinete... vinte e três... quando entrei no gabine::te...já encontrei a Solange lá... vinte e três anos do meu lado...ela tem mais convivência comigo que minha família tem... **ami::ga.. leal correta... companheira que-ri-da...**(L.43-46)

Por outro lado, critica, acusa e usa termos pejorativos ao referir-se àqueles que, de alguma forma, estavam envolvidos com a imoralidade política e que denigraram a sua imagem.

- 13) R.J-atrás de toda **manchetona escandalosa...** tem um interesse maior e mais escandaloso... o jornal que vive de manchete **escandalosa...** de **libelos...** quer acertar sempre com o Governo... quanto MAIS panfletária é a manchete... maior é o cheque vão sacar... no banco oficial" ... eu me refiro ao Globo...me refiro ao Globo... na área econô::mica... na área cultura::l... na área de esporte eu não tenho nada a falar do Globo... mas politicamente... é um jornal **amoral... fali::do...** se fiou sempre... nos cofres públicos... nas contas... do povo do Brasil... o POvo do Brasil paga as

contas do Globo...eu vi lá o:: empresário da Schincariol ser preso por um bilhão e duzentos... **algeMA::do**... imprensa... **arrombaram** a casa iam **botar** uma BOMba na porta... mas só de INSS O Globo **deve** mais de um bilhão e duzentos milhões e tá lá na superintendência da Polícia Federal... o processo por aprias:: por apropriação **indébita** porque é da parte do trabalhador... que a Polícia Federal não prende ninguém de lá::?... da Schincariol **mete** a algema no Globo... o **rabo entre as PER::nas**... (L.69-86)

O político, ao referir-se ao Globo, seleciona o léxico capaz de revelar um possível perfil imoral do jornal. Para isso, faz uso de termos que têm a mesma denotação. Para tornar sua intenção ainda mais enfática, apropria-se de expressões populares, de caráter informal, como se um tratamento formal e respitoso não fosse de merecimento do jornal.

A expressão “rabo entre as pernas”, por exemplo, é comumente utilizada em situações constrangedoras, ou naquelas em que houve submissão. Trata-se de uma metáfora que retoma o comportamento do cachorro, animal submisso, que, quando se chateia, coloca o rabo entre as pernas.

- 14) R.J. Seu Carneiro não vai zangar se eu contar... ele numa só noi-te...deu a **canetada** quando Chefe da Casa Civil... do Governo...de João Durval... e contratou dezesSEIS mil pessoas... ENTre elas a prima da Dona Carmen uma cabo eleitoral dele lá... em Feira de Santana na Bahia... e ele escreveu assim... à caneta no papel e o **cara** do Diário Oficial que devia ser do PT **espírito de porco** publicou... então ele ficou conheCldo...lá na Bahia como o primo da Dona CARmen...e VEM aqui e **faz conversa** de É::tico... (L.224-230).

É possível perceber que Roberto Jefferson procura construir uma imagem de “bom” corrupto, denigrando a imagem do outro. Critica a ação do Chefe da casa Civil que abusou de seus poderes e apropria-se de um tom sarcástico ao referir-se a um membro do Diário Oficial. Refre-se a ele utilizando o substantivo “cara” e “espírito de porco” e estende a crítica ao partido do PT.

O termo “espírito de porco” é também utilizado na linguagem coloquial, para referir-se a uma pessoa que gosta de estragar prazeres.

Apesar de utilizar vocábulos que precisamente revelam sua intenção comunicativa, no discurso oral culto, não é previsto pela Gramática Normativa, o uso de termos populares e regionais.

Por outro lado, o uso de gírias, léxico próprio de falantes comuns, está sendo incorporado à linguagem oral de falantes cultos da língua que,

influenciados pela linguagem popular, utilizam-nas mesmo em situações formais de comunicação. É o caso de “cara”, “mete”, “botar”, presentes na fala de Roberto Jefferson.

15) P.S. depois que **se dane**... (L.151)

Pedro Simon critica a atitude desleal de seus colegas de partido que, segundo ele, não se comprometeram com o partido e atenderam a interesses próprios ou a pressões. Nesse caso, ele também utiliza uma expressão gíria, “se dane”.

Roberto Jefferson faz uma escolha minuciosa do léxico para garantir a sua intenção comunicativa. Ao lado de gírias e de estruturas informais, contudo, percebe-se a presença de estruturas lexicais que revelam o nível alto de apego à modalidade culta da língua.

16) R.J. mas eu NUnca **bati no peito**... para dizer que eu sou o **paladino** da ética...e o campeão olímpico da moralidade...os que **vitupeRAvam** isso ali do lado de LÁ...hoje... não têm coragem de olhar os olhos da Nação...Porque TUDO o **fariseu**... todo o farsante... **impreca** a culpa... ao adversário... (L.302-306)

17) R.J. mas quero dizer aos meus companheiros e às minhas companheiras Deputados e Deputadas... essa luta... de maneira:...**soe::z**...de **sosla::io**... de maneira sórdida foi colocada entre nó::s...**queima** o Severi::no... **queima** o Malu::f... **queima** o Roberto Je::fferson... **queima** o Jane::ne... **queima** o Pedro Corrê::a... vamos **queimando**... (L371-376)

Na ocorrência 16, aparecem expressões metafóricas de uso corrente, ao lado de outros termos, também metafóricos, cujo uso prevê um alto grau de escolaridade do falante. A metáfora “bati no peito”, por exemplo, que é usada popularmente para fazer referência ao gesto que se utiliza para mostrar convicção ou pedir perdão aparece ao lado de expressões metafóricas como “paladino”, “fariseu”. Também são encontrados verbos de caráter formal: “vituperam” e “impreca”.

No caso 17, ao lado de termos como “soez”, “soslaio”, utiliza o verbo “queimar” em sentido informal. Nesse caso, os políticos “queimados” são aqueles que tiveram suas ilegalidades expostas à sociedade, aqueles que foram vis, que agiram de maneira torpe.

Nota-se que o falante apresenta-se dividido entre a linguagem popular, que visa à compreensão imediata, e a linguagem mais tensa, marcada pela preocupação com a Gramática Tradicional e que revela o conhecimento que o falante apresenta em relação às regras dessa Gramática.

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao debater com o candidato Alckimin, apresenta um discurso irônico e, além disso, desfaz-se do político. Ao referir-se ao candidato, dirige-se imediatamente a ele com informalidade e ironia.

- 18) P.L-2 é que **ele** poderia explicar o que é feito no Estado em que eles governaram... (L.1-2)
- 19) P.L-2 **o Alckimin** não percebe que às vezes uma pessoa... a de que toma remédio pra hipertensão e que gasta TRINta reais por mês... vai gastar três reais... (L.15-16)
- 20) P.L-2 **oh oh oh Alckimin** não fala isso pra uma pessoa do Pará que eles conhecem bem **cê** devia ter conversado com seu líder no Senado (L.37-38)
- 21) P.L-2 eu acho que **você** tocou num assunto extremamente importante...(L.52)

A Gramática Normativa prescreve o uso de pronomes de tratamento em situações formais de comunicação. Ao referir-se ao seu oponente, todavia, o Presidente Lula utiliza-se de pronomes pessoais e do pronome “você” que, apesar de ser um pronome de tratamento, é adequado ao uso informal. A informalidade nesse caso, revela uma certa falta de respeito com o candidato da oposição.

O distanciamento do padrão formal da língua é ainda mais claro quando o Presidente utiliza os termos “cê”, abreviação de “você”, e a intejeição “oh, oh, oh”, usos caracteristicamente informais.

É possível afirmar que o uso do léxico informal é fruto da intenção comunicativa dos falantes. Eles utilizam os termos sem que haja hesitação, ruptura ou correção. Parecem estar convencidos de que esses vocábulos são apropriados ao discurso. Com efeito, apesar de ser adequada às intenções do falante, a seleção lexical nem sempre é adequada à situação comunicativa.

Uma outra escolha verbal bastante presente nos discursos é o pronome “a gente”. A tradição normativa da linguagem sempre previu o uso do pronome pessoal “nós” para a primeira pessoa do plural. Por outro lado, na variante

informal, sempre se empregou o termo “a gente” que, apesar de seu caráter informal, tem sido utilizado em situações formais de comunicação.

Além disso, o Português brasileiro coloquial, quando faz uso do “nós” tende a não efetuar a concordância verbal, e emprega o verbo na terceira pessoa. É comum ouvir o uso de “nós vai”, “ nós colocou” por falantes de baixa escolaridade. “A gente”, por sua vez, é um pronome de terceira pessoa, por isso, muitas vezes, para facilitar a conjugação, ou mesmo, para evitar o equívoco gramatical apontado, os falantes fazem essa substituição.

- 22) R.J. ele lia o jornal e dizia assim **pra gente** (L. 69)
- 23) R.J. pegou dinheiro... dizendo que era em nome do Ministro Palocci e **a gente** sabe que não e::ra. (L. 163- 164)
- 24) R.J. e **a gente** não tá puxando a barba do BOde... e nós temos que puxar a barba do bode (L. 376-377)
- 25) P.L.-1 para que **a gente** possa envolver prefeituras... (L. 16-17)
- 26) P.S. quando **a gente** fala em MDB na história do MDB em revIVER... o VEIho MDB... **a gente** não está dizendo nada a essa gente... **a gente** não está dizendo nada pra essa gente... (L. 90-92)
- 27) P.L-2 ... com o esforço que **a gente** puder fazer pra apostar... num investimento em inteligência... sabe? numa polícia mais preparada pra que **a gente** possa concomitantemente ter uma poLítica de geração de riqueza e distribuição de renda... de educação e lazer e cultura necessário se **a gente** quiser cuidar da segurança pública... mas sobretudo **a gente** tem um policiamento MAIS preparado (L.64-69)estão aqui.. Lilo Vivia::ne...o Marco Antônio Miranda e Bi::a...o seu

Contudo, além de garantir a concordância verbal, o pronome “a gente” apresenta um caráter mais genérico que “nós”. Desse modo, para evitar a abrangência do pronome de primeira pessoa, mesmo em situações formais de comunicação, os falantes muitas vezes substituem-no por “a gente”.

Os vocábulos salientados são bastante comuns na norma da periferia urbana brasileira. Eles se tornaram tão usuais, que foram incorporados pelo discurso dos falantes não só da periferia, mas também dos centros urbanos. Esse fato, que pode ser comprovado pelo uso freqüente do termo pelos políticos. Eles não são, porém, aceitos pela gramática.

Ao remeterem ao discurso comum, ou melhor, ao utilizarem expressões já cristalizadas na linguagem popular, os políticos tornam seus discursos mais acessíveis à população. Por outro lado, essas expressões, nas situações de produção em análise, são consideradas desvios, pois não são aceitas pela norma padrão.

5.3.2.1 Sínteses parciais

A análise dos aspectos lexicais dos discursos permite afirmar que, na maior parte das ocorrências analisadas, as escolhas lexicais viabilizaram a produção de efeitos de sentido desejada pelos falantes.

Sobre esse enfoque, é necessário salientar que, como as situações enunciativas são formais, esperava-se, dos falantes, o uso de estruturas lexicais que revelassem o apego à modalidade culta. Só é considerada culta, contudo, a variedade lingüística livre de termos populares e regionais.

Apesar disso, muitas escolhas lexicais, presentes nos discursos, não são autorizadas pela Gramática Normativa. Esse fato permite afirmar que os falantes nem sempre adequaram seus discursos às situações comunicativas.

Sob esse aspecto, destaca-se a falta de uso de pronomes de tratamento; a recorrência de expressões populares, de caráter informal. Vale lembrar, porém, que alguns termos populares, como as gírias e o pronome “a gente”, já foram incorporados à fala formal. Por esse motivo, o uso desses termos não é considerado inadequado aos discursos.

No discurso do ex-Deputado Roberto Jefferson, em especial, a ocorrência de desvios revela-se tão evidente quanto o uso de termos altamente formais. Esse fato decorre do apego desmedido do político com a intenção comunicativa. Ora, apesar dos desvios em relação à norma, o político revela o conhecimento da mesma. Desse modo, ao construir os argumentos de sua defesa, ele parece mais preocupado com os efeitos de sentido que eles devem causar, do que com a adequação à situação discursiva.

Após o levantamento e a discussão dos dados, é possível afirmar que os discursos em estudo revelam que os três falantes, mesmo em situações formais, apresentam-se divididos entre a linguagem coloquial, que visa à compreensão imediata, e a linguagem formal, que obedece às regras da Gramática Normativa.

6 CONCLUSÃO

A análise dos discursos políticos confirma, inicialmente que os falantes cultos da língua apresentam dificuldades em utilizar o padrão em situações formais de produção. Sob esse aspecto, nota-se que os políticos nem sempre construíram discursos articulados e claros aos interlocutores.

Os falantes utilizaram recursos prosódicos e lingüísticos, próprios da língua falada, que garantem a interação, entre eles, a paráfrase, a correção, as hesitações, os marcadores conversacionais.

As hesitações, marcadas por marcadores conversacionais, pausas, repetições de vogais ou de palavras, garantem ao falante maior tempo para elaboração do discurso. A correção permite a retomada e adequação dos argumentos, das palavras e, até mesmo, das imprecisões gramaticais.

A paráfrase retoma e apresenta, com outros termos, ocorrências que o falante, no momento da fala, considera não muito claras ao interlocutor e, assim, acaba por adquirir uma função contextualizadora.

Apesar de parecerem preocupados com a clareza do discurso, a construção textual, em alguns momentos, não garante a interação. Entre os problemas, salientam-se as interrupções definitivas dos assuntos em andamento, sem retomada. A falta de retomada deixa o argumento vago e sem relevância.

No que se refere aos desvios em relação às normas gramaticais tradicionais, a falta de concordância (verbal e nominal) deve ser salientada. Esse desvio, que aparece com mais evidência no discurso do Presidente, além de revelar desapego em relação à norma culta, pode comprometer a interação. Ora, muitas vezes, o discurso não parece claro ao interlocutor.

Sob esse enfoque, é preciso salientar, ainda, que as escolhas lexicais dos falantes, nem sempre se adequaram às situações formais nas quais os discursos foram proferidos. Por outro lado, o uso de termos populares e regionais nem sempre denota desprestígio lingüístico do falante. No discurso do ex-Deputado Roberto Jefferson, por exemplo, o uso de léxico desprestigiado deriva da intenção comunicativa do falante e revela o domínio que ele apresenta em relação as variedades lingüísticas.

A falta de clareza, assim como a falta de apego às regras da gramática normativa, comprometeram, em alguns momentos, a eficiência dos argumentos apresentados pelos políticos. Ora, o domínio do padrão e a coerência discursiva são fundamentais para a aceitação tanto do discurso, quanto do falante.

Cabe ressaltar, ainda, que além de aspectos que marcam informalidade discursiva, a análise das ocorrências permite afirmar que, em muitos casos, os políticos dominavam as normas, mas, preocupados com a construção dos efeitos de sentido dos argumentos, cometeram equívocos lingüísticos.

Esse fato ocorre porque os falantes, no momento da produção, revelam-se divididos entre a linguagem coloquial e a linguagem formal. A influência da informalidade em textos formais decorre, principalmente, da falta de barreiras entre os diversos registros.

É preciso condiderar, ainda, que no Brasil as normas gramaticais seguem os modelos portugueses. Devido a esse fato, o padrão lingüístico não considera a variedade lingüística do país, o que torna o padrão acessível somente às pessoas que apresentam um certo grau de escolaridade.

Em decorrência da distância entre a variedade culta e coloquial, muitas iniciativas foram tomadas. A mídia, por exemplo, busca adequar seu discurso a maior parte da população brasileira, como forma de assegurar a ampliação de seus domínios e, devido a esse fato, tem incorporado expressões de uso popular.

Sob a iniciativa de adequação lingüística, podem-se ressaltar alguns aspectos lexicais e prosódicos de uso popular que já foram incorporados à linguagem culta. Entre eles, salienta-se o uso de pronomes proclíticos em início de frases; a incorporação da gíria e do pronome “a gente” nos discursos falados formais. Esses aspectos foram bastante recorrentes no córpus em análise.

Por outro lado, vale ressaltar a necessidade de rever aquelas regras que, mesmo falantes cultos da língua portuguesa no Brasil, têm descartado de seus usos. É o caso, por exemplo, do verbo “assistir”, no sentido de “ver”, que, nas ocorrências, não foi utilizado com complemento INDIRETO.

É preciso lembrar, ainda, que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva não é considerado falante culto da língua, por não ter concluído nenhum curso de graduação. No entanto, a extensa carreira política e o conseqüente acesso a textos formais, levou esse estudo a criar expectativas acerca da formalidade do discurso desse político. Essas expectativas, porém, não foram alcançadas.

Apesar de apresentarem desvios em relação à norma, a maior parte das ocorrências retiradas dos discursos de Pedro Simon e de Roberto Jefferson podem ser justificadas. O uso de termos informais, por exemplo, decorre da intensão comunicativa dos falantes; o emprego de complementos DIRETOS a verbos TRANSITIVOS DIRETOS, decorre, na maioria dos casos, da influência da oralidade. Apesar de essas ocorrências não serem aceitas pela Gramática Normativa, elas não evidenciam falta de conhecimento da norma. Ora, em alguns casos, os políticos usam adequadamente uma regra, em seguida, cometem desvios em relação à mesma regra, e isso mostra que não há barreiras entre os registros formal e informal.

No caso do presidente Lula, porém, algumas inadequações em relação à norma, decorrem da falta de conhecimento do político acerca do padrão lingüístico. É o caso, por exemplo, da recorrência da falta de concordância, nominal e verbal, sem correções.

Sob esse aspecto, vale ressaltar que a falta de apego às regras da Gramática Normativa, dá ao Lula popularidade, de modo que a variante informal de que muitas vezes faz uso, aproxima-o da maior parte dos brasileiros que, em sua maioria, não domina o padrão culto. A falta de apego à norma pode ser entendida, contudo, como estratégia política.

Essas análises, no entanto, revelam resultados inesperados e até contraditórios. Ora, considerando que as gravações dos discursos eram conscientes, considerando-se também que as condições de produção eram formais, os discursos acabam identificando-se, muitas vezes, com o de falantes urbanos comuns.

Apesar de o trabalho partir da hipótese de que em situações formais de comunicação haveria desvios em relação à norma, não era esperada uma frequência tão grande desses desvios, principalmente no que se refere à falta de clareza de alguns argumentos, decorrentes de interrupções, de falta de concordância nominal e verbal, dos desvios em relação à regência, da utilização desmedida, em alguns casos, de vocábulos informais.

O estudo das quatro situações formais de comunicação, embora não contemple a amplitude do uso da norma culta no Brasil, com certeza oferece um material relevante para conhecer muitas especificidades do desempenho lingüístico de falantes brasileiros contemporâneos em situações formais.

REFERÊNCIAS

ALÉONG, S. Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001.

ALMEIDA, N. **Gramática metodológica da língua portuguesa**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BANDEIRA, M. Evocação do Recife. In: FEITOSA, S. **Jornal de Poesia**, Fortaleza, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/manuelbandeira03.html#evocacao>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

BASSETTO, B. **Elementos da filologia românica**. São Paulo: USP, 2001.

BARROS, D. A propósito do conceito de discurso oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, D. (Org.). **O discurso oral culto**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. p.35-53.

_____. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 6.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. p.147-178.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa, Brasília, 1998.

BECHARA, E. **Ensino da Gramática**: opressão? liberdade?. São Paulo: Ática, 1989.
CAMPOS, O. A língua falada: características gerais. **SERIENCONTROS**, Araraquara, v.3, n.1, p.202-205, 1989.

CASTILHO, A. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, M. (Org.). **Lingüística da norma**, São Paulo: Loyola, 2002. p.27-36.
COSERIU, E. **Teoria da linguagem e lingüística geral**: cinco estudos. Tradução de Agostinho D. Carneiro, Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CUNHA, C. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

_____. **Língua, nação e alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FARACO, C. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**, São Paulo: Loyola, 2002. p.37-61.

FÁVERO, L.; ANDRADE, M.; AQUINO, Z. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.

FURLAN, O. **Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HALLIDAY, M. **Spoken and written language**. Oxford, 1989.

HILGERT, J. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 6.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. p.117-146.

_____. A seleção lexical na construção do texto falado. In: PRETI, D. (Org.). **Léxico na língua oral e na escrita**. 6.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. p.69-102.

LEITE, M. Purismo no discurso oral culto. In: PRETI, D. (Org.). **O discurso oral culto**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. p.79-113.

MARCUSCHI, L. A língua falada no ensino de português. In: BASTOS, N. (Org.). **Língua Portuguesa**: história, perspectivas de ensino. São Paulo: EDUC, 1998. p.101-119.

_____. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, L. A sintaxe na língua falada. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 2.ed. São Paulo FFLCH/USP, 1995. p.169-188.

NEVES, M. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

NEVES, M. H. **Que gramática estudar na escola?** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-76.

_____. **A gramática: história**, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002. PRETI, D. **O discurso oral culto**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP: 1999.

_____. A propósito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, D. (Org.). **O discurso oral culto**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP: 1999. p.21-34.

ROCHA LIMA, C. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SILVA, R. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala X a língua que se ensina. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SIGUAN, M. **A Europa das línguas**. Tradução: Alexandra Borges de Sousa. Lisboa: TERRAMAR, 1996.

TAVARES, D. O discurso político. In: BRANDÃO, H.(Org.).**Gêneros do discurso na escola- mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica**. São Paulo: Cortez, 2000.

TRAVAGLIA, L. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

URBANO, U. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. p.93-116.

ANEXOS

ANEXO A
Normas para Transcrição

ANEXO A – Normas para Transcrição

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	Do nível de renda () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	E comé/e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	Porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s,r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	Ao emprestareos...éh:: ...dinheiro
Silabação	-	Por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?

Qualquer pausa	...	São três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos transcritor	((minúscula))	((tossiu))

- Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF e 331 D2

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	- - - -	- - - - a demanda de moeda - - vamos dr essa notação - - demanda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	Ligando as linhas	A.na casa da sua irmã B. sexta-feira?
Indicação de que a fala foi interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante gravação	“”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma ba

		RREIra entre nós”...
--	--	----------------------

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: ta? Você está brava?*)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica ponto de exclamação (frase exclamativa)
6. Não se anota cadenciamento da frase.
7. Pode-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...(alongamento e pausa)*.
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto- e- vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

ANEXO B
Pronunciamentos

ANEXO B – Pronunciamentos**PRONUNCIAMENTOS**

Tipo de inquérito: Discurso individual

Duração: 17 minutos e 58 segundos.

Data de execução: 12/06/2006

Tema: Falta de candidatos do PMDB para a Eleição Presidencial 2006.

Informante: Senador Pedro Simon

Local: Senado Federal

P.S.- (...) na quarta-feira passada quando o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral...baixou uma medida... que criou um impacto em todo o país:...determinando com que as eleições fossem todas verticalizadas...Presidente...Governador...ou Senador:... naquela nossa

5 reunião da Executiva:...se criou um ambiente realmente muito interessa::nte...os Líderes Governistas que querem um apoio ao Governo...estavam muito:...preocupados... muito ::sérios... muito responsáveis... muito... angustiados com o que ia acontecer... e as palavras dele foram palavras de bom senso... no sentido de que... aqui não dá para ver

10 quem ganhou nem quem perdeu... nós temos que tomar uma atitude e ver o que vamos fazer... pra enfrentar essa realidade... os que queriam e que querem a candidatura própria concordaram... e eu fui um dos que disse que realmente achava que sim... concordando em não realizar a Convenção ontem... domingo dia onze... marcada... pela Justiça Eleitoral...pra realizar antes uma nova

15 reunião... que era essa que foi que feita hoje... pra buscar o entendimento... para buscar uma fórmula através da qual o MDB.... sairia... do impasse em que se encontrava...acontece... que entre a marca a a a m/ a marcaÇÃO da da-ta de hoje... pra a realização dessa reunião...e a realização dela hoje... o Tribunal mudou cento e oitenta graus... atendendo a pressõ::es de parlamenta::res e

20 mais gente e decisões pessoais... o Tribunal resolve::u alterar e voltar à posição anterior ...verticalização... só... pra Presidência da República... não implicava e não alterava a obrigatoriedade... de quem não tivesse candidato à Presidência da República... não poderia fazer também...eh::...coligações estaduais...

25 realizamos a reunião hoje... e o clima era completamente diferente... era claro... os governistas::... mais exaltados mais firmes... vieram com um pensamento uniforme no sentido de que... nada de candidatura própria... nada de realização de Convenção... a candidatura própria tava sepultada...e a discussão entre os

30 Líderes ficou qual a data do sepultamento...uns queriam sepultar hoje::...e outros queriam deixar pra sepultar na sexta-feira...sepultar a candidatura própria...os que queriam sepultar hoje argumentavam de que...o defunto ficaria insePULto...e passaria a cheirar mal até sexta-feira... teria que se botar numa Câmara funerária... numa câmara... eh... funerária...interessante... por quinze a zero... a Executiva decidiu... que o MDB não vai ter candidato a Presidente... e

35 cada Estado faça o que bem entender... essa foi a decisão...de um lo::ngo debate que durou um ano... no qual de um lado estava::m... Líderes como o Senhor... Presidente do SeNAdo...o Senhor Rena::n... Senador Rena::n... o Senador Sarney.. ex-Presidente da República...o Senador Suassuna... Líder da Bancada... Senador Já/já/... Deputado Jader Barbalho ex-Presidente do

40 Partido... ex-Presidente do Senado... o ex-Presidente...ex-Líder da Bancada... ::Senador... eh Deputado da Bahia...o ilustre Presidente da Fundação... eh... Ulysses Guimarães e ex-Governador do Rio de Janeiro...os governistas:: por unanimidade... falaram todos o interessante é que na última convençã::o... que lotou...o auditório Petrônio Portella... nenhum falou... a tal ponto que o

45 Presidente...Temer...dava a palavra pra um... depois outro...a favor da candidatura própria... e não a dava pra ninguém CONtra a candidatura própria... eu levantei uma questão de ordem... dizendo que o Senhor Temer tava sendo imparc/...tava sendo parcial...porque os que queriam...os que não queriam candidatura própria também queriam falar... ele deu a palavra mas

50 ninguém falou...mas hoje falaram todos... a é verdade que a reunião era
 fechada... não havia imprensa não tinha ba::se...mas falaram todos... os
 contrários à candidatura própria...e o argumento é u::m... “eu também não
 tenho condições de ter candidatura própria... e o problema é fortalecer as
 candidaturas dos governadores estaduais”... eu dizia:...mas que Partido é es-
 55 te?...que é o maior do País:... e que se despreocupa de se... apresentar com
 um candidato à Presidência da República...uma numa eleição num num
 momento tão traumatizante como este?... quando o PSDB e o PT...
 praticamente iniciam a campanha que começou hoje... com o primeiro
 pronunciamento oficial do candidato de oposiÇÃO... dizendo que a quadrilha
 60 são quaren-ta...e o Presidente é o chefe dela... começou quando eu... co/
 como eu imaginei que ia terminar... eu pensei que no FIM ele ia dizer
 isso...agora...se ele começa dizendo que o Presid/ que o Presidente da
 República é o chefe da quadrilha de ladrões de quarenta... como é que vai
 terminar a campanha Senhor Presidente?...isso dizíamos nós...o momento é do
 65 MDB...a história o destino colocou...nas MÃOS do MDB... o momento que está
 presente...o PSDB teve os seus oito a::nos...o PT os seus quatro ano... a
 situação é dramática... uma mensagem de pa::z...de respe::lto... e de
 concó::rdia para somar::...o MDB poderia apresentar... mas os líderes do
 MDB... os governista... estão todos lá... Ministério daqui:: Ministério dali::...
 70 diretoria daqui:: diretoria de lá ...estão todos com cargos no Governo... e isso
 pesou mais forte do que uma candidatura à Presidência da República... é
 estranho como na reunião de hoje... eu pude senTIR nesses Líderes que
 falaram... como não HÁ... dentro do sentimento deles um ... um amor... uma
 dedicação::... pelo seu Partido o MDB... em parte compreendo...o nosso
 75 querido Presidente do Sena::do...ele era do Pcdob::... depois ele passou... pro
 PRN...e naquela época JOvem tinha uma garra eNORme... pegou o PRN com
 seu (pref/) Governador de de de... de ...de...de Alagoas e fez dele Presidente
 da RePÚBLica. e foi Líder desse Presidente...depois foi Presidente... foi Ministro
 do Fernando Henrique... depois apoiou a candidatura do Serra pra Presidente...
 80 hoje é apaixonado pelo Lula...o Senhor Sarney... Presidente:: vitalício da
 Arena... precisamos dele para ser candidato numa... precisamos não ele se
 impôs como candidato em uma eleição... que nós precisávamos fazer um racha
 na na antiga Arena pra... eleger Tancredo no Colégio... morre Tancredo ele
 fi::ca... o seu filho foi... líder...Ministro do Governo Fernando Henri::que...sua
 85 filha está no PFL o outro no Partido Vê::rde os seus Líderes estão... em vários
 Partidos ele não tem ninguém no MDB a não ser ele... qual é a paixão que ele
 tem pelo MDB?... e assim são os outros homens... entã::o... praticamente o
 MDB parece uma... legião estrangeira no seu comando...todas as pessoas sem
 história...sem biografia...se olhar pra ontem no Tancre::do no Teotô::nio no
 90 Doutor Uli::sses nas Diretas Já::... lá na beira das cadê::ias... das prisões...não
 tava essa gente... então eles não consegue sentir::...quando a gente fala em
 MDB na história do MDB em revIVER... o VEIho MDB... a gente não está
 dizendo nada a essa gente... a gente não está dizendo nada pra essa gente... e
 hoje encerrou um capítulo do nosso Partido...questão aberta... cada um segue
 95 o caminho que quiser...interessante é que eu volto a repeti::r...os mais
 apaixonados que defendem... nós não podemos ter candidato a presidente
 porque temos que ter candidato a dep/ a governador... temos que fortaleCER
 os governadores...os que dizem isso no seu Estado não têm candidato de
 governador... o Doutor SarNEY... no seu Estado do Maranhão... o candida-to é

100 a sua filha pelo... PFL... não pelo MDB... no Amapá o candidato é do Partido
 Socialista...não é do PMDB... o Seu Jader Barbalho lá no Par/ no Pará o
 candidato... é a Senadora PT... não é do PMDB... o o ilustre Deputado que é o
 mais bravo mais bri/...o mais lutaDOR da Bahia...o ex-Líder Geddel... o
 105 candidato dele... se fosse era do PT... e o nosso:: Presidente do Senado...
 Senador Renan... seu candidato... é do PSDB...quando eu falei isso... na p/
 ...na reunião de hoje de manhã... ()de... de Vossa Excelência no seu p/ no seu
 Estado não tem candidato do PMDB que o candidato é do é é do PSDB... ele
 me respondeu...“Vossa Exelência sabe que sou Presidente do Senado... e
 110 nessa condição eu não posso ser candidato a governador... se pudesse eu
 seria" ... aí eu tive que responder... “me perdoe Vossa Excelência...eu concordo
 que Vossa Excelência é o “primus inter pares”... é o grande NOme de
 Alagoas... mas não é o único... será que Alagoas não tinha um segundo nome
 do PSD pro pro PS pro MDB para ser candidato a governador?... é Vossa
 Excelência ou ninguém?”...mas aconteceu...essa vai ser uma eleição em que o
 115 PMDB vai assistir... um grande debate... onde eu confio...que o Alckmin... que
 é um homem sério que é um homem de bem... vai debater as suas idéias... e
 o PSDB vai apresentá-la... e eu confio que o Lula vai re::fazer muito do seu
 equívoco...há dois... pensamentos com relação a Lula... um fala na
 maldição...da segunda... do segundo mandato... e apresenta nomes como o de
 120 Fernando Henrique como o de Perón como o de Getúlio... como o de Menem...
 de pessoas que no segundo mandato... foram muito piores do que no
 primeiro... outros que nem eu acham que não... que pode revisar alterar
 modificar... e talvez refazer os graVÍssimos equívocos que cometeram...nós
 vamos ver a candidatura da Heloísa Helena...que agora terá mais um ou dois
 125 minutos porque o MDB não tem candidato... e ela vai empolgar ...porque tem
 autenticidade... na disputa que ela teve com o PT ela saiu ganhando porque ela
 ..podia ter sido expulsa por mil razões... mas o PT expulsou-a do PT... porque
 ela cumpriu o programa do PT votando a favor... de não se... cortar o
 vencimento dos aposentados...dos inativos... não mexer... no vencimento dos
 130 inativos para baixar... por isso ela foi cassada... e eu vejo lá no Rio Grande...a
 simpatia enorme em torno da candidatura dela...o PDT... até aqui... com a
 candidatura...do ilustre Senador por Brasília do PDT Cristovam... vamos ter um
 grande debate... e nós do MDB... vamos assistir... nós vamos assistir...assistir...
 como se nós não fôssemos par-te... assistir como se não tivéssemos
 135 RESponsabilidade...o VEIho MDB...que foi lá atrás o responsável pela
 introdução no País... da luta democrática das Diretas Já e da democracia...e
 que podia apresentar a bandeira da moral da ética da seriedade da
 dignidade...da justiça social...vai ficar de braços cruzados
 assistindo...Assistindo...candidato a governador aqui::...com o apoio do PT::...
 140 candidato a governador lá::... com o apoio do PSDB::...ali adiante apoiando um
 candidato a governador do PT como no Pará:: ...ou apoiando um candidato a
 governador ((houve um corte na transmissão))...((som da campanha)) e esse é
 o papel que deixaram pra um partido do tamanho do MDB...é uma pena Senhor
 Presidente...mas eu sinto que...que esse comando partidário e faço ressalva...
 145 ao Presidente do Partido... que agiu com a maior dignidade... e tentou de todas
 as formas a candidatura própria...mas esse...grupo...se adonou do Partido...se
 adonaram do Partido como se fosse uma legião estrangeira...nunca tiveram um
 sentimento de afeto carinho...de amor pelo seu Partido...se vê que...é alguém
 que.. é alguém que tá ali pra... buscar tirar vantagem até o fim porque não tá...

150 nem um pouco preocupado com o que vai acontecer com o Partido...eu tô
aqui:...eu sou lí::der... eu sou secretá::rio... eu tô na Presidência
Sena/((interrupção na transmissão)) agora...depois que se dane...eu acho que
esse foi talvez... o maior golpe... a maior paulada que o MDB levou no Brasil...
155 as outras foram da ditadura...foram do arBítrio... foram dos generais...mas
esta...(risos do falante)essa nós levamos em casa... quem deu a pau-la-da no
MDB foi o comando do MDB... foram os líderes do MDB...os que aproveitaram-
se dos CARgos que receberam...do MDB... para usarem contra...o nosso
destino...minha fé...e meu espiritualismo...me levam a acreditar no futuro...e a
160 achar que por mais negra que seja a noite sempre há... o raiar ((campainha))
de uma luz anunciando a aurora... eu não sei como...mas nós teremos que
escolher o caminho... eu não sei como a convivência com essa gente... que na
verdade não devia estar no MDB... não sei o que FAzem no MDB... nós vamos
ter que escolher uma fórmula e um caminho... o MDB não pode...morrer por
165 inanição...na mão de alguns::...que estão...gordos e fogosos...mas se depender
deles... o MDB morre à míngua...muito obrigado Senhor Presidente

Tipo de inquérito: discurso individual

Duração: 40 minutos

Data de registro: 14/09/2005

Tema: Última defesa de Roberto Jefferson na sessão de cassação.

Informante: ex-Deputado Roberto Jefferson

Local: Plenário da Câmara dos Deputados

R.J.- Excelentíssimo Senhor Presidente...Senhores Deputados...Senhoras::...
 Deputadas...cidadão do Brasil que me ouve...cidadã do Brasil...que me ouve...
 começo::... percorrendo... essa defesa em causa própria... por uma via não
 muito comum aqui na Casa...confesso a dificuldade de fazê-lo viu
 5 Laurinha...sou bom advogado para os outros... para mim...mas quero agradecer
 em princípio... às mulheres:: que me permitiram chegar... a esse momento
 importante que vivo hoje na minha vida... a minha vó Petisa... força vital... um
 jequitibá... não quebrava... não vergava... perdeu precocemente dois fi::lhos...o
 10 marido mas não cedeu... não caiu... a minha mãe...Neusa...sua fé...inabaLÁvel
 em Deus... sua força espiritual ...para enfrentar adversidades ((assoprou))...
 ErClla... mãe de meus filhos... e avó de meus netos... ami::ga... guerre::ira...
 conselheira... foi pai e mãe... de meus filhos...me deu a retaguarda... pra ir à
 luta... porque a política faz isso conosco...nos transforma... em pais
 ausentes...Cristiane minha Fllha... fisicamente é a mãe... mas o espírito... é
 15 meu... sonhei pra você meu amor::... a carreira da magistratura... pedi até a sua
 professo::ra Juíza Denise Frossard... que influenciasse você pra que você
 persistisse.. na escola de magistratura e fosse uma juíza...mas a
 Laurinha...nossa irmã ((riu))...nossa amiga... conversando com você convenceu
 você... a viver a vida pública... sucesso meu amor ... e eu agradeço a você os
 20 dois netos::... o Christian e a Catarina... Fa-bi-A-na... minha filha... parece
 comigo fisicamente... mas herdou da mãe a doçu::ra... já me deu três netos...o
 Vítor::...o Artur::... o Bernardo... Merilande minha prima querida.. lá de ()... ela
 costura sempre a união... entre a família...eu quero agradecer... às mulheres
 que trabalharam comigo... eu não tenho preconceito contra homem não.. eu
 25 quero que esse Plenário... de maiori::a masculina... entenda iss::o... viu
 Capixaba viu Presidente... mas a minha assessoria sempre foi feminina... e isso
 sempre me permitiu... o suce::sso::...eu quero agradece::r.. primeiro à::s minhas
 colegas Deputadas a Elaine... a Edna... e a Kelly...obrigado a vocês
 queridas...quero agradecer a uma amiga queRlda... lá do Rio Grande do Sul
 30 gaúcha a maiOR:: oradora feminina que conheço.. a Sônia Santos.. minha
 aMlga... quero agradecer a duas pessoas especiais que tiveram marca na
 minha vida... a Heloísa e a Nádia... na Comissão de Seguridade Social...hoje
 elas estão... em algumas lideranças na comissão... de Ética...mas Elas
 construíram o sucesso dos meus dois mandatos... de Presidente na Comissão
 35 de Seguridade Social...quero aga/radecer à Carla...minha companheira...
 Secretária do PTB:: e todos os companheiros lá:: da sede do partido...à Marly
 Guaraciaba...a chefe de gabinete da Liderança do PTB... fez uma liderança
 fraterna querida leal... ela... e todas as meninas...que compõem... a nossa
 Liderança obrigado Marly e a todas as companheiras... da Liderança do PTB...
 40 a Ana (Querivelar) minha secretária lá no Rio de Jane::ro.. silencio::sa...
 observadora mas amiga e leal... à Denise (Conds)... minha Secretária aqui no
 meu gabinete em Brasília mulher despacha-da... diligente...in-can-sá-
 vel...Solange Beró...VINte três anos comigo no meu gabinete... vinte e três...
 quando entrei no gabine::te...já encontrei a Solange lá... vinte e três anos do
 45 meu lado...ela tem mais convivência comigo que minha família tem... ami::ga..
 leal correta... companheira que-ri-da... agradeço às minhas três assessoras de
 impre::nsa... Íris Campos... a lealdade... e a sua estratégia... QUE pessoa
 especial ...e o apoio que me deu nesses noventa dias mais difíceis da minha
 vida... a Luísa Pastor... o impressionante na Luísa é o foco... ela pode ler
 50 ...todos os jornais e as revistas e diz (aqui) “foco é esse... o resto... é encheção

de lingüiça"...a Maria Teresa nossa Tetê... a sua capacidade de pesquisa ...a redação que tem... e o carinho com que trata... todos os colegas de imprensa... que procuram pela gente... agradeço a Verinha da New Vision minha companheira de PTB... fé:...lealdade parceri-a...agradeço à Denise Tavares e à

55 Kátia Almeida.. a minha professora...de canto e a minha professora de mú::sica... todas duas... elas são responsáveis... pelas manhãs... MAIs felizes que venho vivendo... nesse úl/ nesse último ano de minha vida...obrigado às duas... elas me ensinaram que cantar é abrir o peito... é abrir o coração é uma doaÇÃO que a gente faz do espírito... é uma doação... que a gente faz da

60 Alma... agradeço à Ana Lúcia... minha companheira... a sua meiguice... a sua ternura... doçura... paciência... serenidade e o amor que me devota... ((pausa))...agraDEço...a minha cidade de Petrópolis... pelo apoio... e solidariedade... ao meu amigo Padre Jack... conforto espiritual... agradeço aos amigos Joenes... Ronaldo Mede::iros...Vereador Vadinho meu irMÃO...

65 Vereador Canela que aqui está... lá de Paraíba do Sul... meu irMÃO... agradeço ao meu avô Ibrahim já faleci::do... foi ele o responsável...na família pela veia poética...a observação da vida... o desprendimento...esse meu avô Ibrahim...naturalizado brasileiro chegou aqui:: no princípio do século passado do Líbano:: ele lia o jornal e dizia assim pra gente "meu neto... atrás de toda

70 manchetona escandalosa... tem um interesse maior e mais escandaloso... o jornal que vive de manchete escandalosa... de libelos... quer acertar sempre com o Governo... quanto MAIS panfletária é a manchete... maior é o cheque vão sacar... no banco oficial" ... eu me refiro ao Globo... me refiro ao Globo... na área econô::mica... na área cultura:l... na área de esporte eu não tenho nada a

75 falar do Globo... mas politicamente... é um jornal amoral... fali::do... se fiou sempre... nos cofres públicos... nas contas... do povo do Brasil... o POvo do Brasil paga as contas do Globo...eu vi lá o:: empresário da Schincariol ser preso por um bilhão e duzentos... algeMA::do... imprensa... arrombaram a casa iam botar uma BOMba na porta... mas só de INSS O Globo deve mais de um

80 bilhão e duzentos milhões e tá lá na superintendência da Polícia Federal... o processo por aprias:: por apropriação indébita porque é da parte do trabalhador... que a Polícia Federal não prende ninguém de lá::?... da Schincariol mete a algema no Globo... o rabo entre as PER::nas... não sei... não consigo entender por que... será que é a espera de elogi::os no Jornal

85 Naciona:l...ou daquele::...daquela coleção olí::mpica... de grandes intelectuais que assinam coluna no jornal Globo?...dois bilhões e oitocentos milhões já levou do BNDES... às custas do Brasil pra não fechar... porque sacou dois bilhões de dólares à época do governo Fernando Henrique quando o dólar já era (parejo)... um por um... e hoje deve o que não pode pagar... mas vende a

90 manchete ((batidas))... política... caderno econô::mico... e tenta nos calar a todos aqui... no Congresso Nacional ...vovô IbraHIM...cê sempre teve razão ni::sso meu velho... quanto mais panfletária a manchete... mais amoral... é a direção... e a redação política do jornal... agradeço ao meu avô Dja::lma... pelo patriotismo que me inspirou e o espírito de aventura que colocou no meu

95 coração... meu pai Roberto Francisco... a coragem moral... e a disposição pra o trabalho... meu filho Roberto... Roberto Jefferson Filho... o exemplo de vi::da... a força para vive::r... a superação da dor::...do medo... a superação de intempéries...o Marcos Vinícius meu genro...jovem... de trinta anos... casado com Fabiana que já meu deu três netos...agradeço Marcos Vinícius a sua

100 lealdade a sua cora::gem... a sua serenida::de... você foi testado... paSSÔU por

momentos difíceis... numa CPI que não é fácil.. não é pra tentar atingir a mim...
 e se saiu muito bem... com equilíbrio... com bom senso... com
 serenidade...agradeço aqui ao líder Zé Mú::cio que tem sido um giga::nte...um
 gigante... em minha defesa... meu amigo... brigado a você::... você tem se
 105 desdobra-do tem sido correto parcê::ro...lea::l...Fleury::... o Marqueze::lli...o
 Arnaldo Faria de Sá::... o Eduardo Seabra... e a nossa cabocla Jurema... meu
 irmão... capixaba amigo querido... presente todo o tempo... Dunga...o Silas
 Câmaras...todos os companheiros... todas as minhas companheiras do PTB...
 110 agrade::ço aos meus advogados Luiz Francisco Barbosa...DO PTB do Rio
 Grande do Sul... companheiro de partido...o Itapuã Messias DO PTB...do
 Distrito Federal...companheiro de partido... agradeço ao Presidente... do PTB...
 Flávio Martinez... em memória ao meu amigo José Carlos Martinez o ex-
 Presidente do PTB...agradeço aos amigos alguns estão aqui.. Lilo Vivia::ne...o
 115 Marco Antônio Miranda e Bi::a...o seu Walter da Liderança o Ari meu aMlgo
 especial da Liderança o Henrique... lá de AquidauAna...o Totó Queiroz meu
 irMÃO...lá de Paraíba do Sul Tatão Paiva...o Boque Júnior lá em Petrópolis...o
 Anésio...meu companheiro há vinte e três a::nos... pensa como e::u... tem a
 mesma vibração da inteligência... o Murilo Rampi::ni...o Mané Rampi::ni...o
 120 Norberto o Edu... o Edu é meu motorista há vinte cinco anos meu filho mais
 novo...ou mais velho...tesTAdo...Pedro Henrique...Pedrão...Marco Aurélio meu
 companheiro...de gabinete há dezesseis anos aqui na Câmara dos
 Deputados... hoje::...me preparando pra esse momento porque volto a dizer
 não é simples a defesa em causa própria...Landim...meu amigo...
 125 encontrei...uma passagem... de um advogado francês... Derrier...que diante do
 tribunal revolucionário...ele disse o seguinte... “trago aqui... a minha cabe::ça...e
 a minha palavra...vocês poderão ficar com a primeira...após::...ouvir a
 segunda”...e é assim que é o começo... dessa minha defesa aqui:: no plenário
 da Câmara dos Deputados...ouvi pacientemente...o relató::rio...do Relator da
 130 Comissão de Ética...ele se funda em cinco pontos...não com-pro-vou...o
 mensalão...o povo do Brasil que julgue... em especial o povo da BaHla...que
 julgue o relatório...daquele moço que diz::que o mensalão...não é
 comproVAdo...VEja se o relatório dele condiz com o sentimento do povo do
 Brasil...da mí::dia nacional...do que está colocado...ho::je aqui no
 135 Congresso...duas CPIs...se construí::ram...a CPI dos Correios e a CPI do
 Mensalão...e o Relator da Comissão de Ética diz que o mensalão não
 existe...eu devo dizer:: ao Relator que essa só contaram pá você...ter feito as
 denúncias pra tirar de si mesmo o FOco das acusações...mesqui::nha a
 colocação... pequena... da altura de um homúnculo...ten-ta-ram...colocar no
 140 meu colo...plantar um crime que eu não cometi na minha vida...uma relação
 espúria...com o Senhor Maurício Mari::nho lá no Correio...e tentaram a partir do
 momento...que duas vezes consecutivas eu falei...ao Presidente Lu::la da
 existência do mensalão...o Senhor La::nge...da ABIN que gerou até aquela
 cri::se...quando::...o Diretor da ABIN disse que::a CPI era de bestas-fe::ras...o
 145 Senhor Languê disse que foi man-da-do para a CPI para investigar o PTB... á
 nos Correios...não encontrou nada a não ser um boquirroto chamado...Maurício
 Marinho...que sem poder algum ficava pegando três mil aqui dois mil ali cinco
 mil ali...como ele confe::ssa à Polícia Federal... um total de VINte mil reais...e
 quando ele foi pra a área de operações onde estava lá o PT com o Seu Silvinho
 Perr::ira...que ele foi pra a área de informática onde tava lá o Seu Silvinho
 150 Perêra e o Seu Delúbio...ele recebeu ordens::do Palácio pra parar...isso foi dito

na CPI...dos Correios...ten-TA-ram plantar na minha vida numa relação que
 nunca tive...com o Seu Maurício Marinho...eu ten-TEI pela via da negociação
 até num discurso que fiz aqui nessa Casa...lo::go a partir da matéria se não me
 engano...essa matéria foi::eh::...princípio meados de/de maio...dia dezesseis de
 155 maio eu estive aqui... nessa tribuna... dei cabal explicação... trouxe o
 depoimento do Maurício desmentindo a maté::ria...trouxe o depoimento do
 Maurício desmentindo a maté::ria...() o o depoimento se repetiu a matéria foi
 desp/ foi desmentida... mas isso passou a prevalecer como verdade ele
 recebendo três mil reais...lá no correio.. em meu nome eu não posso evitar... se
 160 alguém... tava usando... da confiança ou não...ou de uma relação que não
 tem... peça dinheiro em meu nome... como nenhum dos senhores pode evitar
 que isso aconteça...o Bura::tti...fez isso com o Ministro Pallo::cci...traiu a
 confiança dele... pegou dinheiro... dizendo que era em nome do Ministro
 Palocci e a gente sabe que não e::ra...e o Palocci...tinha o Buratti como
 165 ami::go...recebia em CAsa...na madruGAda... foi ::seu Secretário de Governo
 quatro a::nos... e eu não sou amigo do Maurício Mari::nho ele não é do PTB eu
 não tenho relação com ele...para...o Buratti...em relação ao Palocci... é um é
 um julgamento...do Maurício Ma/Marinho em relação a mim...é outro...eu tenho
 visto...nesse jornal famoso...O Globo...que escreve...assim com a letrinha
 170 miudi::nhá...essas co::isas...só...para a presidência do Correio o Marcos Valério
 ligou mais de cento e cinqüenta e cinco vezes...o Delúbio também...quem
 coordenava aquilo tudo era o Delúbio e o Marco Valé::rio...e tentaram colocar
 no colo do PTB os escândalos praticados e cometidos no Correio...e o Relator
 tem coragem de dizer...que eu quis tirar o foco de cima de mim me::smo...oh
 175 Relator::...eu tive uma á::r-dua...tarefa...conversei...tá ali o Chinaglia que teve
 comigo lá em ca::sa o líder do Governo...pediu que eu assumi::sse...um
 delegado dilige::nte...faria um inquérito...independen-te...e nós encerraríamos a
 situação política...não pediu em nome d/ do Governo...em nome pessoal eu
 digo "Chinaglia eu não posso... acreditar no Governo porque o Governo não
 180 tem pala::vra... em você eu creio... mas no Governo nã::o"...quando estiveram
 lá em casa o Ministro Aldo Rebelo...na véspera do PTB...decidir se assinava
 aquela CPI... logo no princípio...de junho...n/não...fi/final de maio... teve de
 manhã cedo lá em casa comigo...o Ministro Zé Dirceu...já disse isso aqui nessa
 185 tribuna...o Ministro Palocci...o ZÉ Dirceu afirmou...DUas coisas que pra
 mim...são importantes porque eu bati duro nele... disse "isso é papel que não é
 papel de ho::mem...vocês não agem corretame::nte...vocês jogam fora os
 companheiros...de...de aliança como se fosse um bagaço de laRANja... que
 vocês já chuparam o ca::lido Isso é papel que não é papel de HOmem Zé
 190 Dirceu"...ele falou "Roberto olha... eu não fui não...você me conhece sou um
 cara de enfrentar a briga de pé...e eu não te-nho nenhuma asceDÊNcia sobre o
 Ministro da Justi::ça...porque tava lá que o Ministro da Justi::ça ia dar ia fazer
 um pronunciamento à Naçã::o no dia seis segunda-fe::ira falando da corrupção
 que a Polícia Federal tava desvendando...no IRB... nos Correios...e na
 195 EletroNORte...colocando no colo do PTB...pra enterrar a CPI na Comissão de
 JustIça...e o meu partido ser sacrificado...no escândalo... de um crime que não
 pratiCOU...e Nisso...o Zé Dirceu foi correto comigo... eu passei a pensar quem
 é que tem ascendência... sobre o Ministro da Justiça?...quem?...e outra coisa
 que o Zé Dirceu me falou...mas eu tô vendo que ele tá perdendo agora que
 200 deixou de ser Ministro... que no Globo ele acertava por ci::ma...tô vendo que o
 Zé tá começando a r/...a ser escanteado lá pelo jornal porque já percebeu...que

ele não é mais poDER...QUARta acusação que me faz o relatório...TER-se omitido... em não revelar o mensalão assim que soube..((risos))...o Relator tá de brincadeira...fiz peregrinaçã::o...ao Zé Dirceu como Ministro Chefe da Casa Civil... eu falei isso umas dez vezes... falei ao Ci::ro...“Clro”...depois nós

205 descobrimos que o Már...cio...Secretário Executivo...do Ministério...tinha recebido...do Marcos Valério quinhentos mil reais pra saldar contas de campanha... mas falei ao Ciro...com lealDAde...ele disse “ah eu não acredito nisso”...falei ao MiNISTro... Mlro Teixeira....tava acompanhado do Zé

210 Mú::cio...conversei com eles “isso vai dar ZE-bra”...falei com o Presidente da Repú::blica...o que que queriam de mim?... Que no Ano paSSAdo... o LUla...na descendente... o PT se desmanchando... eu to aqui pra ser cassa::do... imagina no início do ano passado...quando o Globo dizia... que o Lula... era o maior Presidente do mundo?...qual era a condição que eu tinha pra denunciar

215 i::sso?... e eu bus-quei fazer pela via do entendimento...tentar colocar um final a i::sso...disse ao próprio Presidente... “Presidente... o Delúbio vai botar uma bomba debaixo da sua cade..ira esse mensalão é um escâ::ndalo... eu NUNca vi... uma coisa igual... na minha história parlamentar” se o meu se se o relator fica ofendido com a palavra mensalão...seus ouvidos pi::os.. se ofendem o o bimensalão o trimestralão...o que ele que quiser chama::r...mas essa

220 transferência constante de recursos...para aluga::r os partidos da BAse aliada... tinha que acaBAR ...e por último a acusação...do honrado relator...do campeão da ética...o relato::r baiano...o primo da Dona Ca::rmen...ele tem uma passagem que eu... já que ele é o campeão da ética eu me permito contar aqui... Seu Carneiro não vai zangar se eu contar... ele numa só noi-te...deu a canetada quando Chefe da Casa Civil... do Governo...de João Durval... e contratou dezesSEIS mil pessoas... ENtre elas a prima da Dona Carmen uma

225 cabo eleitoral dele lá... em Feira de Santana na Bahia... e ele escreveu assim... à caneta no papel e o cara do Diário Oficial que devia ser do PT espírito de porco publicou... então ele ficou conheCIdo...lá na Bahia como o primo da Dona CARmen...e VEM aqui e faz conversa de É::tico... dezesSEIS mil numa canetada só...num assalto aos cofres da BaHla mas se vestiu... com aquela capa de cordeiro... a alma é do lobo... sheep... em inglês... wolf... em alemão ((risos da platéia))...só que ele devia ter pesquisa::do...que quem manda lá no IRB...é a turma da Interbrasi::l...ele devia ter visto ((aplausos))...que os

230 interesses lá do IRB não são do PTB...quando...o e::x-Presidente do IRB... procurou o Martinez Presidente do partido...Ele... ofereceu juntar um grupo de brokers...para ajudar POR den-tro o meu partido... e eu confesso isso porque foi algo legal... não foi caixa dois da l::nterbrasil... pra eleição de Goiânia... como tá sendo denunciado hoje não... e que o Relator não sabi::a... foi uma coisa coRREta e o EX-Presidente do IRB já falou à Polícia Federal... ao

240 Ministério Público... em momento nenhum ele afirma ter sido chantageado... ou pressionado pelo PTB... pra praticar irreglaridade irregularidade à frente daquele órgão...o Relator::...vendo que seu relatório...se desmancha::va... como uma pilha de açúcar em que se joga um jarro de água... ele tentou apelar para todos os lados pra ter sustentação...fugi::ndo da denúncia que me moveu o Presidente do PL o Deputado Valdemar Costa Neto...ele disse que eu

245 MENTi...qua::ndo denunciei o mensalão...o RES-to das acusações...que não constavam da denúncia... eu falo pra um Parlamento que faz le::is... o que não é da denúncia não é competê::ncia... do julgame::nto...ele foi aditando...sem abrir prazo à defesa:: aditava a acusação... sem abrir prazo pra defesa... e

250

ainda achou que podia ficar zangado... quando o Doutor Barbosa disse que era
 um atitude fascis-ta...e é fascista... fasci::sta... indigna...da democracia...Senhor
 Presidente...Senhores Deputados...o Governo promoveu... e pra mim... esse é
 255 o Governo mais corrupto que testemunhei... nos meus vinte e três anos de
 mandato... o governo do Presidente Lula...o MAis es-can-da-lo::-so proce::sso
 de aluguel... de Parlamentar... escolheu...o Ministro José Dirceu...assim como
 uma espécie de Mary Jeane Córner...((risos da platéia)) o rufião do Planalto...
 para alugar pros-ti-tu-tas... que ele podia entendia podia fazer aqui na Câmara
 260 dos Deputados...TRA-TOU essa CAsa como se nós fôssemos um
 prostíbulo...aliás sempre ele conversou...nesse sentido... as conversas com ele
 começavam sempre nesse nível...as fe::stas::...pra depois a conversa ficar na
 an/ na ante-sala do Presidente... do jeito que ele queria conduzir... de maneira
 anti-republicana...eu NÃO acuso o Presidente LUIa...de participar de
 desonestidade... pra mim ele é como Zé Genoíno...eu ontem assisti o Genoí::no
 265 na CPI...o Genoíno assinou...empréstimo de dezessete milhões()...mas não
 leu...((risos da platéia))... houve o acordo político-financeiro com todos os
 partidos da base o meu em especial que eu tratei com ele direto... mas ele não
 f/ não se lembra e não fe::z o Presidente Lula é uma espécie de Genoíno... na
 Presidência da República...não sabe o que lê... não sabe o que assina... não
 270 sabe o que fa::z... ele é assim... o Genoíno do Planalto...que confiou a mãos
 erra::das... ao Gushiken... confiou a mãos erradas ao Zé Dirceu... a confiança
 que o povo do Brasil depositou ne::le...errou::... ah o meu conceito do
 Presidente Lula é que ele é malandro...ele é preguiçoso...eu não sei se já
 chegou da Guatemala...o negócio dele ó::... passeAR de aviÃO...governar que é
 275 bom ele não gosta... e delegou... e essa cúpula... esconderam debaixo da saia
 da chefe da casa civil... o Gushiken... o Zé Dirceu já mandaram pra cá ...e essa
 cúpula desonrou... a confiança que lhe foi depositada... pelo presidente Lula...
 se Ele não praticou:: o crime por ação... pelo menos por omissão... e eu lendo
 hoje... o primeiro capítulo da Guerra de Tróia... lembrei de Eris... a Deusa da
 280 Discórdia...o Governo fez isso conosco na base aliada...foi ao pomar pegou um
 pomo uma maçã escreveu a mais bela... jogou entre nós... os partidos...e fez
 aQUI na casa o conflito... como se fôssemos o valhacouto de corruptos.. e nós
 estamos numa guerra fratricida... sangüinária...entre NÓS... quando a
 corrupção está na praça do lado de lá... de LÁ partiu... a corrupção...de LÁ::...
 285 ((aplausos))a corrupção partiu de lá::...as ligações do Senhor Marcos Valério
 são para o gabinete do Presidente também o::nze...ontem esteve aqui a
 Kátia...dona Kátia ... presidente do Banco Rura::l...foi levada pelo Marcos
 Valério TRÊS VEzes à presença... do Zé Dirceu...o Zé Dirceu levou os
 empresários portugueses do banco...do Espírito Santo...Banco Espírito
 290 Santo...da Portugal Telecom...e manDOU de (de) ir para lá o Marcos Valério
 como embaixador...do Governo brasileiro junto...a esses interesses em
 Portugal...senhor PresiDENTE...eu jamais fiz::...e:: aqui tenho velhos
 Companheiros ao meu lado... dessa tribuna... a tribuna do libelo... eu deixei
 295 sempre isso para o PT...eu nunca fiz escada na desgraça alheia... pra poder
 crescer como Parlamentar...eu não sou como o Genoíno... que vi aqui...
 sustentando libelos gravÍssimos contra os Companheiros... e ontem... de
 rabinho entre a perna... "Não vi... não li... se assinei não sei"... mentindo...
 descaradamente ao Brasil...lá na CPML...o PT não tem proJEto de Governo...eu
 300 quero dizer o PT nesse Campo Majoritário e nessa Cúpula... que assaltou o
 Brasil... rato MAgro hein?...quem nunca comeu mel quando come se lambuza...

rato ma::gro... PC Farias é aprendiz de feiticeiro... ante essa gente que
 assalTOu o Brasil:: rato mA::gro... mas eu NUNca bati no peito... para dizer que
 eu sou o paladino da ética...e o campeão olímpico da moralidade...os que
 vitupeRAvam isso ali do lado de LÁ...hoje... não têm coragem de olhar os olhos
 305 da Nação...Porque TUDO o fariseu... todo o farsante... impreca a culpa... ao
 adversário... como se fosse um biombo para se esconder... com os seus
 defeitos... e o PT fez isso a vida inTEira... eu me recordo... dos ódios que nós
 vivíamos no plenário... quase a vias de fato... contra a campanha... contra a
 política econômica do MaLAN... do Fernando Henrique...hoje... a política é a
 310 mesma...ou... mais ortodoxa...rasgaram o disCURso da política econômica...a
 única coisa que... o nosso... Presidente Lula susten-ta... a política econômica
 está dando cert/.....e a SOCIA::L?... que os proxenetas de parTido... rufiões de
 SONhos...caféTÕES da dignidade do Congresso... ofereceram ao povo do
 Brasil?... onde esTÁ?... é::tica... moralidade?...o PT não rouba e não deixa
 315 rouba::r...eu ouvi isso da cúpula do Partido... rouba mas rouba soZl::nha...e
 rouba MUlto...o Rei tá ficando sozinho no tabule::iro...já queimou os peões...tá
 perdendo a base...tá queimando...as torres...os... cavalos...os bispos...não
 duVlido... não duvido da mão do Governo empurrando... para o pelotão de
 fuzilamento... o Severino... porque... não acredite o PP ...que o PT quando t/ a
 320 elogia tá dando a mão... eu vivi esse processo lá em casa... o Presidente me
 elogia::ndo e o Zé Dirceu me cravando a faca nas costas... um me alisava e o
 outro me espancava...não creiam... que o PT faz isso porque f/ ((interrupção))...
 já encerro Senhor Presidente...não tem amor... não tem amor... só tem da
 cabeça para cima...não tem...solidariedade fraternidade amizade não sabe o
 325 que é isso... nos Usa como uma laranja... chupa o caldo e escarra o
 baGAço...mas aliás eu disse isso sempre ao meu partido... é que eu fui voto
 vencido... eu disse isso sempre à minha bancada não vamos confiar nessa
 ge::nte... essa gente não merece nossa confiança e nem nossa
 consideraçã::o... essa gente não tem afeto... essa gente não tem aMOR... essa
 330 gente não ama o ser humano eles amam a abstração jurídica... um esTAdo
 Idea::l... que eles so::nham... e odeiam todo ser humano que se conflita com
 esse ideal de estado que eles... que eles... nutrem no seu coração e embalam...
 rufiões da Pátria... proxenetas do Parlame::nto...e rolaram entre nós... a maçã
 envenenada e NÓS estamos fazendo aqui...ontem eu vi... todo mundo de braço
 335 dado vamos destroçar o Severino amanhã... vamos destroçar o Roberto
 Freire... amanhã vamos dê::o Gabeira a coisa está assim entre nós... e a
 TURma que financiou isso vai ficar de FOra? tem Ministro que recebeu
 mensalão... crime administrativo CLARo...e t/ tá tudo em silêncio eles não vêm
 depor na CPI:: não são pesquisa::dos... não são confronTAdos... e a culpa é só
 340 Nossa... nós somos a Geni do Brasil...o Marcos Valério era empregado a
 Câmara... trabalhava para NÓS::... trabalhava pros ParlamenTAres... coagia
 em nome do Governo e do partido do Governo... nós temos que atravessar a
 Praça Presidente...nós temos que i::r ao Palácio do Planalto fazer a
 investigação que precisa ser feita... Essa é a resposta que o povo do Brasil
 345 quer de nós... que sacrificar mandato Parlamentar já vi tantas vezes isso...
 porque sempre é um esquema... quem é que vai cassar? bom vamos fazer o
 seguinte ...

P.M- Nobre Deputado Rov/berto Jefferson peço a Vossa Excelência que conclua...

350

R.J.- Claro Presidente...((conversa na platéia))((toca a campainha))...como são essas CPIs aqui?... vamos fazer um acordão aqui...vamos pegar uma cabeça grande o Roberto Jefferson tal Roberto Jefferson... pega o Zé Dirceu ace::rta o Zé Dirceu... vamos ver por baixo quem a gente dá... foi assim sempre as CPIs desta Casa... e encerra... mas o Parlamento não pode sair de joelhos disso... eu quando... fui eleito Deputado Federal eu ganhava líquido uns onze mil dólares... em termos de trinta mil reais... por mês... em mil novecentos e oitenta e dois...hoje um Deputado ganha oito... trinta mil é a diferença do mensalão... e essa eLlte... que paga a mídia... nos coloca de joelho pra i::sso... pra que nós não tenhamos independência pra votar contra eles... nós estamos aceitando aqui... eu me lembro... os discursos contra os decretos-lei da ditadura militar... Jesu::s... nem os generais ousaram TANto com o decreto-lei... como fazemos aqui com a medida provisória... Senhor Presidente... a medida provisória desmoraliza a Casa... nós fazemos todo dia... referendar medidas provisórias... o processo legislativo não nos pertence mais... nós vivemos o humor dos técnicos... do Ministério da Fazenda ou do Banco Centra::l... TTodo dia chega uma medida provisória aqui...e essa Casa tá se ajoelhando tá se agachando... e NÓS... pegamos a maçã envenenada a que o Governo colocou no meio da Mesa dos deuses... porque aqui não tem índio só tem cacique... estamos vivendo uma ()ória... e fratricida... cumpri minha missão... não arredo Uma VÍRgula... do que disse... não MUdo Uma pa-LA-vra... do que já falei... mas quero dizer aos meus companheiros e às minhas companheiras Deputados e Deputadas... essa luta... de maneira::...soe::z...de sosla::io... de maneira sórdida foi colocada entre nó::s...queima o Severi::no... queima o Malu::f... queima o Roberto Je::fferson... queima o Jane::ne... queima o Pedro Corrê::a... vamos queimando... e a gente não tá puxando a barba do BOde... e nós temos que puxar a barba do bode pra mostrar... aONde está o DNA::...da corrupção que (dis-ta)...do Congresso NacioNAL...encerro Seu Presidente... eu não vou mais::...lhe criar esse constrangimento... de avançar no meu tempo... agradecendo a Vossa Excelência a oportunidade que me deu... à Mesa...aos companheiros de partido...entrego o meu mandato em mãos dos senho::res... vinte e três anos...sou Deputado Federal... confe::sso...que também tô um pouco cansado... mas honrei...o Parlamento...TTodo di::a...investigam minha vida... não conseguiram colocar nada no jornal...que pudesse ferir... a minha honra... não tenho conta no exterior::r... não tenho patrimônio acima da minha re::nda...TTodo o dia eles investigam...TTodo dia... e não conseguem fazer uma colo/ uma... acusação contra minha honra pessoal...e a minha dignidade pessoal...se tiver de sair... saio ó... de cabeça erguida... com o sentimento da missão cumprida Laurinha... tiREI a roupa do rei... mostrei ao BraSII... quem são esses fariseus... mostrei ao Brasil... o que é o Governo LUla.... mostrei ao Brasil... o que é o campo majoritário... do PT...muito obrigado aos senhores...pela paciência de me ouvir... muito obrigado

355

360

365

370

375

380

385

390

Tipo de inquérito: Entrevista Política

Data de execução: 19/12/2005

Tema: Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Informante: Presidente Luís Inácio Lula da Silva

Local: Rádio Nacional

F.M- bom dia amigos em todo Brasil... eu sou Luiz Fara Monteiro começa mais um Café com o Presidente o programa de rádio do Presidente Lula... bom dia Presidente

P.L-1.- bom dia Luiz

- 5 F.M- presidente semana passada o senhor entregou prêmios a pessoas e entidades que vêm atuando com sucesso no combate à fome e à pobreza... o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio... ou o ODM Brasil... foram premiadas vinte e sete experiências de combate à fome e à pobreza... por QUE que o governo criou esse prêmio... presidente?
- 10 P.L.-1 pra dar seguimento Luiz a uma decisão... que foi tomada em dois mil... quando cento e oitenta e nove... representante de países presidentes... primeiro-ministros... tomaram a decisão... que até dois mil e quinze... teríamos que trabalhar pra diminuir a pobreza no mundo pra melhorar a educação diminuir a mortalidade infantil... e:: NÓS resolvemos criar esse prêmio... para que a gente possa... despertar na sociedade brasileira primeiro o espírito da solidariedade... segundo... para que a gente possa envolver prefeituras... possa envolver personalidades... possa envolver empresas... possamos envolver sindicatos ONGs igrejas... ou seja experiências que as pessoas fazem.. e que têm resultados benéficos:: para diminuir a pobreza no mundo... nós então... criamos esse prêmio eu até quando propus o prêmio disse que era::... necessário criar o Oscar... de boas ações...por exemplo... como o combate à mortalidade infantil feita pela Pastoral da Criança que tem dado resultados extraordinários... como a experiência- s/:símbolo do Betinho... que começou o programa... ah ah de combate à miséria no Brasil... como a experiência de Dom Cláudio Hummes em São Paulo... o nosso cardal... de geração de empregos e procura uma bolsa de empregos para as pessoas que estão... desempregadas na periferia::a... Essas e outras experiências precisam ser premiadas... porque não dá pra esperar que fique tudo... subordinado... ao Estado brasileiro ao governo federal ao governo estadual ao governo municipal... então... o prêmio é isso o prêmio é um estímulo... agora isso não tira... a responsabilidade do Estado... e da própria Organização das Nações Unidas... da Organização Mundial do Comércio... da Organização Mundial da Saúde... que têm a obrigação... de ajudar os países mais pobres... a ... conseguirem... cumprir as Metas do Milênio

((música))

- F.M- esse é o Café com o Presidente o programa de rádio do Presidente Lula... Presidente na semana passada aconteceu em Hong Kong lá do outro lado do mundo uma negociação entre os países desenvolvidos e não-desenvolvidos... muitos ministros brasileiros estiveram presentes... o que isso tem a ver... eh:: em relação a combater a fome e a pobreza no mundo?

- P.L.-1 nesse momento... encerrou-se em Hong Kong... uma:: rodada muito importante de negociações... para o comércio exterior::r... em que os países pobres e os países emergentes como o Brasil ...estão exigindo... que os países ricos... abram mão dos subsídios que dão... para sua agricultura... para que... os países pobres e nos países emergentes... tenham maior

50 acesso a o mercado internacional... têm países que de-pen-dem única e
exclusivamente da sua produção agrícola... vamo pegar países pobres da
América Latina... vamo pegar países da África que se o mundo rico não abrir
o seu mercado para que eles possam vender o algodão que produz o açúcar
que produz o milho que produzem... ou seja essas pessoas... NÃO poderão
cumprir as Metas do MiLÊNio... então o Brasil está brigando... muito menos
em defesa do Brasil... porque o Brasil tem competitividade tem tecnologi-a... o
55 Brasil não tem medo de disputar com neNHUM país do mundo... o Brasil já
está garantido porque o Brasil TEM... competência para produzir... tem
conhecimento... tem tecnologia... e tem qualidade... agora tem países que não
têm... e o que estou percebendo é que os países ricos... aprovaram as Metas
do Milênio... mas estão fazendo um::ito pouco.. para dar uma ajuda aos
países pobres que preCIsam... do estenDER de mão dos países ricos... então
60 nós estamos brigando... porque senão... meu caro... nós não vamos cumprir
as Metas do Milênio... o Brasil TEM condições de cumprir... essa premiação...
é um exemplo de que tem muita gente no Brasil trabalhando para cumprir... e
nós... vamos cumprir

65 F.M.- presidente a gente tá aqui na Granja do Torto já vendo a decoração de Natal
como é que o senhor vai passar... esse Natal de dois mil e cinco? aonde o
que o senhor vai fazer?

70 P.L.-1 eu vou passar o Natal em casa com minha família.. em em São Bernardo do
Campo eu vou dia vinte e três para São Bernardo do Ca::mpo... depois em
vou entregar em Osasco... o "cartão... símbolo" de oito milhões e setecentas
mil famílias que estão recebendo o Bolsa Famí::lia... depois eu vo::u... num
encontro co::m os catadores de papel... ah... de rua de São Paulo... junto
com o padre JuJúlio Lanceloti... eu vou na inauguração do memorial do
Corinthians... e depois eu vou para casa... e vou ficar sábado e domingo com
minha família... e:: no dia vinte e seis estarei voltando para Brasília

75 F.M.- obrigado presidente... até o nosso próprio encontro

P.L.-1 obrigado... Luiz ...Feliz Natal e que Deus abençoe... todos... os brasileiros e
brasileiras

80 F.M.- obrigado presidente Feliz Natal Feliz Natal também para você ouvinte em todo
o país você que nos acompanha toda segunda-feira de manhã aqui nesse
espaço... acesse o Café com o Presidente também na Internet...
(www.radiobras.gov.br)... um abraço a todos

Tipo de inquérito: Debate

Data de execução: 28/10/2006

Tema: último debate entre os candidatos à presidência da República.

Informante: Luís Inácio Lula da Silva

Local: Central Globo de Produção do Rio de Janeiro

P.L-2 é que ele poderia explicar o que é feito no Estado em que eles governaram... porque na verdade o que nós fizemos ta aqui o governador eleito de São Paulo ta o governador de Minas Gerais aqui:... o próprio Alckimin que foi governador de São Paulo... é que... a União dava pra eles um real por cada habitante... pra que eles pudessem distribuir remédio de graça... no meu governo nós passamos de um real pra TRÊS reais e setenta e cinco... pra que possa dar remédio de graça pras pessoas... a lei ...das pessoas que vão no S.U.S e que pega remédio de graça... nós criamos as farmácias populares... a que nós fazemos... e aquelas conveniadas... que vendem remédio... pra quem não vai ao S.U.S por... dez por cento do preço do remédio (...)

5
10
15
20
25
damo remédio... damo remédio com o dinheiro que o Governo Federal repassa pra eles... porque as prefeitura dão remédio com o dinheiro do Governo Federal... e os Estado dão remédio com... o dinheiro do Governo Federal... o Alckimin não percebe que às vezes uma pessoa... a de que toma remédio pra hipertensão e que gasta TRINta reais por mês... vai gastar três reais... e muitas vez fica mais barato do que o transporte que tem que pagar se tiver uma farmácia popular perto da casa dele... NÓS fizemos uma fábrica de remédio... na Filcusa em Manguinhas.. pra produzir remédio pra distribuir pro S.U.S...é uma das fábricas mais modernas desse país... nós aumentamos... o dinheiro da saúde de vinte e oito bilhões pra quaRENta e quatro Bilhões de reais... ele diz que piorou... agora ele não diz como era quando eles governavam esse país::... porque o mutirão... que fazia operação de cataratas o médico ia e não ficava lá pra ver com é que tava o paciente não... nós vamos adotar uma poLítica... uma política de oftalmologia pra criança ser olhada quando ela nasce (...)

30
35
ce:: parece que não leu o jornal hoje... porque () divulgou os números... o desmatamento na Amazônia caiu... TRINta e um o ano passado e TRINta esse ano... ou seja no acumulado foram cinQÜENta e dois por cento que diminuiu... o desmatamento no Brasil... parece que você não leu... fica citando número aqui como se as pessoas pudessem... eu tinha um dirigente sindical antigo que ele dizia assim pra mim “Lula eu cito número... porque ninguém vai... vai vai verificar mesmo então deixa eu citar números”... cinqüenta e dois por cento foi divulgado ontem pelo IP... caiu o desmatamento na Amazônia... nós criamos trinta milhões de hectares de reservas... igual o Estado (...)

40
45
oh oh oh Aclkimin não fala isso pra uma pessoa do Pará que eles conhecem bem cê devia ter conversado com seu líder no Senado o senador Arthur Virgílio... porque essa lei foi aprovada pelo PT... pelo PSDB e por todos os outros partidos políticos... porque é uma lei neceSSÁria... porque essa lei foi feita pra gente acabar com essa griLA::gem da floresta que você sabe que aconhe/ ...que acontece na Amazônia pessoas que sem nenhum critério derrubam... módulo de trezentos a::nos... e agora não... agora vai ter um manejo da floresta essa pessoa vai ter uma concessão... que você colocou no termo e usando ele que era pra ser privatizada não... é conceSSÃO... e essa pessoa vai ser fiscalizada pelo Ministério Público... pelo IBAMA... pelo Governo do Estado... e essa pessoal vai ter que cuidar ...de ao tirar uma árvore colocar outra no lugar plantar uma menor porque é assim que a gente vai cuidar da floresta brasileira... essa lei foi aprovada no Congresso

50 Nacional... e Essa lei só de reserva estrast/... extrativista Alckimin nós fizemos de reserva nesses quatro anos tudo que foi feito (...)

eu acho que você tocou num assunto extremamente importante... hoje quando você pega um jovem que ta preso e que ele tem de vinte e cinco a trinta anos... na década de oitenta quando começou a grande crise econômica brasileira... esse jovem não tinha nascido ele tinha três ou quatro anos de idade então ele é o resultado do descaso que ao longo da história... se teve com a distribuição de renda no país... se teve com a educação neste país... e sobretudo se teve com a formação profissional ...então é preciso a gente ter conhecimento... do que que leva uma sociedade... a ficar como ficou a sociedade brasileira... e tem lugares mais perigosos... o que que nós temo que fazer?... Nós temo que fazer um trabalho que não é da responsabilidade de um prefeito de um vereador de um presidente ou de um governador... só tem uma solução... é um trabalho in-te-gra-do... entre todos os entes federativos... com o esforço que a gente puder fazer pra apostar... num investimento em inteligência... sabe numa polícia mais preparada pra que a gente possa concomitantemente ter uma política de geração de riqueza e distribuição de renda... de educação e lazer e cultura necessário se a gente quiser cuidar da segurança pública... mas sobretudo a gente tem um policiamento MAIS preparado... para poder combater os lugares que foram considerados mais perigosos para... a sociedade brasileira (...)

70 esse é o quarto debate que eu faço e não tem jeito... ele continua o mesmo... dizendo as mesmas coisas... a Polícia Federal detectou que oitenta e seis por cento das armas utilizadas em crimes são armas... brasileiras fabricadas no Brasil... primeiro... segundo... no tempo... em que alguns governavam o Brasil e que queriam dizer que estavam combatendo o narcotráfico... prendiam o coitado do caminhoneiro... na fronteira... fazia um alarde... mas quem era responsável não era preso... a Polícia Federal acaba de prender... ontem... sabe uma quadrilha... mas não prendeu o caminhoneiro não... monitorou ele até chegar em São Paulo... pra prender a quadrilha inteira... não tem mo-men-to na história do Brasil em que a Polícia Federal agiu da forma que tá agindo... até o a lei do abate você sabe que nós aprovamos no Congresso Nacional ... com o voto do PSDB do PT do PFL ...pra gente evitar.. que contrabandista ou traficante utilizasse aviões pequenos... e às vezes... eu vi um filme na f/Força Aérea Brasileira em que eles colocavam criANças na janela... para que os nossos aviões não... intercedessem não atirassem neles... com a Lei do Abate... acabou ... e agora a Polícia Federal atua na fronteira como jamais atuou... inclusive junto com o Exército... agora... é importante dizer quantos quilômetros nós temo de fronteira... porque as pessoas precisam saber que só de fronteira (...)

90 olha... uma coisa::... que precisa ficar clara nesse debate oh Alckimin... é que a gente precisa partir do que fez pra poder ficar vendendo... ilusões pra sociedade... sabe... o/... a perfeição da polícia de São Paulo resultou no PCC que vocês acompanharam... o cuidado dele com os jovens adolescentes resultou na FEBEM... vocês acompanham na televisão todo santo di::a... porque neste país lamentavelmente... quando o governador consegue que sua polícia prenda um bandido famoso... até o governador vai pra televisão tirar fotografia ()...não deixa nem o delegado é ele ...agora quando acontece uma desgraça... a culpa é do Governo Federal ...ele foi cont/ constituído

100

j/junto comigo... e ele sabe que a Constituição é taxativa... a segurança é da responsabilidade... do... estado... o Governo Federal trabalha num processo de integração com mais inteligência com a Polícia Federal... e São Paulo foi o último estado a se integrar no nosso sistema (...)